



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ISABEL ULIANA

**O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ (PARANÁ)
ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA E SABERES
HISTÓRICOS (1947 – 2017)**

ISABEL ULIANA

**O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ (PARANÁ)
ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA E SABERES
HISTÓRICOS (1947 – 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Área de concentração: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientadora: Prof.^a Dra Vanda Fortuna Serafim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

U39c Uliana, Isabel
O cemitério municipal de Maringá (Paraná) enquanto espaço de memória e saberes históricos (1947-2017) / Isabel Uliana. -- Maringá, 2018.
119 f. : il. color.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Vanda Fortuna Serafim.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2018.

1. Ensino de história. 2. Cemitério Municipal de Maringá. 3. Crenças religiosas. I. Serafim, Vanda Fortuna, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.62

ISABEL ULIANA

**O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ (PARANÁ)
ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA E SABERES
HISTÓRICOS (1947 – 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

MARINGÁ, 29 de agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dra Vanda Fortuna Serafim
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Orientador

Prof. Dr Cairo Mohamad Ibraim Katrib
Universidade Federal de Uberlândia – (UFU)

Prof.^a Dra. Solange Ramos de Andrade
Universidade Estadual de Maringá – (UEM)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me oportunizado a concretização de um sonho e pela saúde física e mental recebida, dando-me condições de concluir este trabalho.

A professora Doutora Vanda Fortuna Serafim, pelas orientações e apoio recebidos, agradecer principalmente pela paciência nas leituras dos meus textos. Suas contribuições foram essenciais para que eu tivesse condições de concluir essa dissertação. Foi muito gratificante tê-la como orientadora no PDE e agora novamente no Mestrado Profissional. Admiro seu conhecimento e profissionalismo.

A professora Doutora Solange Ramos Andrade e ao professor Doutor Cairo Mohamad Ibraim Katrib por participarem de minha banca de qualificação, contribuindo com suas análises e reflexões e agora por comporem minha banca de defesa.

A minha família: meus amados filhos. É por vocês que tudo se torna possível e vale a pena. Obrigado por existirem!

A minha irmã Helena, por ter sido a mãe de meus filhos nos momentos de minha ausência para os estudos. Pela paciência em ouvir minhas reclamações e também pelo apoio constante.

Aos meus colegas de curso pelos risos, aflições e conhecimentos compartilhados.

Um agradecimento especial a meu amigo professor João Garbo pelo apoio e incentivo. Obrigada João!

A todos os professores do Programa do Mestrado Profissional pelos conhecimentos adquiridos.

Agradecimentos especiais ao administrador do cemitério Municipal de Maringá Carlos Parolin e a gerência do Patrimônio Histórico de Maringá o historiador João Laércio pela presteza em me atenderem sempre que necessitei, contribuindo com informações que foram fundamentais para o trabalho desenvolvido.

Por fim, agradeço a todos que não foram mencionados aqui mas contribuíram para a concretização desse trabalho.

Meus agradecimentos sinceros a todos!

A meus filhos Sandro Henrique e Maria Gabriela, pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência.

A meu pai.

A minha mãe (*in memoriam*), pelos ensinamentos que me deixou.

“A finalidade História é a busca pela superação das carências humanas fundamentadas por meio de um conhecimento constituído por interpretações históricas. [...]. Já a finalidade do ensino de História é a formação de um pensamento histórico a partir da produção do conhecimento. Esse conhecimento é provisório, configurado pela consciência histórica dos sujeitos” (PARANÁ, 2005, p. 47).

“O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos, resíduos, objetos biográficos e diferentes tipos de documentação e fontes é desafio possível de ser enfrentado. À História e à memória compete empreender tal tarefa” (DELGADO, 2010, p. 36).

ULIANA, Isabel. **O Cemitério Municipal de Maringá (Paraná) Enquanto Espaço de Memória e Saberes Históricos (1947 – 2017)**. 2018. 119 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

RESUMO

A dissertação tem como proposta analisar o Cemitério de Maringá (1947-2017) enquanto espaço memória e saberes históricos. Para tanto, no primeiro capítulo “O cemitério e a morte enquanto objetos de estudo da história” fizemos um levantamento de autores essenciais para o estudo da morte como Edgar Morin e Phillipe Ariès; dialogando em seguida com a bibliografia que apresenta, em um primeiro momento, a organização histórica dos cemitérios seculares no Brasil e em seguida atentando aos estudiosos que se debruçaram sobre estes enquanto objeto. No segundo capítulo “O Cemitério Municipal de Maringá: espaço de memória e saber” iniciamos a apresentação da legislação existente sobre o cemitério e informações obtidas por meio de pesquisas de campo no Cemitério Municipal de Maringá e junto ao Arquivo Histórico de Maringá. Por meio das informações obtidas, elencamos possíveis temas de estudo organizados em propostas de planos de aula, para a organização do plano de trabalho docente, de acordo com as indicações presentes nas Diretrizes Curriculares de História, no Paraná. No terceiro capítulo “Crenças, memórias e saberes históricos” apresentamos como um passeio pelo Cemitério Municipal de Maringá pode ser convidativo a perceber a diversidade religiosa da cidade. Apesar desta se estabelecer como uma cidade católica é possível encontrar práticas híbridas de umbanda, espiritismo, crenças orientais, dentre outras formas de religiosidade praticadas neste espaço. O produto final da pesquisa que buscou articular a possibilidade do uso de cemitérios ao ensino de História, é apresentado sob a forma de um mapa de visitação ao Cemitério Municipal de Maringá.

Palavras-chave: Ensino de História. Cemitério Municipal de Maringá. Crenças religiosas.

ULIANA, Isabel. **The Municipal Cemetery of Maringá (Paraná) as Memorial Place and Historical Knowledges (1947 – 2017)**. 2018.119 f. Dissertation (Professional Master's Program in History Teaching - PROFHISTÓRIA) - State University of Maringá, 2018.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the Cemetery of Maringá (1947-2017) as a memorial place and historical knowledge. To do so, in the first chapter "Cemetery and Death as objects of study throughout history" a case study was made on authors essential for the study of death such as Edgar Morin and Phillipe Ariès; next, dialoguing with the bibliography that's present, in a first moment, in the historical organization of the secular cemeteries in Brazil and then paying attention to the scholars that have studied about these as object. In the second chapter "The Municipal Cemetery of Maringá: memorial place and knowledge" we began the presentation of the existing legislation on the cemetery and information obtained through field surveys, in the Municipal Cemetery of Maringá alongside the Historical Archive of Maringá. Through the information obtained, we list possible study topics that were then organized as proposals of lesson plans, for the organization of the teaching work plan, according to the indications in the Curriculum Guidelines of History, in Paraná. In the third chapter "Beliefs, memories and historical knowledge" we present how a walk through the Municipal Cemetery of Maringá can be welcoming to notice the religious diversity of the city. Although it is believed to be a Catholic city, it is possible to find hybrid practices of umbanda, spiritism, oriental beliefs, among other forms of religiosity practiced in this area. The final product of the research sought to articulate the possibility of using cemeteries while teaching History, presented in a form of a visitation map to the Municipal Cemetery of Maringá.

Keywords: History Teaching. Municipal Cemetery of Maringá. Religious Beliefs.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Foto 01: Entrada do Cemitério Municipal de Maringá..... | 70 |
| Foto 02: Entrada do Cemitério Municipal de Maringá..... | 71 |
| Foto 03: Entrada do Cemitério Municipal de Maringá..... | 71 |
| Foto 04: Escultura na entrada externa do Cemitério Municipal de Maringá..... | 75 |
| Foto 05: Cruz natural entrada externa do Cemitério Municipal de Maringá..... | 75 |
| Foto 06: Túmulos infantis..... | 79 |
| Foto 07: Túmulos de descendentes japoneses..... | 82 |
| Foto 08 – Túmulos de descendentes japoneses..... | 82 |
| Foto 09: Ossuários do cemitério | 85 |
| Foto 10: Ossuários do cemitério..... | 85 |
| Foto 11: Ossuários do cemitério..... | 85 |
| Foto 12: Terreno provisório (2006)..... | 89 |
| Foto 13: Terreno provisório (2018) | 80 |
| Foto 14: O Cruzeiro | 90 |
| Foto 15: Imagens de Exus e pomba-giras no Cruzeiro..... | 93 |
| Foto 16: Exus e pomba-giras sendo incendiadas | 93 |

| | |
|---|----|
| Foto 17: Túmulo de Monsenhor Bernardo Cnudde..... | 94 |
| Foto 18: Túmulo de Monsenhor Bernardo Cnudde..... | 94 |
| Foto 19: Capela ecumênica..... | 97 |
| Foto 20: Horário de celebrações no Dia de Finados..... | 98 |
| Foto 21: Túmulo Clodimar Pedrosa Lô..... | 99 |
| Foto 22: Túmulo Clodimar Pedrosa Lô..... | 99 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | O CEMITÉRIO E A MORTE ENQUANTO OBJETOS DE ESTUDO DA HISTÓRIA | 16 |
| 3 | O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ: ESPAÇO DE MEMÓRIA E SABER | 46 |
| 4 | CRENÇAS, MEMÓRIAS E SABERES HISTÓRICOS | 70 |
| 4.1 | A ENTRADA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ..... | 70 |
| 4.2 | OS TÚMULOS DAS CRIANÇAS..... | 78 |
| 4.3 | OS TÚMULOS DOS DESCENDENTES JAPONESES..... | 82 |
| 4.4 | OS OSSUÁRIOS..... | 84 |
| 4.5 | TERRENOS PROVISÓRIOS..... | 87 |
| 4.6 | O CRUZEIRO..... | 90 |
| 4.7 | MONSENHOR BERNARDO CNUUDE..... | 93 |
| 4.8 | CAPELA ECUMÊNICA..... | 98 |
| 4.9 | CLODIMAR PEDROSA LÔ..... | 99 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 103 |
| | Referências bibliográficas | 106 |
| | Anexo 1 - Propostas de planos de aula | 114 |
| | Anexo 2 - Mapa de visitação do Cemitério Municipal de Maringá | 119 |

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada está vinculada a linha de pesquisa “Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória”. Nesse sentido, as investigações sobre a produção e aprendizagem da História são realizadas fora do espaço escolar. Nossa escolha, para tanto, consiste no Cemitério Municipal de Maringá. Acreditamos ser possível, por meio dele, cumprir os objetivos esperados de identificar a história como prática sociocultural de referência, na medida em que buscaremos apresentar variadas formas de representação e usos do passado neste espaço público.

Ao desenvolver um trabalho que tem como objetivo ponderar acerca da prática docente, cujo objeto de análise é pensado enquanto possibilidade de trabalho na disciplina de História, faz-se necessário realizar algumas pontuações sobre a Proposta do ensino de História presente nas Diretrizes Curriculares de História do Estado do Paraná, que norteiam a prática pedagógica dos professores.

As referidas Diretrizes são compostas por diferentes correntes historiográficas que trazem contribuições para pensar o ensino de História, procurando dar ênfase à diversidade cultural e documental no processo de construção do conhecimento histórico. “Sob uma perspectiva de inclusão social, estas Diretrizes consideram a diversidade cultural e a memória paranaenses, de modo que buscam contemplar demandas em que também se situam movimentos sociais organizados [...]”. (PARANÁ, p. 45).

Objetiva-se então, um ensino que problematize as questões históricas postas, propiciando a ação crítica dos alunos e que tem como objeto de estudo da História “[...] os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída aos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações.” (PARANÁ, 2005, p. 46).

As Diretrizes apontam a finalidade da História enquanto disciplina bem como o ensino de História almejado. “A finalidade História é a busca pela superação das carências humanas fundamentadas por meio de um conhecimento constituído por interpretações históricas. [...]. Já a finalidade do ensino de História é a formação de um pensamento histórico a partir da produção do conhecimento. Esse conhecimento é provisório, configurado pela consciência histórica dos sujeitos.” (PARANÁ, p. 47).

Trata-se de pensar uma história em que os indivíduos, por meio do conhecimento, sejam capazes de interpretar o passado e assim agir sobre o presente de forma a transformá-lo também.

Diante da proposta de trabalho presente nas Diretrizes, faz-se necessário pensar a educação no contexto da sociedade atual. É notório que esta passa por mudanças bruscas, assim a educação e a forma de ensinar também precisam ser pensadas, questionadas. É muito importante que os professores problematizem o porquê ensinar e o que ensinar. Na atualidade é preciso ensinar de forma que esse aprendizado propicie uma mudança na sociedade que está posta.

A prática pedagógica dos professores hoje é um desafio. Ensinar é um desafio, pois não basta apenas ensinar, é preciso ensinar com qualidade. O ensino deve estar integrado à vida do aluno, contribuindo para suas ações na sociedade. Neste processo diário, o professor torna as informações que cercam os alunos em conhecimento significativo, proporcionando reflexões sobre suas ações e entre teoria e prática. Aprender História é isso: propor uma mudança na prática social.

O ensinar e o aprender História diante desse novo cenário toma um direcionamento diferente de outros momentos históricos vividos o Brasil. A História passa a ter uma função social específica quanto à formação da consciência histórica dos alunos. Essa é uma preocupação que deve nortear o trabalho dos professores, pois os alunos precisam ver significado em estudar História. Necessitam compreender para que serve a História. É preciso romper com o discurso arraigado de que a História é a Ciência do passado.

O tempo de estudo da História é o passado, mas não se trata de um passado isolado do presente. Para que o passado seja compreendido é preciso realizar um diálogo com o presente. O estudo da História só tem significado se com a explicação do passado for possível compreender o presente. A história é feita por homens ao longo do tempo. É necessário compreender que se trata de um processo contínuo de transformação social, política e econômica.

Pensar no processo de aprendizagem que envolva não apenas o espaço escolar, mas que ultrapasse esses limites e abarque espaços diferentes enquanto representação do passado, dotados de características históricas, significa proporcionar uma análise em relação à importância das fontes históricas no processo de construção do conhecimento. No caso específico da proposta deste trabalho, a

análise constituirá acerca dos cemitérios como espaço de memória, de conhecimento histórico e de representação social.

Assim, rompe-se com uma prática de ter como respaldo para análise e reconstrução do passado apenas documentos escritos e que se enquadram no espaço escolar. A partir do trabalho de análise do cemitério, enquanto fonte histórica, pretende-se também realizar uma leitura diferente da concepção que se tem sobre o passado e sua relação com o presente, isto é, não como dois momentos distintos, mas sempre em um diálogo constante e necessário para interpretar os fatos históricos.

Atentando-se para que o objetivo primeiro seja alcançado, o trabalho terá como norte o estudo do Cemitério Municipal de Maringá, como um espaço de saber e memória. Para tanto, no primeiro capítulo “O cemitério e a morte enquanto objetos de estudo da história” fizemos um levantamento de autores essenciais para o estudo da morte como Edgar Morin e Phillipe Ariès, dialogando em seguida com a bibliografia que apresenta, em um primeiro momento, a organização histórica dos cemitérios seculares no Brasil e em seguida àqueles que se debruçaram sobre estes, enquanto objeto de estudo.

No segundo capítulo “O Cemitério Municipal de Maringá: espaço de memória e saber” iniciamos a apresentação da legislação existente sobre o cemitério e informações obtidas por meio de pesquisas de campo no Cemitério Municipal de Maringá, junto ao Arquivo Histórico de Maringá. Por meio das informações obtidas, elencamos possíveis temas de estudo organizados em propostas de planos de aula para a organização do plano de trabalho docente, de acordo com as indicações presentes nas Diretrizes Curriculares de História, no Paraná.

No terceiro capítulo “Crenças, memórias e saberes históricos” apresentamos como um passeio pelo Cemitério Municipal de Maringá pode ser convidativo a perceber a diversidade religiosa da cidade. Apesar desta se estabelecer como uma cidade católica, é possível encontrar práticas híbridas de umbanda, espiritismo, crenças orientais, dentre outras formas de religiosidade praticadas neste espaço. O produto final da pesquisa, que buscou articular a possibilidade do uso de cemitérios ao ensino de História, é apresentado sob propostas de planos de aulas, bem como um mapa de visita ao Cemitério Municipal de Maringá. As propostas de planos de aulas têm como público alvo as séries finais do Ensino Fundamental.

2. O CEMITÉRIO E A MORTE ENQUANTO OBJETOS DE ESTUDO DA HISTÓRIA

O campo de pesquisa sobre a história da morte e dos cemitérios é relativamente novo no campo da historiografia. Foi, mais nitidamente, depois das décadas de 1980 e 1990 que a temática ampliou seus campos de discussão de forma mais significativa. Ainda hoje o tema causa um certo estranhamento, mas as possibilidades de compreensão da sociedade que se abrem a partir dessa temática são infinitas.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar o que afirmou o historiador Marc Bloch ao definir o papel da história e do historiador. A História é uma ciência, mas se distingue das demais, pois é também uma arte. De acordo com Marc Bloch seria um erro se referir a História como a ciência do passado. O objeto de estudo da História são homens, no tempo e no espaço. “Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. (BLOCH, 2001, p. 54), ou seja, estudar os cemitérios, não significa falar apenas sobre os mortos, mas das memórias que os vivos criam em torno deles. Os jazigos, as formas de homenagens, os epitáfios nos falam muito mais sobre a história da cidade e como esta pensa, homenageia seus mortos, do que destes propriamente.

Bloch afirma que o passado não existe por si só. Ele permanece sob a forma de resíduos que são utilizados pelo historiador para reconstruí-lo. É a partir do presente, da compreensão deste e das infinitas possibilidades de análise, que a História pode ser pensada. Os vestígios históricos que propiciam a reconstrução das ações dos seres humanos no tempo devem ser interpretados pelos historiadores, não de forma a extrair deles o que eles querem dizer, mas justamente o que não foi expresso por estes. São nas lacunas encontradas nesses testemunhos que o passado se manifesta e vai se tornando presente.

Ainda de acordo com Marc Bloch:

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele.” [...] “Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico correspondente um tipo único de documentos, específico para tal emprego. (BLOCH, 2001,79-80)

Com base nos escritos de Bloch (2001), os cemitérios podem ser pensados como fonte para o trabalho do historiador. O cemitério é resultado da construção humana e implica em suas percepções sobre morte e vida. A presença humana neste espaço se

manifesta de várias formas, seja por meio dos objetos, na forma de sepultar, nos rituais que envolvem os sepultamentos ou nas expressões manifestadas diante da morte. Isto porque o tempo da História, hoje é o tempo pluridirecional. Desta forma, para responder questões que incomodam no presente, deve-se voltar ao passado em um diálogo permanente. Compreender o tempo vivido e agir sobre esse tempo é “[...] unir o estudo dos mortos ao dos vivos”. (BLOCH, 2001, p.67).

Para que as análises acerca dos cemitérios, se constituam, faz-se necessário, inicialmente, realizar uma discussão sobre os aspectos que permeiam as relações que os indivíduos estabeleceram com a morte ao longo do tempo, isto é, como se posicionavam diante da morte. Historicamente os seres humanos demonstraram, de diversas maneiras, o desejo de se distanciarem da morte ou prorrogarem ao máximo as suas vidas. Desde as mitologias arcaicas sobre imortalidade até as novas experiências médicas e tratamentos estéticos nos trazem evidências do desejo de longevidade e de uma eterna juventude. Um corpo que não envelhece, seria um corpo que não morre. Mas como se deu essa relação em outros tempos? Cada sociedade possui características próprias de lidar com a morte. As ações dos seres humanos diante da morte estão associadas à visão que cada momento histórico construiu quanto a esse fenômeno. Em virtude disto, as representações da morte devem ser refletidas, analisadas em cada contexto histórico e social, pois não existe uma padronização definida. Embora haja similitudes entre essas sociedades, as simbologias evidenciam o olhar de grupos sociais diferentes e específicos.

A morte sempre manteve uma ação de poder e fascínio sobre os indivíduos. Inúmeros estudos de diferentes áreas buscaram explicar esse fato intimamente ligado ao ser humano: a inevitabilidade do morrer. Há muitas questões que são postas quando o homem se vê ou se coloca diante da morte. A filosofia, a antropologia e a religião possuem explicações próprias, no sentido de oferecer aos indivíduos uma argumentação que lhes conforte ou justifique esse momento pelo qual todos os seres humanos passarão.

Há na atualidade resquícios de diferentes momentos históricos quanto a maneiras como os indivíduos se expressam e convivem com morte. Neste sentido, podemos dizer que as diferenças e as similitudes fazem parte dos processos históricos, oportunizando o diálogo entre passado e presente. Essa característica, que é notória, faz com que todas as questões que envolvam a morte sejam compreendidas também

como parte das ações dos seres humanos. Ela é natural, mas as questões que são postas a partir dela, adquirem características sociais, políticas, econômicas, científicas e culturais. É importante que sejam assim entendidas.

Oliveira em seu livro *Reflexões sobre a morte no Brasil* aponta que “A morte, como advento da consciência, passou a ocupar posição básica na existência humana.” (OLIVEIRA, 2005, p.8). A análise desses elementos pode ser pensada a partir da obra de Edgar Morin, *O homem e a morte* (1997). É possível pensar no homem sem pensar na morte? Para Morin este acontecimento é o traço mais humano. “É impossível conhecer o homem sem lhe estudar a morte, porque, talvez mais do que na vida, é na morte que o homem se revela. É nas suas atitudes e crenças perante a morte que o homem exprime o que a vida tem de mais fundamental.” (MORIN, 1997, p. 15). Assim, é importante compreender que a interpretação, a compreensão que ocorre entre o homem e a morte é uma construção cultural. É possível, neste sentido dialogar com Oliveira, pois ela afirma que “O homem como sabemos, é o único ser vivo que pensa a sua existência, e conseqüentemente sua morte”. (OLIVEIRA, 2005, p. 8).

As práticas em torno da morte e com os mortos sempre estiveram presentes nas relações humanas. Desde os primórdios o homem busca formas de se adaptar a morte, transparecendo isso nas diferentes formas como agem com seus mortos. Mas essa é uma adaptação parcial. Pois ao mesmo momento que o homem está adaptado a morte ele não está. “Por isso é muito difícil dissociar adaptação, inadaptção. A sociedade é humana. O homem é social. [...]. O complexo de adaptação e inadaptção está simultaneamente no coração da sociedade e no coração do homem. (MORIN, 1997, p. 75).

Neste espaço de contradição entre o homem e a morte, a sociedade vai se transformando, também, a partir da morte. Vários aspectos são amplamente atingidos por esse posicionamento do homem frente à morte. Aspectos religiosos, econômicos, filosóficos, referentes à morte são repensados, reelaborados, modificados, por essa necessidade do ser humano de se adaptar à ela ou mesmo de resistir a essa adaptação.

Essas questões podem ser pensadas a partir da observação realizada por Morin de que “A sociedade funciona não apenas a pensar da morte e contra a morte [...], mas também só existe enquanto organização pela morte com a morte e na morte.”. (MORIN 1997, p.10). O pensar sobre ela representa conhecer diferentes elementos

de uma sociedade. As ações dos sujeitos históricos podem ser entendidas além da aparência, em componentes que às vezes passam até certo ponto despercebidos, mas que trazem toda uma simbologia que deixa evidenciar o posicionamento sobre a vida e sua finitude.

A morte ocasiona nos sujeitos novas atitudes. É um novo agir para reestruturar a vida após a perda de um ente querido. Trata-se de uma busca individual, uma reorganização que depende do indivíduo. Embora esse agir possa interferir em um grupo maior, pois esse sujeito não vive isolado, mas faz parte de um grupo. Quando as perdas são coletivas, da mesma forma, os indivíduos tenderão a novas atitudes, reorganizando-os em seus grupos sociais e se reconstruindo apesar da morte. “[...] mais uma vez o caminho da morte deve-nos levar mais fundo na vida, como o caminho da vida nos deve levar mais fundo na morte. [...]” (MORIN, 1997, p. 11).

Os seres humanos buscam a superação da morte. Para isso os indivíduos vão conduzindo suas práticas cotidianas, para que sua vida seja direcionada a uma vivência plena e, para que, quando chegar o momento da morte, sua vida tenha sido suficiente para uma partida sem arrependimentos. Esse é um dos aspectos que diferencia os homens dos outros animais. A morte chega a todos, mas somente o homem tem consciência do fim e assim conduz sua vida, seja de forma consciente ou inconsciente para esse fim. (MORIN, 1997).

Essa característica humana, isto é, sua preocupação com a morte é demonstrada por meio das sepulturas. Talvez, seja essa uma marca do desejo humano de se manter imortal. Neste aspecto Morin afirma que “[...], o dado primeiro fundamental e universal da morte humana é a sepultura. [...]. O não abandono dos mortos implica a sua sobrevivência”. MORIN, 1997, p.25). Para Oliveira (2005), desde os primórdios, a preocupação com o após a morte já era presente no ser humano, sendo a sepultura um exemplo dessa preocupação. Ela é um componente sentimental que revela essa característica humana.

Ao iniciar o processo de sepultar os mortos, os seres humanos manifestam seus elementos humano e cultural. Essa é uma das primeiras indicações do processo de humanização dos sujeitos. A morte vai adaptando o indivíduo no mundo. Por outro lado, faz também com que os seres humanos pensem e criem expectativas para um mundo que não é seu, um mundo além dos vivos, o mundo dos mortos. Com a prática do sepultamento, que teve início desde os primórdios da história humana, há uma especificidade de mundo que não é mais o terreno Morin explica que “[...] as práticas

respeitantes aos cadáveres, as crenças numa vida própria dos mortos, manifesta-se ao nosso conhecimento como fenômenos humanos primitivos [...]”. (MORIN, 1997, p. 25).

Há dois pontos a serem destacados neste contexto. Primeiro que não se pode afirmar que todas as práticas utilizadas em relação aos mortos são de sepultamento, ou seja, existem outras formas como, por exemplo, de incineração. Os motivos destas mudanças de práticas envolvem questões que vão além dessa explanação presente neste trabalho. Outro ponto importante a se considerar é que com o advento do cristianismo, o mundo dos mortos recebeu um novo significado. Por um lado “[...] o cristianismo proporcionou às classes pobres a consagração da sua aspiração à individualidade com uma imortalidade que estabelece a verdadeira democracia nos Céus e, por outro lado, aos ricos o apaziguamento do seu medo da morte.” (MORIN, 1997, p. 204). Assim esse mundo que está para além da vida, seria a possibilidade de alcançar a justiça e superar todas as aflições vivenciadas no mundo dos vivos. Evidentemente que as diferentes posições e visões humanas frente à morte que temos hoje foram sendo constituídas pelos seres humanos por meio de suas relações sociais, na tentativa de responder suas inseguranças e dúvidas ocasionadas pela morte. Dessa forma, a clareza que deve se ter hoje na compreensão da morte é que ela é social e culturalmente construída. A morte é real, fatídica, mas tudo que dela resulta, seja celebrações, sepultamentos, manifestações familiares são produtos sociais.

É na contradição da certeza da morte e na busca por sua superação que o ser humano descobre a crença na imortalidade. Morin ao abordar essa contradição destaca que “Situando-se entre o momento da morte e o momento da aquisição da imortalidade, o funeral institucionaliza-se em um complexo de emoções: reflete as perturbações profundas que a morte provoca no círculo dos vivos”. (MORIN, 1997, p. 27). É nesta análise que se torna possível a compreensão das mudanças sucedidas nas ações dos seres humanos, no sentido de eternizar seus entes queridos e mantê-los presentes em seu meio, seja material ou espiritualmente.

O funeral está associado às práticas humanas relacionadas à morte. Associa-se a busca pela imortalização. Não é também possível apresentar essa prática como única para todas as sociedades. Cada momento tem sua especificidade. Porém, o funeral revela sentimentos humanos, seja de horror, de sofrimento e de desespero que a morte ocasiona. Sepultamentos, funerais, luto, crenças na imortalidade são

elementos que oferecem caminhos a percorrer para que as inquietudes do ser humano perante a morte sejam compreendidas.

Morin aponta o horror à morte como uma tomada de consciência no tocante a morte. “Esse horror engloba realidades aparentemente heterogêneas: a dor do funeral, o terror da decomposição do cadáver, a obsessão da morte. Porém, dor, terror e obsessão têm um denominador comum: a perda da individualidade.” (MORIN, 1997, p. 31). Embora o ser humano tenha consciência da morte, ele se põe cego diante dela. Vive-se a morte do próximo como se não fosse morrer. Isso representa um ato de negação humana da morte, mesmo tendo dela consciência. Há nesse ponto um paradoxo, pois, o homem ignora a morte, busca a vida em sua plenitude, mas se vê mortal e tem consciência desta condição.

As transformações nas quais a sociedade tem passado traz conjuntamente uma ideia diferente em relação à morte. Não se quer morrer. O desejo é de ser jovem para sempre. De acordo com Oliveira

O apego excessivo a vida e a negação da morte deixam o homem solitário e desprotegido [...]. A desvalorização do mito da morte, fruto de uma cultura moderna e dissociada, baseada na razão e na tecnologia, deixa o homem atual distanciado dos movimentos arquetipos de transformação e do confronto com a morte. (OLIVEIRA, 2005, p.12)

São novos olhares sobre a morte, novos pensamentos. Frutos das mudanças sociais. Neste processo de construção da individualidade e do direito à imortalidade, há um processo de democratização, pois houve momentos históricos em que esses direitos estavam associados apenas às classes privilegiadas, como por exemplo, os reis. Súditos e escravos não se enquadravam como seres aos quais os direitos eram facultados. Ocorre que conforme a sociedade vai passando por transformações econômicas, sociais e políticas, consolida-se também a democratização dessas esferas, a igualdade e a individualidade da morte. Nesse sentido Morin afirma que

A morte vai, portanto, estender-se, afirmar-se de acordo com o movimento fundamental do progresso da individualidade, [...]. O movimento de evolução humana [...] tende não somente para a igualdade individual perante a morte como também e por, na sua nudez, na sua claridade total, o problema do indivíduo perante a morte. (MORIN, 1997, p.52)

Outro ponto a ser enfatizado frente a essas discussões é que embora o homem apresenta-se adaptado à morte, ele está ao mesmo tempo a ela resistente. Exemplo dessa inadaptação é o luto: característica humana, que pode representar muito bem resistência humana à morte ao mesmo tempo que apresenta o sujeito como ser social com reações que lhe são inerentes a algo que lhe cause medo e pavor.

Não há como apontar um único posicionamento do homem no que concerne à finitude da vida. Não há como unificar a visão e as reações humanas perante esse fenômeno humano que deixa transparecer as fraquezas, a insegurança, o medo. Em diferentes momentos, como apontado anteriormente, a morte foi sentida, comemorada, recusada. Enfim, o sentido atribuído à morte em diferentes sociedades faz com que seja possível perceber essa multiplicidade de significados sociais que ela traz consigo.

Essa ampla discussão acerca dela e da forma como o indivíduo se posiciona frente a ela, oferece condições para se analisar outras esferas de atitudes dos seres humanos associados a este processo. Voltando, por exemplo, a pensar a experiência do sepultamento e o significado que exerceu em diferentes sociedades. Um ponto de análise é a relação que esta prática tem com a morada dos vivos. O sepultamento oferece ao morto um espaço próprio. Sua morada eterna. Seria uma extensão da vida além da morte. Uma maneira de eternizar a existência. Entretanto essa mesma experiência traz outra característica do mundo dos vivos: a desigualdade social. Para Morin “Manifesta-se sempre nas cidades-necrópoles, tal como nos nossos cemitérios urbanos, onde os esplêndidos mausoléus de pedras sepulcrais nuas, os “mortos grandes” estão separados dos mortos pequenos. A casa do morto é reflexo da casa dos vivos.” (MORIN, 1997, p. 130).

Os novos costumes atuais de lidar com a morte, originando a cremação, os cemitérios parques, podem ser atribuídas a vários fatores que vão desde a própria relação que os indivíduos estabelecem com morte, como ainda o crescimento urbano que exigem novas práticas de lidar com esses mortos. Porém, as práticas dos sepultamentos em cemitérios tradicionais ainda permanecem tal como no passado. Neles, assim como em nossas cidades há traços comuns que permanecem com elementos novos, isto é, enquanto resultado de uma construção humana, o relacionamento com a morte e com os mortos mantêm similitudes e diferenças notórias.

Este vínculo homem/morte e as transformações que ocorreram pode ser compreendido a partir das discussões realizadas por Ariès (2003), em seu livro *A história da morte no Ocidente*. Ariès enfatiza essas semelhanças e discrepâncias que são nítidas quanto as atitudes do homem diante da morte.

Essas atitudes nos norteiam para a compreensão do objeto de estudo deste trabalho: o cemitério. Assim os apontamentos realizados permitem pensar na sua construção, na sua historicidade. Essa abordagem permeia alguns contextos históricos dos cemitérios, e os olhares que se voltaram para este espaço. Ariès ao discutir a secularização do cemitério a partir do contexto europeu oferece condições para que essa mudança seja pensada também em outros espaços.

As características predominantes da trajetória da morte na história humana, e toda a aproximação e distanciamento passíveis de análise, condizem com os estudos realizados por José João dos Reis em seu livro *A morte é uma festa* e por Amanda Aparecida Pagoto na obra *Do âmbito sagrado aos cemitérios públicos - transformações fúnebres em São Paulo (1850, 1860)*, que nos permitem ter uma dimensão desses processos no Brasil. Reis (1991) busca apresentar o caminho traçado para que no Brasil, em especial na Bahia, o cemitério saísse da alçada da Igreja para a esfera pública. Já Pagoto (2004) busca resgatar algumas características que marcaram a saída dos enterros nas igrejas para o âmbito público, apontando mudanças que ocorreram em São Paulo, tanto no aspecto da forma de ver a morte, quanto no processo histórico nessa construção.

Ariès (2003), nos propicia pensar sobre as diferentes modificações que ocorreram quanto às expressões dos indivíduos ao lidarem com a morte em diferentes momentos. A abordagem de Ariès apresenta inicialmente uma morte domada, isto é, os indivíduos viam a morte com naturalidade e sabendo de sua morte, preparavam-se para isso. Realizavam todas as ações necessárias e esperavam a morte chegar. A cerimônia da morte é fruto da organização do próprio moribundo. A morte não estava distante, mas sim próxima. O local da morte, neste contexto, é público. Encontra-se aberto a visitas. Assim Ariès destaca que “[...] no espelho da própria morte o homem descobre sua individualidade, descobre sua própria morte” (ARIÈS, 2003, p. 63).

Diante do exposto por Ariès tem-se que “[...] mesmo persistindo até o século XIX a solenidade ritual da morte no leito, tornou-se no fim da Idade Média entre as classes instruídas um caráter dramático, uma carga de emoções que antes não possuía.” (ARIÈS, 2003, p. 53). A partir do século XVIII há o início de uma mudança

no que diz respeito a forma do homem se posicionar diante da morte. A preocupação não é mais a morte de si mesmo, mas a com morte do outro. Neste processo de agir e de sentir sobre ela, transformam as práticas associadas os elementos voltados à esta, como o luto, o sepultamento, a expressão da dor. Durante o período em que a morte era 'domada', morria-se em casa, em meio aos familiares, agora morre-se sozinho nos hospitais.

Já o século XIX traz um novo sentimento que demonstra esse novo agir perante a morte. Ela não é mais tolerada.

Naturalmente, a expressão da dor dos sobreviventes é devida a uma intolerância com a separação. [...]. A simples ideia da morte comove. [...]. Até o século o século XVII a morte dizia respeito somente aquele a qual ameaçava, e unicamente a este. [...] O século XIX é a época dos lutos. [...]. A morte temida não é mais a própria morte, mas a do outro. (ARIÈS, 2003, p. 68-72).

Frente a essas novas roupagens assumidas pelos indivíduos no seu convívio com a morte, tem-se a também um novo relacionamento com os mortos. Movido pelo sentimento de luto, os sujeitos atribuem um novo significado para os túmulos e para os cemitérios. A saudade e a lembrança vão fazer com que a peregrinação e o culto aos túmulos e aos cemitérios intensifiquem a partir deste momento. Esse movimento do século XIX, é dotado de um novo caráter, o religioso. (ÀRIES, 2003).

Na modernidade o indivíduo se afasta de sua conscientização quanto à sua finitude. Falar da morte é algo proibido. A morte passa a ser temida, ocultada. Não apresenta mais a familiaridade que tinha na Idade Média. Ela é silenciada. Há, pois que entender de acordo com Ariès que "A fuga diante da morte não representa indiferença em relação ao morto, ao contrário". (Ariès, 2003, p. 88). Certamente a leitura de Ariès já foi superada em vários aspectos. O seu caráter por vezes abrangente e generalizante abre espaço para uma série de questionamentos. Todavia, trata-se ainda de uma obra de referência e que nos auxilia a pensar a historicidade do imaginário sobre a morte no ocidente.

Assim, é possível considerar um diálogo com Edgar Morin, quando o autor afirma que o verdadeiro problema da morte que o século XX é que já não podemos conservar a nossa antiga atitude perante a morte, no entanto, ainda não encontramos uma nova,

As novas conotações que a morte vai assumindo, faz com que na atualidade não se fale sobre a morte. O indivíduo tem cada vez menos conhecimento sobre a sua morte. As cerimônias voltadas para o momento da morte e após ela também se tornam cada vez mais pertinentes aos amigos e familiares. Hoje vive-se como se não fosse morrer.

Ousar falar da morte, admiti-la nas relações sociais, já não é como antigamente. Permanecer no cotidiano é provocar uma situação excepcional, exorbitante e sempre dramática. Antigamente a morte era uma figura família, [...]. Hoje, basta apenas anunciá-la para provocar uma tensão emocional incompatível com a regularidade da vida cotidiana. (ARIËS, 2003, p. 241-242)

Todas as discussões acerca da relação, da visão, dos sentimentos humanos diante da morte, convergem para a compreensão de outro fenômeno humano. Já abordado anteriormente, que representa a análise principal deste trabalho: os cemitérios. A construção deste espaço e toda representação que ele ocupa junto aos indivíduos está estritamente voltada para a ligação que indivíduo tem com a morte.

As práticas funerárias passaram por transformações, assim como a visão do homem sobre a morte. Desta maneira, os cemitérios são portadores de características diferentes que correspondem aos períodos de sua construção indo até atualidade. Os cemitérios são resultados de um processo histórico de determinada sociedade e de como essa sociedade se relaciona com os seus mortos. O historiador Thiago Nicolau de Araújo (2006), em sua obra *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 – 1930)*, apresenta a origem da palavra cemitério “A palavra cemitério (do grego koumetérion, de komao, ou duramo e do latim coemiterium, designava, a princípio, o lugar onde se dormia, quarto, dormitório, pórtico para os peregrinos. Assim, o cemitério passou a ter o sentido de local de descanso, onde repousa o corpo.” (ARAÚJO, 2006, p. 35). Atribui então o seguinte significado para ele.

A palavra cemitério aplica-se, propriamente, a um lugar em que é dada a sepultura por inumação, por enterramento direto no solo. É pois, por abuso, por extensão, de sentido, que é empregada para designar os hipogeus egípcios, os ajuntamentos de sepulturas cavadas na rocha, como na Assíria, na Fenícia e na Índia, os túmulos gregos e outros, os columbários. (LOUREIRO, 1977, p. 28 apud ARAÚJO, 2006, p. 36)

Embora os cemitérios ao longo do tempo mantenham aspectos que parecem não se alterar, são compostos por diferentes elementos sociais, e assim, sua elaboração, suas construções, as diferentes manifestações que ocorrem no seu interior, passam por mudanças e trazem consigo as marcas de uma sociedade, ou seja, sua memória. As reflexões seguem no sentido de buscar entender como se efetivou construção dos cemitérios, espaço esse que em determinados momentos encontrava-se inserido ao mundo dos vivos, sendo quase uma extensão desse e em outros, o desejo de afastá-lo, promovendo uma ruptura entre os dois mundos: dos vivos e dos mortos.

Para Morin “A vida de além-tumba dos ghosts tem como ponto de apoio a casa familiar dos vivos. Por vezes, os seus restos mortais encontram-se aí, mas na maioria dos casos, o temor dos mortos afastou um pouco as tumbas das habitações dos vivos.” (MORIN, 1997, 135). A coexistência entre os vivos e os mortos é algo novo. Embora a prática de sepultamento estivesse associada à história da humanidade, a convivência entre ambos não era próxima. Mesmo tendo familiaridade com a morte, os antigos temiam a aproximação com os mortos. Os cemitérios eram afastados das cidades, entrando nessas a partir da Idade Média.

Neste contexto, os cemitérios e as igrejas eram locais públicos e também dos mortos. Essa convivência ocorria em harmonia. Ali se encontravam os mortos, como também as feiras, os passeios, as danças. É desta época a mudança quanto às sepulturas. Diferente da Antiguidade em que havia nessas sepulturas inscrições que identificava o morto, “O túmulo visível tornou-se muito raro na Alta Idade Média, [...]”. (ARIÈS, 2003, p. 123).

As mudanças de mentalidade que vão se processando chegam também ao espaço dos cemitérios, especialmente no século XIX. Sua presença ao redor das Igrejas começa a ser questionada. Essa estranheza que começa a ocorrer quanto a presença dos cemitérios no espaço da Igreja, correlacionam-se com questões que vão desde as discussões higienistas, como também interferência sentimental. A morte passa a comover e surge a necessidade de tornar o túmulo do ente querido um local sagrado e de visitação privada. Ariès analisa o sentimento que se faz presente nesse novo contexto

A Igreja fez pela alma, mas nada fez pelo corpo. [...] Os mortos não deveriam enveredar os vivos e os vivos deveriam testemunhar aos

mortos. [...]; venerando e fazendo cultos. [...]. Os túmulos tornaram-se o signo de sua presença para o além da morte. [...]. Agora, queria-se que se voltasse ao lugar exato onde o corpo havia sido colocado, mas também que esse lugar pertencesse, como propriedade, subtraído o comércio, mas com perpetuidade assegurada. (ARIÈS, 2003, p. 123)

Todas essas mudanças pela qual os cemitérios se vêm envoltos, conota-os com características de cidades. Essa nova autenticidade dos cemitérios possibilita um novo olhar, isto é, torna-se possível assim analisá-los a partir de diferentes elementos culturais e sociais. A cidade dos mortos anexa-se às cidades dos vivos. As construções tumulares se modificam neste novo cenário. Novas sepulturas se voltam para celebrações religiosas, já outras demonstram devoções familiares, os grandes monumentos mortuários ganham a cena, as grandes catacumbas do início do século XVIII, seguem marcando os cemitérios por longa data e ainda hoje estão presentes nos nossos cemitérios atuais, sendo muitas vezes abrigos de famílias. (Ariès, 2003).

Ao se discutir esse novo elo estabelecido entre o mundo dos mortos e dos vivos, ou seja, essa permanência dos mortos entre nós, é necessário apontar o desejo dos vivos em preservar a memória de seus mortos. Neste sentido o cemitério pode ser compreendido como uma forma de eternizar a presença dos entes queridos que se foram. As visitas aos cemitérios se tornaram uma constante, pois traduz uma proximidade que deseja ser mantida, é uma forma de não esquecer.

No século XVIII, dizia-se nada de cidades com cemitérios, no século XIX, nada de cidades sem cemitérios. Entre as duas atitudes existe toda a distância do horror aos mortos conjurados, e de uma nova religião inventada no intervalo, a nossa, tal como reina em nossos cemitérios de hoje em dia, que leva multidões de novembro e os fervorosos visitantes enlutados de cada dia. A visita aos túmulos nos parece hoje tão familiar que estamos dispostos a ligá-lo a costumes imemoriais. (ARIÈS, 2003, p. 211-212)

Percebemos então, as diferentes maneiras das sociedades se relacionarem com a morte e com os mortos, dando aos cemitérios conotações diferentes para cada período histórico. Nessas consonâncias e discrepâncias no que concerne a eles, salienta-se o desejo de manter viva a identidade do morto, e de preservar também a identidade cultural de determinada sociedade.

Os cemitérios são fontes históricas que oportunizam olhar para componentes sociais, compreendê-los nas suas diversidades. A obra de José João dos Reis (1999), *A morte é uma festa*, apresenta uma visão sobre a construção da visão da morte no

Brasil e os atos cerimoniais voltados para os ritos fúnebres. Dessa forma, há uma aproximação das discussões realizadas por Reis (1999), com as discussões desenvolvidas por Ariès (2003). A saída dos cemitérios das proximidades da igreja para espaço privado ou público no Brasil se efetivou aos moldes europeus. Essa mudança iniciou no ano de 1936 na Bahia e se estendeu por diferentes regiões do Império. Neste ano, na Bahia, no dia 25/10 foi instituída uma lei que alterava a vida dos mortos, mas que não foi aceita passivamente pela comunidade dos vivos. (REIS, 1999).

Uma relação difícil de ser desfeita, pois por longo período morte e vida estiveram próximas, convivendo no mesmo ambiente. Pagoto salienta que

Os funerais eram concebidos por uma grande parcela população, como eventos sociais e como uma das raras oportunidades para desfilarem a riqueza e poder. [...]. Mesmo os indivíduos destituídos de posses iam, nessa forma de conceber a morte, a chance derradeira de alcançar, mesmo que por alguns minutos, um lugar de destaque dentro da sociedade. (PAGOTO, 2004, p.19)

É nítido assim, a naturalidade com que os indivíduos viam a morte, e toda simbologia que havia neste momento último de estar com o ente querido ou alguém próximo. Mas o processo histórico é contínuo, e toda a expressão manifestada na ocasião da morte provém dos sujeitos, seres históricos inseridos em sociedades, portanto essas expressões “[...] tendem a sofrer alterações ao longo da história. As formas de bem morrer deixaram de ser gradativamente uma festa e se tornaram um objeto de interdição.” (PAGOTO, 2004, p. 19).

A primeira forma de manifestação contrária à saída dos cemitérios na alçada da igreja na Bahia, partiu da própria igreja. Era aos arredores e dentro desta que os sepultamentos ocorriam. Houve uma grande adesão por parte da população aos chamados dos sinos. Protestaram contra a lei que proibia os enterros nas igrejas, protestavam contra aquilo que ia contra suas crenças, seus valores, suas convicções. (REIS, 1999).

A cemiterada, como ficou conhecida o movimento que não aceitava a transferência do cemitério para a esfera pública na Bahia, contou com o apoio também das Irmandades, responsáveis pela organização dos sepultamentos de grande parcela da população nesta época. O levante destruiu o novo Campo Santo. “Morra o cemitério” era a voz de ordem dita pela população. (REIS, 1999). Pagoto, ao

mencionar a cemiterada, observa que este movimento foi o mais significativo que ocorreu tendo como motivo a disputa entre o poder público, o poder eclesiástico e o povo. (PAGOTO, 2004). No tocante a interdição ao sepultamento nas igrejas, Pagoto aponta que em São Paulo a igreja permaneceu neutra. “Durante todo esse processo, entre a interdição dos ritos fúnebres tradicionais e a criação de um cemitério municipal extramuros, a Igreja católica não apresentou diretamente sua opinião. [...]” (PAGOTO, 2004, p. 125). Na justificativa, de acordo com a autora, se encontra uma das características do catolicismo da época ser leigo. Parte das reclamações enviadas à Câmara Municipal provinham de associações leigas formadas por pessoas mais poderosas da sociedade. O desejo dessas pessoas acabava sendo o desejo da Igreja. (PAGOTO, 2004). Uma manifestação que pode ser entendida como a busca pela manutenção dos valores, dos costumes, enfim, de tudo o que estava ligado ao cemitério das igrejas. Enterrar nas proximidades das Igrejas representava aproximar os mortos dos santos e conseguir a salvação da alma.

De acordo com Reis “Os funerais de outrora, e em particular os enterros nas igrejas, revelam a enorme preocupação de nossos antepassados com seus próprios cadáveres e os cadáveres de seus mortos.” (REIS, 1999, p. 25). Porém, faz se necessário destacar que nos cemitérios das igrejas não havia a afirmação da individualidade. Não era permitido realizar edificações sobre os sepultados, raros casos se podia colocar rampa sobre o túmulo e inscrições com nome e brasão familiar. A distinção social era presente, mas não era possível ostentar essa diferença social.

Foi a partir dos cemitérios extramuros que essa afirmação social de indivíduos ou de famílias foi se tornando mais evidente. Nesses cemitérios secularizados, houve espaço para a desigualdade se manifestar latentemente. A crença dos cristãos era de que o corpo, estando em solo sagrado, isto é, em solo da igreja, permaneceriam protegidos. As igrejas, espaços sagrados, podiam significar a entrada para o Paraíso. E para, além disso, conforme Reis, “Ser enterrado na igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido.”. (REIS, 1999, p. 171).

De acordo com Oliveira

A distribuição dos defuntos no interior das igrejas criava uma geografia funerária simbólica. Visualmente proposta nas alegorias de uma pintura barroca, em que normalmente os mais favorecidos estão mais próximos de Deus, auxiliados nessa proximidade pelos santos de

devoção. Aí os pobres aparecem como coadjuvantes, testemunhas da caridade cristã dos grandes. (OLIVEIRA, 2005, p. 78)

Os vivos não desejavam romper seus laços com os mortos, e a saída do cemitério da esfera pública, promoveria entre outras coisas, essa separação. Por isso que as mudanças não foram aceitas do dia para a noite. Necessitou de um longo período de gestação. Havia também nesse embate entre o público e o privado, a disputa por interesses dos que lucravam com os enterros nas igrejas e com os que lucrariam com os enterros fora dela. Os donos dos novos cemitérios, o poder público, as Irmandades, a própria igreja, aqueles que lidavam diretamente com os enterros, desejavam manter sua influência e o poder sobre os mortos. (REIS, 1999).

O Brasil deste período era marcado pelo discurso higienista. Uma sociedade que passa por transformações, precisa mudar sua relação com os mortos. “O enorme investimento material e espiritual no bem morrer, em particular o sepultamento, tornou-se objeto de crítica dos adeptos de uma outra visão da morte, a visão médica, que rapidamente ganhava corpo no Brasil na década de 1830.” (REIS, 1999, p. 247). O cenário brasileiro estava envolto em epidemias. Esse medo quanto às epidemias fez com que no Brasil do século XIX pensasse em mudanças nas práticas de sepultamento. Desta maneira, Claudia Rodrigues em sua obra *Lugares dos mortos nas cidades dos vivos* (1997), apresenta as mudanças de atitudes diante da morte que foram ocorrendo no Rio de Janeiro, especificamente, mas também em outras regiões do Brasil, e como se estabeleceu novas relações nas práticas dos funerais, nos rituais, e entre os vivos e os mortos.

Conforme aborda Rodrigues,

As sociedades podem apresentar, em suas concepções sobre a morte e os mortos, relações que vão da indiferença a convivência familiar. A familiaridade dos vivos com os mortos, no ocidente cristão, pode ser expressa na realização dos sepultamentos no interior das cidades e, em segundo lugar, na realização de sufrágios dos vivos pelos seus mortos. Por volta do século VI, os cristãos passaram a não mais praticar os sepultamentos fora das cidades, de acordo com os costumes da antiguidade romana, levando-os para dentro de seus muros, marcando uma nova relação de familiaridade e proximidade entre vivos e mortos, expressa nos sepultamentos realizados no interior das igrejas. (RODRIGUES, 1997, p. 166)

Para Rodrigues foi esse medo do contágio e da morte que levou a proximidade entre os vivos e os mortos ser questionada. A existência dos mortos no meio dos vivos

era um mal a ser superado. Para isso a organização das instituições fazia-se urgente. O cemitério, enquanto possível disseminador de doenças era uma das mudanças necessárias para atingir a modernidade.

Os baianos conviviam com os mortos numa promiscuidade que escandalizava os médicos. Nas ruas em frente a igrejas os pedestres andavam topando em ossos, inclusive pedaços de crânios. [...]. Para os médicos, a localização dos cemitérios seria fora da cidade, longe de fontes d'água, em terrenos altos e arejados, onde os ventos não soprassem sobre a cidade. (REIS, 1999, p. 258- 260)

Os cemitérios deveriam se afastar das igrejas, dos centros da cidade. A cidade estava em desenvolvimento e necessitava de novo espaço para os sepultamentos, entretanto de acordo com Reis (1999), para entender o movimento da cemiterada é necessário ir além de uma simples análise, é preciso olhar a sociedade como um todo.

A sociedade de Salvador passava por um período de crise econômica, ocasionando problemas sociais. Parte da população da cemiterada havia também participado de outros embates sociais, mas apesar de todas as demais questões que estavam envoltas à Cemiterada, para Reis ela foi “[...] um episódio que teve como motivação central a defesa de concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres, um aspecto importante do catolicismo barroco.” (REIS, 1999, p. 49). Para Pagoto (2004), essa transferência dos cemitérios da proximidade das igrejas está vinculada também as ideais iluministas que estavam chegando ao Brasil. Com esses ideais vinham a necessidade de mudar para modernizar. Modernizar os costumes representava inclusive romper com a velha mentalidade da relação entre os vivos e os mortos.

Neste sentido Oliveira também enfatiza que “[...], para refletir sobre a morte no Brasil, temos que levar em conta algumas características da cultura e da sociedade brasileira, mesmo que a primeira vista, não tenham relação evidente com a morte.” (OLIVEIRA, 2005, p. 77). Dessa forma as ações que se fizeram presentes no movimento estão intimamente associadas ao significado que o cemitério nas igrejas tinha para aquela população. Nas ideias defendidas pelos médicos higienistas, por exemplo, estavam presentes outros objetivos, novas atitudes diante da morte. Atitudes que precisavam ser repensadas para que as necessidades do momento quanto a saúde pública se efetivassem e, mais do que isso, para que a sociedade brasileira se

modernizasse. Assim, as ações desenvolvidas por várias instituições foram alvo de propostas de reformulações, inclusive os cemitérios.

Rodrigues aborda que, para os médicos

Os cemitérios eram, mal cuidados, com suas valas rasas, que pouco escondiam da voracidade de animais os corpos putrefatos. As igrejas, localizadas no Centro da cidade, serviam de abrigo aos mortos, em suas **covas internas**, impregnando o ambiente mal iluminado e sem ventilação dos odores mortíferos dos cadáveres. (RODRIGUES, 1997, p. 62)

Os novos cemitérios, fora das cidades, propagaria e ao mesmo tempo, tornaria real, as ideias civilizatórias e moralizantes, necessárias para o projeto a ser implantado. A mudança dos cemitérios do espaço das igrejas para a esfera pública, de acordo com Reis (1999), estava também voltada a atender os ideais liberais, civilizatórios e higienizadores e conciliava com o interesse do governo de sanear as cidades. A lei criada para proibir os enterros nas igrejas é de 1828, mas mesmo antes já havia restrições a essa prática. Posterior a esse decreto, vieram as discussões e posições contrárias e favoráveis entre os governantes.

Mas, se legislar fora relativamente fácil, executar se mostraria difícil tarefa. Em Salvador, os impasses provocados pela postura municipal contra os enterros nas igrejas levaram o governo provincial a buscar uma solução fora da alçada da Câmara – na verdade fora da alçada pública. Em meados de 1835, a recém-criada Assembleia Legislativa Provincial tomara a si o papel de legislar sobre a questão, produzindo a lei que concedia o monopólio dos enterros a uma companhia privada. (REIS, 1999, p. 289)

No Rio de Janeiro, a proibição dos sepultamentos no interior das igrejas com o regulamento sanitário, data de 4 de março de 1850. A partir desse momento há a preocupação de encontrar um lugar digno para os mortos, mas que não afetasse os vivos. “Diante da expansão urbana e do adensamento populacional, voltavam os olhos e os narizes para o espaço dos mortos, em busca da redefinição dos lugares a eles destinados”. (RODRIGUES, 1997, p. 92). O cemitério do Rio de Janeiro foi inaugurado então, em 1852.

Cada sociedade vai construindo e desconstruindo seus significados, seja em relação aos mortos, à morte e aos cemitérios, pois esses elementos são resultados das ações dos sujeitos em seus diferentes contextos históricos. Como afirma Reis,

“As atitudes diante da morte e a relação entre vivos e mortos não estão separadas de processos históricos mais amplos, daí porque cada país – talvez cada “região cultural” -teve uma cronologia própria de mudança.” (REIS, 1999, p. 78).

Essa discussão está presente, também, em Oliveira (2005), onde as manifestações em relação à morte no Brasil são resultados de concepções de diferentes grupos, e cada grupo tem suas especificidades ao se relacionar com a morte. Essa diferenciação faz com que as práticas, ritos referentes à morte não devam ser compreendidos como expressão de uma única cultura.

Foi então, tendo referência os cemitérios que havia na França no século XVII, que o Brasil foi elaborando os seus, com essa nova forma de sepultar. Porém no Brasil, as práticas funerárias estavam associadas às diversidades étnicas. Nesse sentido, é necessário partir da premissa que, a visão da morte e a construção dos cemitérios são uma categoria social e para que possam ser compreendidas, é necessário considerar o contexto social e cultural de cada período histórico.

Assim, pensar a morte para uma população que continha elementos da cultura portuguesa e africana, é perceber que morte e festa não se excluíam. As famílias se esforçavam por fazer dos enterros de seus membros, um importante acontecimento social, expedindo dezenas, às vezes centenas, de convites [...]. Pode se ver – que tudo era feito para ser visto – que não era pouca a energia gasta pela família e pessoas próximas nessa parte doméstica do funeral. E tudo isso se somava ao próprio luto. O luto doméstico seguia uma série de preceitos com múltiplas funções: expressar prestígio social, mostrar a dor, defender a família enlutada de um retorno do defunto. (REIS, 1999, p. 129-132)

Há a possibilidade de dialogar com Oliveira, pois para este,

A diversidade de sujeitos do processo histórico brasileiro e das contribuições que deram para a formação de uma cultura brasileira, que de fato não é uma cultura harmônica e de convergências, teve influências variadas no que podemos hoje, com menores relutâncias, do que no passado chamar de “cultura funerária brasileira”. (OLIVEIRA, 2005, p. 80)

É possível, perceber que morrer no Brasil neste período simbolizava muitas vezes a afirmação da distinção social, ou mesmo a tentativa de suprimir essa distinção. Os cemitérios que já existiam no Brasil, fora do espaço da igreja, eram para o sepultamento de indigentes, insignificantes ou rebeldes sociais, ou seja, dirigidos a

peças pobres, destacando a questão econômica em relação aos sepultamentos e neste contexto, ninguém desejava ser enterrados nesses cemitérios.

Pagoto evidencia que o cemitério, nesses moldes, foi construído em São Paulo de 1775, destinado a receber corpos dos presos e indigentes. “Porém apesar dessa tentativa, desde o seu início o cemitério dos Aflitos ou da Glória era desprestigiado e, com o passar do tempo, o seu estado de abandono era tamanho que não se sabia ao certo qual autoridade responsável pela manutenção.” (PAGOTO, 2004, p. 62).

A organização do novo cemitério trazia consigo a manutenção da distinção social, com diferentes estilos de enterrar os mortos. A desigualdade social era mantida também nesse novo espaço.

A organização das sepulturas do novo cemitério sugere uma arqueologia dos diferentes estilos de enterramento, equivalente a uma sociologia da desigualdade entre os mortos. Haveria túmulos e catacumbas particulares e covas comuns. As covas comuns representavam a forma mais primitiva de enterro em cemitérios, já praticamente abandonada na Europa nessa época, mas em uso nas igrejas brasileiras. Seria sepultura do baiano pobre. (REIS, 1999, p. 295)

O novo cemitério mantinha a mesma estratificação existente nos enterros das igrejas. Os bons cidadãos não poderiam ser misturados com os maus. A organização do cemitério deveria representar exemplos para os cidadãos. O cemitério da Bahia foi então, com os prós e os contras, inaugurado em 1836.

As visões contrárias à saída dos cemitérios das igrejas também estiveram presentes no Rio de Janeiro. Para muitos, a saída dos cemitérios das igrejas representaria o rompimento da familiaridade entre os vivos e os mortos, ideal cristão presente desde o final da Antiguidade. (RODRIGUES, 1997). Em São Paulo, a construção do cemitério se deu aos moldes de uma cidade. Foi pensado e planejado de acordo com as estruturas de uma cidade. Sendo construído em 1856.

Havia uma preocupação latente em ordenar a cidade dos mortos, onde tudo deveria ser previamente planejado, pois não seria permitido um crescimento desorganizado, como havia acontecido na cidade dos vivos. [...]. Assim como nas cidades, aqueles que dispusessem de recursos garantiriam uma morada eterna para si e seus descendentes. (PAGOTO, 2004, p. 118)

O caráter cristão e sagrado dos cemitérios não se perdeu com a transferência para outros espaços. A igreja, símbolo sagrado para os cristãos, manteve sua extensão nos cemitérios. Para Pagoto, “Todos os cuidados foram tomados para preservar a religião no novo campo e, com isso, tentar causar poucas alterações nos ritos fúnebres. Em seu espaço deveria haver “uma capella com a capacidade e arranjos necessários para a celebração da missa”, [...]”. (PAGOTO, 2004, p. 119). Neste mesmo sentido, Reis complementa que na inauguração do novo cemitério houve a sagração por parte da igreja e continua depois de pronto “[...], a Igreja aprovava a obra em seu aspecto sanitário, atribuição, aliás, do Estado. Em relação aos aspectos religiosos declaravam: A capela ou a casa mortuária está bem construída, e ornada com toda a decência e decoro, inspirando o respeito que se deve aquele lugar. [...]” REIS, 1999, p. 305).

O sagrado pode ser pensado aqui partir do que Eliade (1996), discute em seu livro *O sagrado e o profano*. O sagrado se coloca como oposição ao profano. As experiências religiosas, levam os indivíduos a diferenciar, na sua vivência os elementos sagrados e os que são vistos como profanos. No caso dos cemitérios, a conotação de sagrado pode ter vindo como extensão dos significados que as igrejas possuíam, isto é como sagrado.

No contexto em que ocorreu a secularização dos cemitérios, esses eram carregados de valores religiosos. A proximidade com os santos era praticamente a garantia para a salvação da alma. Transferir os cemitérios fora desse espaço sagrado, implicaria na necessidade de, também, realizar uma transferência de valor sagrado para os novos cemitérios. A Igreja se encarregou disso. Pode-se pensar essa ruptura com o sagrado dialogando Eliade ao discutir que

A com primeira vista, essa ruptura no espaço parece consequência da oposição entre um território habitado e organizado, portanto “cosmizado”, e o espaço desconhecido que se estende para além de suas fronteiras: tem-se de um lado um “Cosmos” e de outro um “Caos”. [...] No interior do recinto sagrado, o mundo profano é transcendido. Nos níveis mais arcaicos de cultura, essa possibilidade de transcendência exprime-se pelas diferentes imagens de uma abertura: lá, no recinto sagrado, torna-se possível a comunicação com os deuses; conseqüentemente, deve existir uma “porta” para alto, por onde os deuses podem descer à Terra e o homem pode subir simbolicamente ao Céu. (ELIADE, 1992, p 21-22)

As palavras de Eliade propiciam, ainda, um refletir sobre o homem do Brasil oitocentista, o homem religioso, que não queria ver sua relação com o sagrado ser rompida. E mais ainda, refletir sobre a importância dos cemitérios como vestígios, marcas de um passado, que auxilia a compreensão da relação que os indivíduos têm com a morte hoje.

Conhecer as situações assumidas pelo homem religioso, compreender seu universo espiritual é, em suma, fazer avançar o conhecimento geral do homem. É verdade que a maior parte das situações assumidas pelo homem religioso das sociedades primitivas e das civilizações arcaicas há muito tempo foram ultrapassadas pela História. Mas não desapareceram sem deixar vestígios: contribuíram para que nos tornássemos aquilo que somos hoje; fazem parte, portanto, da nossa própria história. (ELIADE, 1996, p. 97)

Pensando nas contribuições por parte desses autores mencionados, o cemitério representa, entre outras características que lhes são próprias, a possibilidade de estudo da cultura material, relacionando-as ainda a elementos que propiciam a compreensão de questões econômicas, políticas e religiosas. A história se faz presente no espaço do cemitério, as mudanças históricas estão lá se manifestando de diferentes maneiras, seja por meio das construções dos túmulos, seja nas fotografias, nos dizeres que estão presentes, perpetuando assim a memória dos que se foram.

O cemitério é o espaço dos mortos, mas nitidamente um espaço de práticas dos vivos. Representa a manifestação de diferentes épocas contidas no mesmo espaço. A compreensão em relação à construção dos cemitérios enquanto espaço de moradias para os mortos requer um debate histórico. A construção deste espaço não é algo simples, como aponta Rodrigues

Transformar as atitudes costumeiras diante da morte, em uma determinada passagem aflora a ideia da sacralidade das sepulturas, evidenciando que, apesar de seu discurso secularizante, quanto a alguns dos costumes fúnebres, fica patente a manutenção de uma referência cristã: os lugares dos mortos, ainda que devendo ser removidos da vizinhança dos vivos, deveriam manter-se como sagrados. Por mais que um novo discurso surja, as pessoas não se desfazem, de uma hora para outra, das antigas ideias. (RODRIGUES, 1997 p.62)

Essa conotação histórica dos cemitérios e a possibilidade do trabalho a partir dele, ou seja, a sua tomada enquanto fonte histórica pode ser pensada a partir dos estudos realizados por Araújo (2013) que apresenta os cemitérios como um espaço onde é possível observar elementos diversos da sociedade, como também é um local de preservação da memória. “O cemitério antes de tudo é uma forma de preservação da memória particular e coletiva dos indivíduos de uma região. Todos os túmulos erigidos são propriamente uma forma de preservação desta memória.” (ARAÚJO, 2013, p. 2).

De acordo com Araújo, a manutenção dos túmulos representa a necessidade de manutenção da identidade e memória de um grupo. Essa manutenção pode ser observada a partir da construção dos novos cemitérios. Hoje eles se constituem com características modernas, visando oferecer conforto aos seus visitantes. Há cemitérios com jardins, restaurantes nas proximidades. Nos locais de velórios há salas climatizadas, espaço para repouso, tudo atendendo a sociedade atual. É por assim dizer, o local dos mortos a serviço dos vivos. Pensando na relevância dos cemitérios como fonte para o estudo e compreensão do passado, Araújo salienta que

E se não fosse o culto aos mortos, os historiadores muitas vezes não poderiam ter recomposto a fisionomia econômico-social-política dos povos antigos. Foi, principalmente, a partir dos objetos encontrados nas tumbas, que esse conhecimento se tornou possível. Povos que quase não possuíam literatura e nem se perpetuaram através de monumentos contendo inscrições, deixaram a marca de sua existência nos objetos depositados em túmulos. E, assim, juntando todos esses heterogêneos fragmentos é que foi possível montar-se, através de toda uma série de elementos históricos, o quadro geral de uma determinada cultura. (ARAÚJO, 2013, p. 31)

O viés de raciocínio proporcionado por Araújo, condiz com a proposta deste trabalho de pesquisa, ou seja, dirigir aos cemitérios problematizações que os abarque como fonte histórica para o ensino de História e como lugar de memória. “Neste sentido é que a necrópole, portanto, não seria a “cidade dos mortos”, mas sim a “cidade dos vivos e dos mortos”, pois expressa os sentimentos sociais que marcam determinadas culturas em determinados períodos de tempo, bem como o contexto histórico em que estão inseridas”. (ARAÚJO, 2013, p. 43). E continua, “Por preservar a história, a memória das pessoas, instituições e da comunidade, os túmulos devem ser considerados patrimônios históricos, além de fontes para o passado, porque fazem sentido em nosso cotidiano”. (ARAÚJO, 2013, p.64).

Assim como as análises de Araújo, são notórios também trabalhos de outros estudiosos que problematizaram o cemitério visando compreender diferentes concepções presentes em seu espaço, tomando-o como fonte de análise em seus estudos.

Dialogando com alguns autores, é possível observar os diversos olhares que são dirigidos ao cemitério. Neste sentido é pertinente a observação realizada por Richard Gonçalves André em sua tese *Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932 – 1950)* “No interior da produção historiográfica, compreendida em sentido amplo, a utilização da sepultura como fonte tem sido lacunar a despeito do crescimento das pesquisas em torno da morte.” (ANDRÉ, 2011, p. 122).

André (2011), realiza uma análise sobre o cemitério de Assaí (PR), tendo como principal objetivo compreender as concepções religiosas presentes neste espaço. Seu principal objeto de estudos foram os túmulos nisseis presentes no cemitério. O autor conseguiu verificar as diferentes manifestações religiosas presente nessas sepulturas e o processo de cemeterização pela qual passou o sepultamento dos nisseis no Brasil.

As análises realizadas apontam para uma multiplicidade de representações presentes nos túmulos, evidenciando que no espaço dos cemitérios não há apenas um fenômeno, mas que as práticas que ali se expressam estão associadas a diversas formas do sagrado se fazer presente. Assim André afirma que “Compreendida fora de sua esfera institucional, a religião nos túmulos e altares domésticos revelou-se um fenômeno híbrido e não necessariamente restrito a dogmas circunscritos. No caso das sepulturas, como sugerido, houve a mistura de representações cristãs às budistas[...]”. (ANDRÉ, 2011, p.29).

O olhar de André se voltou para os “[...]artefatos presentes, no sentido de vê-los como “premissa de que tais artefatos são parte da cultura material do seu tempo.” (ANDRÉ, 2011, p. 31). Os artefatos transformam se em fonte para ao historiador, trazendo um leque amplo para sua pesquisa. Por meio desses as transformações que ocorreram ao longo do tempo podem ser analisadas, pois passam por novos significados.

André destaca que “A nova atitude dos vivos para com os mortos passou a ser baseada no culto à memória individual ou familiar, assumindo os túmulos a função de monumentos, lembrando que mesmo a estatuária exibida atualmente nas praças públicas era, nos oitocentos, ostentada nas necrópoles”. (ANDRÉ, 2011, p. 126). As

idades criadas pelos vivos para os mortos, trazem consigo características vivas, isto é, há inserido neste ambiente, a necessidade de perpetuar recordações dos entes queridos. O dia de finados deixa essa característica acentuada com a intensas visitas que ocorre nos cemitérios. “Isso remete à ideia segundo a qual os túmulos, como afirmado, são objetos da cultura material periodicamente apropriados pelos usuários, principalmente familiares, com múltiplas finalidades, isto é, são monumentos vivos. (ANDRÉ, 23011, p. 136).

O processo de democratização da morte e a instalação dos cemitérios em Seridó, Rio Grande do Norte, foi objeto de análise de estudo por Alcineia Rodrigues dos Santos em seu trabalho *O Processo de Dessacralização da Morte e a Instalação de Cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*, (2011). Objetivando compreender a relação entre os vivos e os mortos nesta região, a autora realiza uma abordagem acerca da situação pela qual o Brasil passava no período de secularização dos cemitérios, e observando as sepulturas, as fotografias, os epitáfios presentes nas sepulturas, faz reflexões que versam sobre a cemitérios enquanto espaço de memória e história.

Santos discursa que a partir de 1850, o Brasil é marcado, como mencionado anteriormente por outros estudiosos, por epidemias. Estas causaram grande mortalidade, fazendo com que a população passasse a temer a morte. A morte deixa de ser domesticada, conforme discute Ariès (2003), e passa a ser interdita. A nova forma de ver a morte faz com que na região de Seridó, sejam implementados cemitérios públicos.

De acordo com Santos a região é dotada de grande característica religiosa e a igreja se fazia próxima aos homens. As confrarias e as irmandades tinham papéis ativos neste meio. “O medo da morte sem assistência foi um dos motivos que levaram muitos seridoneses a buscar auxílio nessas associações”. (SANTOS, 2011, p. 61). É marcante neste contexto, a ação dos indivíduos frente as incertezas ocasionadas pela morte em realizar inventários. Esses inventários, contemplavam, entre outros itens, a escolha do local de sepultamento. A igreja era o local escolhido na maioria dos testamentos. “Estar sepultado no interior das igrejas não era desvincular do mundo dos vivos. A escolha das igrejas era de grande importância, pois revela a devoção do morto”. (SANTOS, 2011, p. 97). Já que fora nesse espaço que os indivíduos tinham passado grande parte de seu tempo e dos momentos mais importantes da sua vida.

Dentre os vários problemas presentes no Brasil oitocentista, o problema de saúde pública era latente. E os olhares, assim como em outras regiões, sem Seridó, se voltaram para os sepultamentos nas proximidades das igrejas. Era preciso construir novos cemitérios fora desse espaço. Esses mesmos cemitérios para Santos representam

Espaços portadores de cultura material, espiritual e cultural de determinada sociedade, os cemitérios são fundamentalmente lugares de expressão. Não são somente o recinto dos mortos: eles abrigam histórias, costumes e principalmente a incerteza e a inquietude diante da morte como acontecimento irremediável. (SANTOS, 2011, p. 187)

No ambiente do cemitério a sociedade se manifesta. Seus usos, costumes, como também as condições econômicas. Neste ambiente, as aquisições da vida social e as mudanças urbanas se fazem presentes. Espaço de afetividade e memória. Traz em si diferentes identidades dotadas de simbologias próprias. (SANTOS, 2011). As reflexões que Santos realiza ao pensar o cemitério enquanto espaço de memória e história se aproxima do objeto de análise deste trabalho. Neste sentido, são de grande relevância as palavras da historiadora.

Neles, observamos elementos portadores de uma memória que nos ligam intimamente com os nossos entes queridos, além de um conjunto de textos e símbolos que nos enchem de lembranças e nos remetem a vida passada. Do mesmo modo, o cemitério é objeto de história, pois propicia enquanto pesquisador, rever a visualidade do passado de forma efetiva e mágica, dentro de um discurso crítico que confirme sua relação temporal com o produto artístico funerário, com o mover e com o renascer. (SANTOS, 2011, p. 189)

Os saberes presentes nos cemitérios, pertencentes as diversas formas de manifestações de expressões culturais que ora são divergentes, ora se assemelham, mas com especificidades dos momentos históricos que representam. Essas expressões estão nos túmulos, nos epitáfios, nas fotografias, nos ritos funerários, enfim, são marcas, de uma sociedade que pode ser conhecida e interpretada a partir o olhar do historiador.

Contribuindo para as discussões acerca dos cemitérios enquanto espaço de diferentes saberes históricos, Renata de Souza Nogueira (2013) em sua dissertação de mestrado *Quando um cemitério é patrimônio cultural*, discute as mudanças que ocorreram na forma de olhar para os cemitérios. Neste seguimento, as discussões de

Nogueira partem da concepção do cemitério como patrimônio cultural. Tendo como fonte o cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro, Nogueira discute a patrimonialização do espaço cemiterial.

Espaço cada vez mais absorvido pelas grandes metrópoles, não se isolam delas, mas sim fazem parte de todas as discussões problemáticas que as envolvem. As alterações que sucederam nas cidades dos vivos, afetaram a cidade dos mortos, e estas oferecem condições de entender a sociedade como um todo.

Pensado primeiramente como espaço para os mortos, passou a desempenhar papel local de poder econômico e social por meio das suas construções.

Gradativamente esses cemitérios seculares passaram a fazer parte do cotidiano. A população começava a enxergar aquele equipamento com bons olhos, entendendo que aquele solo poderia ser o solo sagrado, constituindo de fato uma extensão das igrejas, além da melhoria para a qualidade de vida. Entretanto, apenas quando a parcela burguesa da sociedade percebeu que aquele novo espaço possibilitaria a espetacularização eterna almejada por essa classe é que os cemitérios forma aceitos e efetivamente utilizados. (NOGUEIRA, 2013, p. 26)

As novas construções tumulares dão aos cemitérios o aspecto moderno existente na Europa, traduzindo o cotidiano das classes sociais que se faziam expressar nestas manifestações. É diante desse significado histórico que os cemitérios carregam, sendo testemunhos de períodos distintos.

Os cemitérios congregam qualidades intrínsecas a três instituições tradicionais de preservação do patrimônio cultural: os arquivos, quando o monumento-documento é produzido com a função de preservar, as bibliotecas, quando tais objetos visam fins culturais propositais, e os museus, na função de colecionamento, ainda que nos cemitérios não exista a seleção do acervo. (NOGUEIRA, 2013, p.33)

A pesquisadora Cibele de Mattos Mendes, no ano de 2007, em sua dissertação de mestrado *Práticas e Representações Artísticas nos Cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo-Salvador (1850-1920)*, observou a arte funerária presente no Cemitério Ordem do Terceiro do Carmo de Salvador. Realizando a leitura das manifestações artísticas existentes no cemitério mencionado, Mendes tinha como objetivo compreender os significados políticos, sociais presentes nas diferentes categorias de arte ali encontradas.

A arte funerária viabilizou, ainda, ir além do que está em evidência, ou seja, olhar para o que está oculto nessas representações, por exemplo, as concepções que os sujeitos têm no que concerne à morte. A análise de Mendes, dá visibilidade à intenção presente na arte funerária. Trata-se de uma manifestação de sentimento dos vivos para com os mortos.

A Colina dos Lázarus, foi de acordo com Mendes (2007, p. 43) ocupada partir do século XIX, por cemitérios das Ordens Religiosas. Esse período condiz com movimento de secularização dos cemitérios. “A construção desses cemitérios recebeu apuro artesanal e artístico além de uma representação de valores vigentes nos espaços funerários europeus. ”

As construções tumulares e a expressão artística neste local ganham novos contornos a partir do início do século XX. Mendes aponta componentes que exteriorizam o cemitério e suas construções como reveladores de poder e um pensar no tocante às sepulturas individuais surgidas com a secularização dos cemitérios. (MENDES, 2007).

Apoiado nas discussões de Mendes (2007), o cemitério pode ser compreendido enquanto testemunho da forma como o ser humano interage com a morte. Para além do aspecto material, ele traz a concepção de memória individual ou de um grupo. Corroborando com o apresentado até o momento no que diz respeito ao cemitério e os possíveis olhares que se dirigiam a ele, bem como o conhecimento histórico que ele oportuniza, Fernanda Maria Matos da Costa em seu trabalho *A morte e o morrer em Juiz de Fora: transformações nos costumes fúnebres* (2007) analisou em sua dissertação de mestrado a criação do cemitério de Juiz de Fora (Minas Gerais), no contexto da secularização dos cemitérios. A abordagem da autora se efetiva a partir da criação de um novo cemitério, transparecendo assim as novas aparências da morte nesta sociedade.

Assim como nas demais regiões estudadas pelos autores abordados, em Juiz de Fora, as medidas sanitárias influenciaram na secularização dos cemitérios. A construção do cemitério público neste local ocorreu em 1890. Costa (2007) dá visibilidade à forma como o cemitério foi pensado e planejado em Juiz de Fora. Esse planejamento destaca a proximidade que as cidades dos mortos estabeleciam com a cidade dos vivos, no tocante a elementos como quadras, ruas, estratificação social e arquitetura. Tudo fora planejado para que a cidade dos mortos não apresentasse os mesmos problemas que a cidade dos vivos possuía.

Para Costa, a construção do cemitério em Juiz de Fora, trouxe uma nova forma de convívio com a morte, com todas as suas demonstrações de poder através da distinção por meio da construção dos túmulos e seus ornamentos. E mesmo após os sepultamentos serem deixados de ser realizados na Igreja Matriz, ou seja, terem saído do âmbito religioso, a questão religiosa não deixou de exercer sua influência no recém inaugurado cemitério extramuros, [...]. (COSTA, 2007, p.104)

Elaine Maria Tonini Bastianello (2010), em sua tese *Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e arte factual (1858-1950)*, discute o cemitério enquanto espaço de memória social. Para isso, a autora analisa o sentido que possuía a prática do enterramento e especialmente os seus monumentos, bem como o significado que possuíam. Ela olha para os cemitérios, observando-os como bem patrimonial que necessitam ser preservados, pois as edificações presentes trazem significados, conhecimentos, atitudes da sociedade de quem os construiu.

Assim sendo, [...], todos os artefatos materiais elaborados e utilizados pelo homem para ritualizar seus mortos no espaço mortuário são elementos pertinentes para entendermos a memória da sociedade. (BASTIANELLO, 2010, p. 15). Há diante do exposto a afirmação dos cemitérios como ambiente de produção do conhecimento histórico de identidade social e de educação patrimonial.

O monumento tem por finalidade lembrar, rememorar um passado mergulhado no tempo, e o artefato fúnebre se tornou um suporte de memória, tendo a responsabilidade de preservar a memória do indivíduo, como também assegurar a identidade de grupos sociais. Compreendemos que os monumentos são aqueles objetos materiais produzidos por uma dada cultura e estão relacionados com a vontade de perpetuar os testemunhos da sociedade e legados da memória coletiva de um povo. (BASTIANELLO, 2010, p. 15)

Expusemos até aqui, diferentes trabalhos acadêmicos realizados acerca da morte e dos cemitérios. A opção por Edgar Morin consistiu em apresentar uma possibilidade teórica de leitura da morte e das atitudes diante dela. Em seguida, Phillipe Ariès e João José Reis, foram utilizados de modo a pensar a historicidade deste processo, o primeiro na Europa e o segundo no Brasil. Os diversos autores apresentados em subsequência objetivaram ilustrar e sistematizar as formas como os cemitérios têm sido utilizados como objeto de estudo e de conhecimento para pensar

os aspectos culturais mais variados. Nesse processo, deixamos de fora os estudos relativos aos ditos 'santos populares', personagens presentes em diversos cemitérios brasileiros, e sobre os quais há significativa literatura produzida, mas que se afastam inicialmente da nossa proposta de análise.

Pensar um processo de aprendizagem que envolva não apenas o espaço escolar, mas que ultrapasse esse limite e abarque espaços diferentes enquanto representação do passado, dotados de características históricas, significa proporcionar uma análise em relação à importância das fontes históricas no processo de construção do conhecimento. No caso específico deste trabalho, a análise se constituirá acerca dos cemitérios como espaço de memória e história. Ao modo de Paul Ricoeur em seu texto *Memória, história, esquecimento*

Proponho-me aqui extrair as consequências mais interessantes deste deslocamento de ponto de vista no que diz respeito à relação entre a memória e a história. Se a tratarmos de um modo não linear mas circular, a memória pode aparecer duas vezes ao longo da nossa análise: antes de mais, como matriz da história, se nos colocarmos no ponto de vista da escrita da história, depois como canal da reapropriação do passado histórico tal como nos é narrado pelos relatos históricos. Mas esta modificação do ponto de vista não implica que abandonemos a descrição fenomenológica da memória em si, seja qual for a sua ligação com a história. Não poderíamos falar seriamente da reapropriação do passado histórico efectuado pela memória, se não tivéssemos, considerado previamente, os enigmas que incomodam o processo da memória enquanto tal. (RICOEUR, 2003, p. 1-2)

Assim, rompe-se com uma prática muitas vezes arraigada em sala de aula, de ter como respaldo para análise e reconstrução do passado apenas documentos escritos e que se enquadram no espaço escolar. A partir do trabalho de análise do cemitério enquanto fonte histórica, pretende-se também, realizar uma leitura diferente da concepção que se tem sobre o passado e sua relação com o presente, isto é, não como dois momentos distintos, mas sempre em um diálogo constante e necessário para interpretar os fatos históricos. Compreender o processo histórico ao longo do tempo representa não olhar para o presente como algo isolado, mas potencializar a interpretação do presente.

Jacques Le Goff (1982) em seu livro *História e Memória*, leva-nos a compreender o cemitério como resultado de uma construção histórica. Possibilita

também refletir acerca construção da memória individual e coletiva que se tem em relação à morte, sendo que por vezes essa visão é tida como única e verdadeira (LE GOFF, 1982). Neste sentido, ao problematizar o cemitério como espaço histórico, associado à discussão historiográfica é possível propor reflexões significativas que resultem na desconstrução de conceitos estabelecidos e compreenda que a história é resultado das ações dos diferentes sujeitos ao longo do tempo.

Ensinar o método histórico representa ainda propiciar ao aluno o pensamento crítico a partir de determinado objeto, proporcionar situações concretas que gerem reflexões, questionamentos e problematizações em relação à vida cotidiana e ao presente. Este processo refletivo e questionador traz o real objetivo das aulas de História e sua importância para o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos.

É necessário que os alunos tenham claro o papel da História enquanto disciplina, compreendam que estudar o passado não se limita apenas conhecer os fatos que lá aconteceram, mas que esse conhecimento possibilita entender as relações sociais independente do tempo em que elas ocorreram. A proposta de trabalho vai ainda ao encontro das discussões contempladas nas Diretrizes Curriculares de História onde aponta que a “[...] a consciência histórica é uma condição para a existência do pensamento humano.” (PARANÁ, p. 52, 2008).

Pensar o cemitério enquanto objeto histórico de análise, isto é, enquanto espaço de memória, evidencia o ensino de História sob nova perspectiva, permite resgatar a história da cidade de Maringá sob novas óticas e novas formas de abordagens, acerca dos sujeitos históricos e suas relações com os diferentes espaços nos quais estão inseridos. O cemitério representa, entre outras características que lhes são próprias, a possibilidade de estudo da cultura material, relacionado a elementos voltados entre outros, às questões econômicas, políticas e religiosas. Por meio de um passeio, por exemplo, é possível verificar diferentes crenças religiosas que se expressam através das manifestações ali realizadas. Atenemos agora à história do Cemitério Municipal de Maringá.

3 - O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ: ESPAÇO DE MEMÓRIA E SABER

No primeiro capítulo, mostramos como a morte, os sepultamentos, os cemitérios estão associados as discussões de uma memória histórica, portanto, em constante construção. Agora, gostaríamos de refletir sobre como essa memória pode ser operacionalizada no ensino de história. Ao analisar o cemitério enquanto fonte histórica para o ensino de História, e as contribuições que esse objeto de trabalho e pesquisa pode oportunizar às aulas de História, posto sua representação enquanto evidência que auxilia a compreensão do passado, teceremos breves discussões que visam realizar algumas reflexões acerca da disciplina de história na atualidade e o trabalho do professor de História diante desse contexto.

Ao refletir sobre esse trabalho, alguns apontamentos se fazem necessários para que seja possível justificar a proposta pedagógica em que o cemitério é tido como um local de ensino e aprendizagem para a disciplina de História. A história se faz a partir das relações entre os seres humanos, o cemitério deixa transparecer nitidamente os aspectos existentes sejam quanto a contextos históricos distintos, ou por grupos sociais também heterogêneos. O ponto de partida das discussões são reflexões realizadas a partir da prática cotidiana enquanto professora de História.

Atuando no Ensino Fundamental (Regular) e na Educação de Jovens e Adultos, na Rede Pública do Estado do Paraná, tornou-se possível observar e vivenciar diferentes discursos que ancoraram a prática docente, bem como perceber as dificuldades em fazer com que esses discursos fossem aplicados no dia a dia com os alunos. Isso porque ocorre em partes, uma discrepância entre o que é apresentado tanto nas academias, como nos cursos de formação continuada, com a realidade vivenciada pelos professores nas escolas públicas. São discursos que entre tantos elementos questionam a forma como o professor deve proceder quanto a sua prática. São questionamentos sobre como ensinar, quais estratégias devem ser utilizadas, enfim, abordagens que enfatizam a importância da disciplina de História, seus objetivos no processo de ensino-aprendizagem.

É um amálgama de teorias que perpassam pela vida profissional do professor. Diante das incertezas de como aplicar, de como direcionar seu trabalho a partir de

determinada teoria, prevalece na prática aquela que ele tem maior domínio, ou a prática que a condição da escola lhe oportuniza.

No processo contínuo de formação, vivenciamos um discurso de que é necessário que os professores desenvolvam uma metodologia que torne a disciplina de História significativa para os alunos, isto é, esses devem compreender a importância desta em seu dia a dia.

Pensando a partir dessa ênfase, propomos um ensino- aprendizagem em que a História seja compreendida como um processo em construção firmado pelas ações dos seres humanos. Os obstáculos a que os professores de história se deparam no contexto atual, não são diferentes de tantos empecilhos já vivenciados em outros momentos históricos. Tendo compreensão de quão fundamental é a disciplina de História na atualidade, trazemos contribuição de Albuquerque (2012), *Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?* para evidenciar a tarefa contemporânea da história:

A história que praticamos hoje, ao questionar o poder, a exploração, e a dominação, ao denunciar as formas de vigilância, de disciplina e controle, que nos constituíram e que constituíram nossa história como humanos, nos ensina o desejar, o pensar e o praticar a liberdade. (ALBUQUERQUE, 2012, p.9)

Assim, buscamos evidenciar que, frente a tantos desafios a serem superados na educação pública ou especificamente no ensino de História, é possível pensar em possibilidades de trabalho que partam de realidades próximas aos alunos para que o ensino de história seja reflexivo e significativo. Os princípios que norteiam essa prática são a realidade social e a possível transformação desse indivíduo na sociedade. Para que a história consiga exercer seu papel social, muitas vezes faz-se necessário uma abordagem diferente do professor em relação a sua prática pedagógica.

As reflexões sobre a prática do cotidiano de sala de aula nos colocam muitas indagações e muitos desafios. Entretanto, não podemos afirmar que esses desafios e incertezas são contemporâneos somente a nós. Os entraves educacionais sempre acompanharam os professores, especificamos aqui o de história, que é o que nos interessa neste momento. Na prática cotidiana é notável a dificuldade que o aluno, por vezes, apresenta em assimilar um conteúdo que está distante de sua realidade, mas

que é fundamental para que ele compreenda a história como algo que não se fragmenta, como um processo complexo, dinâmico e amplamente relacionado em sua totalidade. Diante desta necessidade, o professor ao redirecionar a prática docente a partir de contextos que tenham significado e estejam vinculados à vida dos alunos, eleva as possibilidades de compreensão dos conteúdos de história. Nessa proposta de trabalho, há uma preocupação não apenas em como ensinar, mas o que e para que ensinar.

A própria constituição da disciplina de história, seja escolar ou acadêmica esteve acompanhada de diversos obstáculos e disputas de poder. Na prática o professor de história vivencia essas problemáticas diversas, sejam em questões de cunho curricular, ou no âmbito político. Dessa forma pensar o ensino de História na atualidade é compreender todos os empecilhos que os professores enfrentam no dia a dia. Evidente que não se trata de questões voltadas apenas para o ensino de História, mas sim de um leque que abarca toda estrutura educacional brasileira desde sua constituição até o momento. Tomaremos como ponto inicial de discussão a discrepância entre o que os pesquisadores de História propõem com a realidade e a dificuldade de efetivarmos essas teorias.

Produções atuais mostram que a sociedade necessita de um ensino de História que atenda a essa sociedade de forma a fazer com que os alunos se tornem críticos e atuantes nos diversos grupos dos quais fazem parte. Desenvolver a reflexão e a análise, é fazer com que eles não sejam indivíduos que se calem diante dos acontecimentos, mas que expressem seus direitos e atuem de forma a construir uma sociedade em que sejam de fato cidadãos dotados de deveres e também de direitos. (SCHMIDT 2011; MATHIAS, 2012; CERRI, 2004).

Os alunos não devem ser apenas seres passivos frente ao ensino, devem ser sujeitos capazes de produzir conhecimento histórico, em que consigam se ver fazendo parte deste processo. No cotidiano das escolas os professores direcionam sua prática a partir desses escritos, ou seja, apesar de todas as limitações impostas pelo sistema, os professores buscam formar indivíduo que compreendam o mundo que o cerca e não se coloquem passivos diante dos problemas postos socialmente formando cidadãos mais atuantes, questionadores, capazes de se verem enquanto sujeitos produtores de história. Sendo então agentes da história, são capazes de transformar o futuro que se constituirá num exercício de cidadania atuante e verdadeira.

Para que esse processo se efetive, o ensino precisa propor aos alunos condições para compreenderem o passado não como algo isolado do presente, mas sempre pensá-lo por meio de um diálogo constante com a atualidade. Assim esses indivíduos podem pensar a sua realidade, atuando para que o futuro se construa sob novas perspectivas. Estamos nos referindo ao agora, mas é evidente que em cada momento histórico os professores atuaram de maneira a fazer com que seus alunos tivessem assegurado o conhecimento científico e histórico pensado nas novas discussões que constantemente embasam o ensino de história, qual seja, não uma história em que se volte apenas para o passado, mas se estabeleça um diálogo saudável, necessário e oportuno com o presente, tornando esta relação compreensível em sua dialética, portanto entendendo esses mundos, não de forma isolada, e sim em sua importância num tempo determinado.

Os discursos acadêmicos são necessários para que possamos refletir sobre a prática de sala de aula, e possivelmente esses tenham sido pensados a partir das angústias que afligem os professores, mas torná-los efetivos não é tarefa tão simples. E aqui não estamos apontando a falta de capacidade dos professores para essa consolidação, a inatividade desses ao atuarem junto aos seus alunos, mas pequenos entraves que acabam por impedir que de fato isso se concretize. Esses pequenos, ou por não dizer grandes contratempos vão desde questões de indisciplina em sala, falta de materiais, falta de recursos tecnológicos entre outros. Há um árduo trabalho por parte da maioria dos professores de história, assim como nas demais áreas do conhecimento, para que o conhecimento que seus alunos tenham acesso seja de fato de qualidade, e buscam isso apesar dos limites impostos. Com certeza essa não tem sido uma tarefa fácil. Silva e Fonseca no livro *Ensinar História no século XXI* (2012, p. 22) já apontava que essa árdua tarefa não é fácil, mas é imprescindível. “[...], cujo objeto de trabalho docente é a formação da consciência histórica de crianças e jovens que, no Brasil, experiência uma realidade marcada por múltiplas diferenças culturais e enormes desigualdades sociais e econômicas”.

O ato de formar consciência histórica, torná-los críticos, muitas vezes se transforma num grande obstáculo quando o que se tem para isso é apenas a voz, um livro didático e um quadro. Não se trata de justificar ou apontar o professor como omissos, mas sim evidenciar uma realidade que se faz presente nas escolas, em que mesmo o professor tendo formação e almejando um ensino transformador, nem

sempre consegue promover os objetivos pretendidos. A sociedade na qual nossos jovens e adolescente se encontram é dinâmica, rodeada de informações rápidas e atraentes para essas faixas etárias, enquanto em sala o professor traz para discussão assuntos que estão tão distantes deles, de suas realidades de seus interesses. História Antiga, europeia, grandes guerras, revoluções. E a história local? A nacional? Aqui não estamos desconsiderando nenhum momento histórico e a importância desses para uma compreensão dos processos históricos. Enfatizamos que seria possível uma compreensão mais significativa, se esses fatos fossem relacionados com a história mais próxima deles, com uma fonte que propiciasse a busca do conhecimento também dessa realidade próxima. Essa possibilidade é viável olhando o cemitério como um viés a mais neste processo para o ensino de História.

Urge a necessidade de os alunos compreenderem a importância da disciplina de História, a importância de se ter conhecimento frente a uma sociedade da informação, bem como de refletir a partir dela para atuar de modo a mudá-la, enfim ser um sujeito ativo socialmente. É diante deste objetivo que o direcionamento do trabalho docente precisa ser enveredado. O que ensinar? Como ensinar? Para que ensinar? É preciso transmitir o conhecimento construído historicamente pelo ser humano, pois esses serão necessários para que eles possam prosseguir seus estudos, como também para que se humanizem. Todavia é preciso ensiná-los com qualidade, fazendo com que compreendam não apenas o que está posto nesses conteúdos, mas aquilo que não está ali claramente estipulado. As informações que se fazem muitas vezes presentes nas entrelinhas, ou estão omissas é que vão contribuir para a formação crítica e humana desses indivíduos.

Essas ações parecem simples quando é possível pensar na sua praticabilidade. Tomemos como exemplo uma comunidade onde há viabilidade de deslocar-se do ambiente escolar para a visita de outros locais: ir a um museu e ao teatro, visitar um monumento histórico, fazer-se presente em um espaço onde a tecnologia pode ser bem aproveitada. Ações que significariam uma melhora na prática dos estudos, caso a sociedade da qual eles são inseridos oportunizasse esses feitos, mas quase impossível de se concretizar em uma comunidade em que essas possibilidades não existem ou estão praticamente ausentes. Então, o professor se vê diante da necessidade e do desejo de desenvolver um trabalho que amplie o conhecimento de seu aluno a partir do que ele consegue vivenciar, enquanto esbarra em questões como

gastos financeiros para organizar um passeio, dificuldade de transporte, salas de informática que dificilmente funcionam e grupos de alunos que não conseguem vislumbrar um futuro por meio da educação. O que ensinar sabemos, como ensinar depende de conjunturas que estão para além do professor.

Diante desses obstáculos o professor acaba lançando mão do recurso que todos podem ter acesso: o livro didático. Não vamos abrir aqui discussões sobre a viabilidade ou inviabilidade do uso exclusivo do livro didático e dos limites que ele impõe, mas apenas, asseverar que nem sempre os professores conseguem dinamizar em sala de aula, as discussões propostas nas academias, embora as conheçam e sejam partidários a elas.

Atentando ao caso do Cemitério Municipal de Maringá, apresentaremos a seguir algumas informações e documentos levantados sobre ele e que podem servir ao ensino de história, como um espaço de saber e memória.

De acordo com informações coletadas e documentos analisados, teria suas atividades iniciadas a partir de 1946. Antes desse período, não há documentação que expresse o real destino dos sepultamentos. Possivelmente, por ser Maringá, neste período Distrito de Mandaguari, era para este Município que os mortos de Maringá eram conduzidos, ou para o cemitério conhecido como Cemitério dos Caboclos, localizado na PR-323, próximo ao município de Paiçandu. Entretanto, para que o contexto da criação do cemitério seja compreendido, faz-se necessário inicialmente, realizar uma breve discussão acerca da história de Maringá, principalmente no que diz respeito à sua criação, visando assim entender e estabelecer liames com o cemitério e as transformações pela qual passou desde sua criação até o período atual.

Ao analisar a história do Cemitério Municipal de Maringá as contribuições de Andrade e Serafim (2010) no artigo intitulado “A religiosidade católica e seus santos: o Cemitério Municipal de Maringá PR como espaço de devoção” auxiliam nas discussões, pois realizam uma abordagem que contemplam dados sobre a criação e os componentes que fazem parte do cemitério. Andrade & Serafim fazem um breve histórico do cemitério indicando que este

Contém dez alqueires, o cemitério foi fundado juntamente ao município. De caráter marcadamente cristão, o cemitério possui uma capela para a realização de missas, que embora descrita como ecumênica, possui uma

estátua de Jesus, com aproximadamente 1,80m de altura. No cruzeiro, além das garrafas de água que o rodeiam as centenas de velas acesas, observamos, em seu topo, a imagem de Nossa Senhora. (ANDRADE e SERAFIM, 2010, p. 108)

As pesquisas realizadas indicaram que os primeiros registros do Cemitério Municipal datam de 1946¹. Eram feitos em grandes de livros e neles constavam apenas o nome do morto, a idade em alguns registros do cemitério, caso e a causa da morte. Essa última aparecia raramente. Em 1960, os registros do cemitério, que constam em arquivos neste local, indicam a naturalidade do indivíduo, local de residência, a idade, a profissão, aparecendo em alguns registros a causa da morte. A forma manual de registro segue até o ano de 1988. A partir deste período, começa o processo de informatização nos documentos do cemitério.

A preocupação das autoridades públicas em relação ao funcionamento e aos cuidados com o Cemitério Municipal pode ser visualizado por meio das leis e decretos municipais. A primeira lei que se encontra disponível nos arquivos municipal, data de 1970. Esta Lei publicada em 08/09/1970, cria o Cemitério Municipal. A lei foi proposta pela Câmara de vereadores e aprovada pelo então prefeito Adriano José Valente. Dentre os itens presentes neste documento se encontram regulamentação quanto as concessões das terras do cemitério e a forma de construção devendo essas estarem de acordo com a construções arquitetônicas permitidas. A lei norteia também as funções de cuidados do cemitério que ficaria a cargo da administração do Cemitério Municipal. Esta Lei afirma no Art. 1º que “Fica criado o Cemitério Municipal de Maringá, parque de utilidade, reservado e respeitável” e no Art. 2º afirma que “A execução e conservação do Cemitério Municipal de Maringá serão feitas de acordo com o projeto arquitetônico –paisagístico, encomendado pela Prefeitura municipal de Maringá” (MARINGÁ, 1970).

Leal no livro *História Artística e Cultural de Maringá* (2016), argumenta que na década de 1970 Maringá estava passando pelo período de consolidação urbana. Basicamente 95% da população de Maringá residia na área urbana. No ano de 1978, a Câmara Municipal decretou a Lei 1.212 e a Lei 1.211 e a mesma foi sancionada pelo prefeito João Paulino Vieira Filho. Essa Lei enfatizava a questão da disciplina quanto as vendas dos terrenos nos chamados sepulturas rasas, carneiro e Jazigo. Quanto as

¹ Trata-se do livro de registro de sepultamentos do Cemitério Municipal de Maringá. Seguiu a seguinte ordem: nome do falecido(a), causa da morte, profissão.

sepulturas rasas, a Lei dava poder a prefeitura de no prazo de 02 anos, caso a família não adquirisse ao terreno, remover os restos mortais para o nicho. De acordo com a referida Lei “Fica criada a Administração do Cemitério Municipal e Serviços Funerários de Maringá, sob a forma de Autarquia, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia financeira, com sede e foro na cidade de Maringá.” (MARINGÁ, Lei 1.211, 1978).

No Art. 2 desta lei continha um item que dentre as atribuições da administração do cemitério estava em fiscalizar cemitérios particulares, bem como autorizar e fiscalizar velórios. Um outro ponto interessante da Lei é quanto a função da Administração em fabricar e fornecer caixões. (MARINGÁ, Lei 1.211, 1978).

Novas leis voltadas para a questão do cemitério foram sendo propostas e aprovadas, ao menos aquelas que estavam à disposição para consulta, datam de 1984. Neste ano foi criada a Lei 1.804/84. A Lei foi aprovada por Said Ferreira, prefeito de Maringá no período. Interessante que esta Lei corresponde igualmente a Lei de 1978 trazendo também entre outros itens a questões relacionadas à administração do cemitério, De acordo com a referida Lei “Fica criada a Administração do Cemitério Municipal e Serviços Funerários de Maringá, sob a forma de Autarquia, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia financeira, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná” (MARINGA, Lei 1.804/84, 1984). Esse cargo estaria composto por um Superintendente e por um Conselho Deliberativo e Fiscal, na qual também está presente na mencionada Lei suas competências. Ambas as Lei revogavam a Lei 1.041 de 1.973, que não foi encontrada nos registros.

As Leis de 1.978 e a de 1984 atribuíam ao Cemitério de Maringá a auto gerência, decidindo todos os assuntos relativos a este espaço. Dentre esses assuntos também presentes na Lei estão conservação, concessão de sepulturas, fiscalizar construções funerárias, enfim inúmeras atribuições passaram a fazer parte dessa administração interna do cemitério. Sendo pois, um órgão que possuía poder autônomo, esse também era responsável em prover seus próprios recursos. As formas de obter a receita eram por meio da venda de caixões, de terrenos, de flores, entre outros. Esse recurso cobriria despesas relativas aos sepultamentos de indigentes, melhorias, depredações. Neste sentido a Lei trazia em seu Parágrafo Único que

Os preços dos serviços funerários serão revistos obrigatoriamente, quando não proporcionarem renda suficiente para cobrir os custos dos serviços ou quando o valor do Fundo de estabilização ultrapassar 15% do valor do patrimônio e facultativamente, a critério da administração da Autarquia, quando o referido Fundo exceder de 5% do patrimônio. (MARINGÁ, Lei 1.804, 1984)

No Capítulo X, das Disposição Gerais é possível obter conhecimento acerca das ações realizadas pela administração quanto ao sepultamento de pessoas sem condições financeiras de arcar com as devidas despesas. Assim as despesas com o transporte seriam gratuitas e os artigos referentes ao sepultamento seriam do tipo popular.

Neste mesmo ano, ou seja, em 1984, foi elaborado também um Decreto sob o número 100/84 por parte do prefeito Said Felício Ferreira, onde consta mencionado a regulamentação do cemitério. Este aparece como Cemitério Jardim Municipal e traz em evidência o caráter secular do cemitério em seu Art. 1º “O Cemitério de Maringá tem caráter secular e, será administrado pela autoridade municipal, ficando franqueado o seu uso público, sem distinção de raça, credo, cor ou nacionalidade, observadas as determinações deste regulamento e das demais legislações vigentes no país”. (MARINGÁ, Decreto nº 100/84).

Neste decreto, há menção a todos os tipos de sepulturas presentes nos cemitérios: covas rasas feitas em solo natural, carneiros individuais, carneiro duplo, jazigo, nicho, ossuário individual, ossuário coletivo, capelas e crematório. O documento descreve metragem que deveriam ser construídos para cada compartimento. Neste mesmo sentido define as funções dos outros elementos como os nichos e os ossuários. Os nichos para compor osso de restos mortais retirados da sepulturas e carneiros, já os ossuários individuais seriam para guardar ossos individuais de exumações realizadas e os ossuários coletivos serviam para os restos mortais dos exumados quando as famílias não se interessassem em guardá-los. (MARINGÁ, Decreto, Decreto nº 100/84, 1984). As proibições presentes no Decreto também chamam a atenção, como por exemplo, desrespeitar os sentimentos alheios, perturbar a tranquilidade do local, a realização de festas, entre outros.

O Capítulo V deste decreto que trata dos casos de exumação foram alterados com o Decreto de 2003, que será posteriormente descrito. No ano de 1996, o vereador Oscar Batista propôs e a Lei 4072/96 foi aprovada, autorizando a implantação de jazigo duplex individual ou coletivo. Em 2002, a Lei 5677 do vereador José Maria,

determinava o funcionamento do Cemitério Municipal de Maringá, ou seja das 8 horas às 18h30 min. Em 2002 ainda, o prefeito José Claudio, mediante o decreto 1.475 “Regulamenta o revestimento e reconstruções de sepulturas no Cemitério Municipal de Maringá”. Com esse decreto as lápides passam a ser obrigatórios nos revestimentos, ficando proibido também a fixação de banco ao lado das sepulturas. (MARINGÁ, 2002).

O ano de 2003, foi criado um decreto também pelo prefeito José Claudio Pereira Neto. Esse decreto revogava os Artigos 26 e 27 do Decreto de 1984. As mudanças ocorridas se deram em relação ao tempo necessário para exumação, sendo que o de 1984 estipulava 05 anos e o novo decreto passou a validar 03 anos após a morte para maiores de 06 anos e 02 para menores. Quanto ao Artigo 27 de 1984 onde caberia a autoridade do Poder executivo emitir as autorizações para a exumação, passa essa função ser do órgão judicial.

Neste mesmo ano o vereador Mário Hossokawa propôs a Lei Nº 6.247/2003, então aprovada pelo prefeito municipal que dispunha sobre a instalação de abrigos provisórios contra o sol e a chuva no Cemitério Jardim Municipal no Dia de Finados. Silvio Magalhães Barros, sancionou a Lei. A preocupação com o espaço destinado à construção de carneiros e de um novo cemitério foi enfatizada com a Leis 5965/2002, 7715/2007. A primeira proposta pelo vereador Paulo Mantovani, autorizava a aquisição de imóvel para novo cemitério público. Quanto a de 2007, solicitava a construção de um cemitério vertical e a de 2010 do então vereador Aparecido Domingos Regini, pedia a “Readequação das vias internas do Cemitério Municipal para a ampliação do número de carneiros existentes”. (MARINGÁ, 2010).

A relação cemitério e o meio ambiente foi visível na administração do prefeito João Ivo Caleffi em 2004. Por meio de um Decreto (1187), o prefeito “Considerando que a proteção do meio ambiente é um dever do Poder Público, [...], regulamenta as medidas de prevenção contra a contaminação dos lençóis freáticos para o sepultamento nos cemitérios do Município de Maringá”. (MARINGÁ, 2004).

O prefeito Silvio Magalhães Barros, através do Decreto nº 356/2007 regulamentou a Lei 5.760/2002, sobre o parcelamento da venda dos carneiros, sendo em até 10 (dez) vezes, podendo o não pagamento interpor cobrança judicial. Deixava claro também que “Em caso de não pagamento o Município poderá proceder a exumação e translação dos restos mortais para o ossuário, revertendo a sepultura à

propriedade do Município, não havendo direito das parcelas já pagas.” MARINGÁ, 2007).

No ano de 2014, o então prefeito interino Cláudio Ferdinandi, estabelece um novo decreto sob o nº 2453/2014, para regulamentar o cemitério Municipal. Muitos aspectos presentes neste decreto, estava presente em outros. Dessa forma apenas alguns pontos serão abordados, pois são vistos como importantes para compreender a conjuntura atual deste espaço. O Art. 1º e § 1 descreve a constituição do cemitério, sendo composto por ruas, praças, quadras, ossuários, gavetários, e demais dependências. São partes integrantes do Cemitério Municipal: carneiros simples, carneiros duplos, carneiro duplo especial, jazigo, ossuário, ossuário coletivo, gaveta, capelas velórios.

Manteve-se no Decreto as questões relativas as proibições no espaço considerado secular como a “Realização de festejos, diversões, jogos de azar, consumo de bebidas, alcóolicas e drogas proibidas bem como a utilização de aparelhos sonoros; [...] fica proibido a utilização das sepulturas para: sentar, deitar, alimentar, e afins. [...] A entrada e permanência no interior do cemitério sem camisa.” (MARINGÁ, 2014). É possível apreender a presença da característica sagrada do cemitério a partir das proibições.

Há ainda um padrão a ser seguido para os revestimentos das sepulturas. O decreto em seu Art.67 e 68 normatiza a forma de calçamento, seguindo o mesmo material utilizado nas sepulturas e a identificação dos falecidos. Os documentos acerca do Cemitério Municipal de Maringá são de certa forma restritos. Assim, no sentido de buscar uma compreensão que abarque mais amplamente o contexto de sua fundação, bem como as condições atuais, obtendo conhecimento para além daqueles que estão presentes nos Decretos e Leis, foi também necessário dialogar com pessoas que estão estreitamente vinculadas a esse espaço.

As informações obtidas por meio dos questionamentos realizados coincidiram com as informações presentes nos Decretos e Leis analisadas, outros apontamentos evidenciaram dados por vezes ausentes nesses documentos.

Em informações obtidas por meio de uma pesquisa de campo no dia 09 de novembro de 2017 com o historiador João Laércio Lopes Leal, representante da gerência do Patrimônio Histórico de Maringá, foi possível verificar, complementando o que consta nas Lei e decretos, que o Cemitério Municipal de Maringá possui várias temporalidades. A data inicial pode ter como referência o ano de 1945, quando o

cemitério é pensado dentro do campo urbanístico de Maringá. Para Leal é nesse momento que ele começa a existir como um equipamento público e necessário no que compõe os elementos de uma planta da cidade. Porém Leal, destaca ele, só vai ser utilizado enquanto cemitério a partir de 1952, 1953, quando Maringá passa a ser município com o prefeito Inocente Vila Nova Junior. (LEAL, 2017).

De acordo com dados levantados na pesquisa de campo, foi a partir desta data que os mortos de Maringá começaram a ser sepultados neste local. E desde então passa por uma série de acomodações, reformas, transformações. Pode se dizer que há um período que vai de 1953 a 1960, que as alterações foram poucas quanto as suas configurações iniciais. De acordo com Leal, em 1960 quando João Paulino assume a condição de prefeito, promovendo uma reorganização radical dentro do cemitério. O prefeito entendia que não havia muita ordem, muita organização nas quadras. Leal enfatiza que nesse período o cemitério era uma bagunça, era caótico.

Ele ainda destaca que de acordo com relatos de pioneiros, o prefeito foi na época muito criticado. Não houve uma preocupação com os corpos, as ossadas que estavam lá por mais de dez anos. As famílias reclamaram muito quanto a essa ação, afirmando não ter sido respeitado o direito sagrado do Campo Santo. Esses ossos não teriam sido locados para outro lugar. Ao ser questionado sobre documentos do período das reformas de João Paulino, Leal afirma não haver documentos escritos, aos menos não existem hoje, podendo talvez até terem sido destruídos. Mas nada se pode afirmar sobre. O que se há são os relatos orais. Neste momento destaca a importância da história oral, pois a história não pode ficar à mercê apenas dos documentos escritos e a diversidade de fonte é relevante em um trabalho. (LEAL, 2017).

Durante a realização da pesquisa de campo, Leal descreveu que em 1966, na gestão de Luiz Moreira de Carvalho, houve nova reforma. Nesse momento é encomendado um projeto do arquiteto paulista José Augusto Belucci para a construção do cemitério. A entrada atual foi concebida neste projeto. O projeto, todavia, não foi executado na íntegra, só em partes. Para Leal o cemitério vem atendendo a demanda de maneira satisfatória até que no final dos anos 80 foi criado o Cemitério Parque, localizado na zona norte de Maringá. Esse um cemitério privado, que hoje divide os sepultamentos com o Cemitério Municipal.

Há de acordo com Leal (2017), no Cemitério Municipal a composição de várias nuances, diferentes momentos históricos. Lá dentro há túmulos sofisticadíssimos e

túmulo simples. Túmulos que representam as condições econômicas das famílias com jazigos suntuosíssimos, mas também covas rasas. Neste sentido, com os relatos de Leal é notório que a morte deixa representar as condições sociais dos que se foram, mas também daqueles que permanecem, pois as construções são expressões dos vivos para com seus mortos. (LEAL, 2017).

Leal analisa o cemitério como um microcosmo da sociedade. Assim para ele é possível realizar uma análise sócio econômica tendo-o como ponto de reflexão. É um universo amplamente ilimitado para compreender a sociedade em diferentes vertentes. É um organismo vivo, onde a compreensão das ações dos vivos com os seus mortos pode ser vivenciada e experimentada. Aponta enfim, que o Cemitério público de Maringá é um espaço de análise histórica, para a compreensão do processo histórico. (LEAL, 2017).

Nos relatos menciona o morto ilustre Clodimar Pedrosa Lô, morto em 1967. Quando Clodimar foi sepultado, o cemitério já possuía as características atuais, pois a grande mudança mesmo ocorreu com João Paulino.

Em uma visita ao Cemitério Municipal de Maringá no dia 13 de novembro de 2017, nas dependências do escritório do Cemitério Municipal, fui informada pelo gerente/administrador do cemitério Carlos Parolin que Maringá possui um cemitério público, um cemitério privado (Cemitério Parque), o cemitério para religiosos (Rainha da Paz), e o cemitério para bispos localizado na Igreja Nossa Senhora da Glória. (PAROLIN, 2017)

Foi por meio da Lei 875/71 que o prefeito de Maringá, Adriano José Valente, “Autoriza o sepultamento dos corpos dos Bispos da Diocese de Maringá na Cripta da Catedral Nossa Senhora da Glória e transladamento dos ossos, após (05) anos decorrido do sepultamento, no cemitério –local, para a cripta de ossários – na mesma catedral, de pessoas cujos familiares adquiriram referidos – ossários.” (MARINGÁ, 1971).

Ainda nesta pesquisa de campo obtive a informação de que o Distrito de Floriano possui um cemitério, mas está desativado desde a década de 60. Na realidade, não se tem certeza se o cemitério foi de fato utilizado para sepultamentos. Parolin afirmou que o cemitério de Maringá iniciou seus registros em 1946. Perguntado sobre o valor dos túmulos hoje, informou que uma gaveta com permissão definitiva tem o valor de R\$ 2.172, 00 e é permitido fazer novos sepultamentos nessas

gavetas no período de 03 anos. Os túmulos públicos possuem o valor R\$ 220, 90. Há também túmulos de R\$5.064.00, compostos por 02 gavetas. (PAROLIN, 2017).

Perguntado sobre se o cemitério passa por um processo de esgotamento na atualidade, afirmou que sim. Hoje se consegue atender somente de acordo com os falecimentos, não há como comprar antecipado ou reservar túmulos. Não é vendido também para sepultar restos mortais, esses são encaminhados ao Cemitério Parque. O cemitério está passando por adequações para obter mais espaços para sepultamentos. Por exemplo, há ruas muito largas que podem ser ajustadas, ruas que podem ser desativadas para construção de novos túmulos. Para Parolin a vida ativa do cemitério continua ainda por uma média de 03 a 04 anos. Posterior a isso não haverá mais como realizar sepultamentos. A solução provavelmente será construir um novo cemitério, mas não soube informar se já existe algum projeto quanto a isso.

Perguntado sobre o espaço público reservado para pessoas carentes, informou que é necessário a existência deste, há uma legislação que o ampara e determina, pois há famílias que não conseguem comprar uma gaveta definitiva. Há um rodizio, e essa camada social é sempre enterrada no mesmo local. Quando ocorrem os sepultamentos as famílias são avisadas do prazo que podem permanecer (03 anos). Isso é também regulamentado. Após esse tempo, retira-se os restos mortais e os coloca no ossuário. Durante esse período, caso a família não compareça, os restos mortais ali permanecem por 03 anos e depois é transferido para o ossuário coletivo. O ossuário coletivo são poços subterrâneos dentro do cemitério. (PAROLIN, 2017).

Segundo dados obtidos na pesquisa de campo, não se vende túmulos para colocar restos mortais, o que se compra é só o ossuário. Esse ossuário surgiu desde o início da construção do cemitério. São para as pessoas que foram sepultadas em covas na terra e não adquiriam a sepultura. A sepultura pública é comprada, mas não garante a permanência além do prazo estipulado pela legislação vigente. Em relação ao ossuário, informou que esse atual está com mais de 4 anos. Pretende-se fazer um novo em uma área aquedada dentro do cemitério, para assim utilizar o espaço para novas construções.

Quando as mudanças pelas quais o cemitério passou nos últimos tempos, Parolin informou que o cemitério está sempre sendo renovado, mas uma das principais mudanças ocorreu no período do governo de João Paulino. Até esse momento não havia uma organização dentro do espaço cemiterial. Não havia ruas, asfalto, as crianças e os adultos eram enterrados todos juntos. Enterrava-se de

qualquer jeito. De acordo com as informações obtidas, o prefeito João Paulino remodelou o cemitério construindo asfalto, galerias, rede de água, enfim, mudou a estrutura deste espaço. A última mudança estrutural foi em 2013. Neste ano ocorreu a retirada de muitos túmulos que estavam abandonados.

De acordo com Parolin, Maringá é uma cidade planejada e o cemitério procura acompanhar seu crescimento e na mesma proporção. Na atualidade o Cemitério Municipal é muito visitado e está entre um dos mais organizados do Paraná. O cemitério também segundo ele emprega mais de 80 pessoas que trabalham como lavadoras de túmulos. (PAROLIN, 2017).

Durante a pesquisa de campo uma lavadeira de túmulos informou que trabalha no ramo há 10 anos e praticamente realiza um trabalho em família. Está no ramo há mais ou menos 30 anos. Ganha em torno de R\$ 25,00 por mês lavando um túmulo uma vez por semana. Afirmou que há uma pessoa que é a contratante do serviço e que tem em média 300 túmulos para lavar, redistribuindo-os entre as pessoas da família que trabalham juntos. Trabalha 04 dias por semana (de terça-feira à sexta-feira). Quando há datas especiais, como Dia dos Pais, Dia das Mães ou Finados, acaba trabalhando um dia a mais.

Ela relata durante a pesquisa de campo que o trabalho que realiza é uma opção para quem não tem estudo. No cemitério, segundo ela, não tem ninguém incomodando e o ganho é razoável. Diante do exposto torna-se evidente as diferentes formas de trabalho existente no âmbito do cemitério. São diferentes atividades econômicas que se realizam a partir e dentro dele.

Pensando na organização espacial e nas formas de construções existentes nesse espaço observados por Andrade e Serafim em 2010 e presentes ainda hoje está a variedade de túmulos que vai tendo sua arquitetura modificadas com o tempo. A maioria desses túmulos traz símbolos do cristianismo e dessa grande maioria, um número considerado expressa a religião católica.

Andrade e Serafim (2010), apresentam ainda as diversas composições evidenciadas no espaço analisado. Um primeiro espaço seria composto pelos mausoléus, jazigos e túmulos. Em outro espaço fica o ossuário e em um outro local a espaço público, chamado pelas autoras de terreno provisório. (ANDRADE, SERAFIM, 2010). É possível observar claramente essa divisão ao adentrar o cemitério.

As informações coletadas por meio dos Decretos e Leis municipais, como também através dos diálogos realizados estão também presentes na obra de Fabíola Cordovil. Cordovil, (2010) *A Aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR 1947-1982*, aponta que Maringá foi projetada pelo engenheiro paulista Jorge de Macedo Vieira, contratado para desenvolver a planta da cidade de Maringá. Implantada sob o conceito de uma cidade-jardim, Vieira desenvolveu várias plantas de Maringá e na quarta planta estava determinado a local em que seria alguns pontos centrais da cidade, incluindo o cemitério. De acordo com Cordovil “O cemitério aparece no extremo sul ao fundo, no final da via que marca o divisor das águas entre os dois parques”. [...]. A igreja e o cemitério foram implantados conforme indicações de Vieira.” (CORDOVIL, 2010, p.107).

Ao discutir construção do espaço público de Maringá, Cordovil faz menção ao cemitério, observando que, da gestão do prefeito Inocente Villanova Júnior, o único equipamento público declarado no relatório da gestão foi justamente este. O cemitério já estava em atividade antes da emancipação de Maringá, mas a má condição de uso fazia com que os sepultamentos ocorressem em Mandaguari. (CORDOVIL, 2010).

As mudanças estruturais no cemitério teriam ocorrido no governo de João Paulino. De acordo com Ademar Schiavone (2000, p. 23)

A cidade mudou completamente. Virou cidade de fato. Tinha quem mandava nela. João Paulino, sempre agindo como promotor, cuidava de tudo pessoalmente. Montou uma grande equipe de assessores. Criou condições de asfaltar a cidade, embelezar as suas praças e avenidas (...), impediu, `força, a criação de favelas. Mudou e arrumou decentemente o Cemitério Municipal (...). [...]. (SCHIAVONE (2000, p. 23 apud, CORDOVIL, 2010, p. 264)

Como já abordado anteriormente, as mudanças realizadas por João Paulino, resultou em polêmicas no período. Para realizar a remodelagem do local foi necessário retirar alguns túmulos. O cemitério estava de acordo com o planejado no que se referia ao local, na parte interna havia muito o que reorganizar. Quanto as mudanças realizadas pelo prefeito Cordovil expõe que “João Paulino afirma que todos os túmulos foram reconstruídos e os parentes dos finados forma indenizados, com exceção dos que estavam em covas coletivas e cujos parentes não se apresentaram, apesar de terem sido chamados por edital publicado.” (CORDOVIL, 2010, p. 271).

Na próxima gestão, Luiz de Carvalho, procurou oferecer um novo arranjo para o cemitério, tanto no que se refere a arquitetura, quanto a paisagem. Dividiu o projeto em três partes. Realizou a primeira em 1964. Esta se referia a arruamento, parcelamento das covas, enfim estava voltado para a organização do espaço. A segunda fase aconteceu em 1967 com a construção da capela e da parte da administração. A terceira fase que seria a construção do espaço para velório não se efetivou. (CORDOVIL, 2010).

As novas propostas e alterações realizadas no Cemitério Municipal foram ocorrendo de acordo com as mudanças dos gestores públicos. As Leis e Decretos voltados para esse propósito foram apresentados anteriormente. Dessa forma é notório que o cemitério não está aquém da política desenvolvida no Município de Maringá. É uma parte da cidade, que traz características de uma cidade, ou de um bairro que vai se estendendo e apresentando problemas próprios. Além desses elementos administrativos, há o aspecto sagrado que é impossível de ser negado e omitido. Local de luto, de preservação de memória, de expressão de religiosidade, traz consigo uma vasta possibilidade de compreensão do processo histórico e da forma como os indivíduos se relacionam com a morte e com a perda de seus entes queridos.

Expostos estes aspectos, outro ponto que desejamos destacar é em relação à proposta trazida pelo currículo. No Estado do Paraná especificamente, o professor tem como documentos norteador as Diretrizes Curriculares para o Ensino de História. Elaborado a partir de 2003 e finalizado em 2008, esse documento traz em si novas discussões acerca do ensino de História. Abriremos aqui um parêntese para apresentar em linhas gerais alguns pontos essenciais da proposta das Diretrizes de História que norteiam a prática pedagógica dos professores. As Diretrizes Curriculares de História apontam, em suas discussões a finalidade da disciplina bem como o ensino almejado. “A finalidade da História é a busca pela superação das carências humanas fundamentadas por meio de um conhecimento constituído por interpretações históricas. [...]. Já a finalidade do ensino de História é a formação de um pensamento histórico a partir da produção do conhecimento. Esse conhecimento é provisório, configurado pela consciência histórica dos sujeitos.” (PARANÁ, p. 47). Evidenciamos uma proposta de ensino em que forme o pensamento crítico dos alunos.

Neste sentido, a proposta de ensino de História procura dar ênfase à diversidade cultural e documental no processo de construção do conhecimento histórico. “Sob uma perspectiva de inclusão social, estas Diretrizes consideram a diversidade cultural e a memória paranaenses, de modo que buscam contemplar demandas em que também se situam movimentos sociais organizados [...]”. (PARANÁ, p. 45). Cabe ao professor problematizar as questões históricas postas, propiciando a ação crítica dos alunos, tendo como objeto de estudo da História “[...] os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída aos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações.” (PARANA, 2008, p. 46).

Encontra-se presente nas orientações que compõem o documento, um trabalho que priorize nas séries finais do Ensino Fundamental os temas voltados para história locais e do Brasil, correlacionando com a história mundial. “O estudo das histórias locais é uma opção metodológica que enriquece e inova a relação de conteúdo a serem abordados” (PARANÁ, 2008, p. 71).

As Diretrizes Curriculares de História apontam a necessidade de um ensino contextualizado, que contribua para a crítica dos alunos frente às relações sociais, como também para a reflexão acerca do que a humanidade produziu, seja na esfera artística, filosófica ou científica. (PARANÁ, 2008). Há pontos essenciais que se fazem presentes nas discussões que abarcam essas Diretrizes. Trata-se de prática em que a história local e nacional tenha prioridade frente a história europeia, pois aproxima os alunos da realidade estudada. Prima para análise das ações de diferentes sujeitos e grupos no fazer histórico. Na prática cotidiana das escolas encontramos esse documento e é necessário referenciá-lo ao elaborar o planejamento, porém esta aproximação se relaciona mais a parte teórica do trabalho do professor, do que especificamente a parte prática, ou seja presenciamos no Plano de Trabalho Docente menção às Diretrizes, mas é o livro didático que norteia a sua prática desses docentes.

Esta ausência na efetivação em de sala de aula não está associada ao descrédito do documento ou a forma de ensino proposto. A lacuna entre teoria e prática se faz presente devido a falta de materiais para trabalhar de acordo com o que está elencado no documento. Várias Formações Continuidas visaram atender a essa demanda junto aos professores, ou seja, elucidar como desenvolver um trabalho que atente as discussões contempladas, todavia no dia a dia, os professores, apesar de

estudarem, conhecerem e fazerem uso das diretrizes para referendar seus planejamentos, encontram dificuldades para aplicá-las em sala.

No processo diário o professor busca realizar uma aproximação com o que está presente no livro didático e as Diretrizes Curriculares. São vários os conteúdos em que a estrutura permanece a mesma, porém para alguns, o professor tem que buscar textos complementares e levar as discussões para sala por meio de outros materiais, como por exemplo, história local e história do Paraná.

Neste sentido, partilhando da premissa de que o ensino de História deve ser significativo para o aluno, desenvolvendo nos mesmos o senso crítico, propomos um trabalho que aponta novas possibilidades de abordagem em relação aos conteúdos presentes no currículo, abarcando outras temáticas em que os alunos possam estar desenvolvendo sua consciência histórica, visando a compreensão não apenas o passado, mas também estabelecendo relações com o presente.

Reiteramos novamente a necessidade constante de um ensino de História que propicie aos alunos reflexão sobre suas ações, ou seja, alicerçados no conhecimento adquirido, esses sujeitos conscientes de sua historicidade, de sua importância no processo histórico, sejam capazes de desenvolver ações em que o futuro possa ser pensado de forma diferente do presente. As ações desses indivíduos devem permear a busca por direitos, por igualdade, por transformação social. Assim, não basta discutir a história que está tão distante desses sujeitos, mas trazer elementos que eles consigam se ver enquanto sujeitos históricos, consiga estabelecer relação entre a história discutida e sua realidade.

É possível pensar todas essas perspectivas tomando o cemitério como fonte histórica para o ensino de história. Há vários pontos que podem corroborar com esse direcionamento. Sendo por vezes, pensada como algo distante de nós, a morte é a única certeza que todos os seres humanos carregam. Pensar a morte implica compreender as diferentes relações que os grupos humanos estabeleceram com esse fato ao longo do processo histórico. Nessa mesma direção é preciso também compreender como o espaço do cemitério foi se constituindo, e reconstituindo ao longo da história. Assim, pensar a morte representa também olhar para o cemitério com toda a sua organização e historicidade.

Não podemos afirmar que trabalhar essa temática seja algo simples. É preciso inicialmente desconstruir muitos imaginários que são criados sobre o cemitério. O medo com que muitos olhares são dirigidos a ele, e talvez ainda mais, mudar a forma de olhar para esse espaço apenas como local sagrado onde encontra-se os entes queridos. Há muitos outros elementos que podem ser vivenciados, experimentados, compreendidos ao analisarmos o espaço do cemitério.

Evidenciando que o conhecimento é resultado das ações dos seres humanos no tempo e no espaço e cada um desses sujeitos que ocupam o espaço escolar são também sujeitos ativos nesse processo de construção, ou seja, são sujeitos históricos. Quando propomos uma análise histórica tendo o cemitério como fonte, esses sujeitos conseguem compreender o espaço que vive, pois permeando pelo cemitério estão a história da cidade, de suas crenças, de sua família. Espaço não apenas de marcas da história local, mas de relações de poder, de valores, enfim, de marcas das ações humanas.

O cemitério, enquanto testemunha o passado, representa então, uma fonte que ao mesmo tempo traz em evidência diferentes formas de manifestações, como também faz com que se vêem enquanto sujeitos históricos, pois é um espaço que está diretamente associado a finitude da vida humana. Por lado, ele significa a perpetuação da memória de indivíduos que no passado vivenciaram realidades próximas ou distantes a eles. São indivíduos que construíram a história que prevalece hoje na memória de muitos, ou outros que não são lembrados, exaltados, glorificados, mas também sujeitos históricos. Esse pressuposto está presente nas Diretrizes Curriculares de História quando essas apontam que “A inclusão de novos sujeitos com suas respectivas temporalidades e perspectivas na formação do pensamento histórico só será possível com a introdução de novas fontes e novas formas de explicar a realidade”. (PARANÁ, 2008, p. 49).

A abordagem que as Diretrizes Curriculares de História realizam quanto a importância das fontes históricas, deixa transparecer a função que essas exercem na construção do conhecimento pelo aluno. Neste sentido aponta que “[...]. A intenção do trabalho com documentos em sala de aula é de desenvolver autonomia intelectual adequada, que permita ao aluno realizar análises críticas da sociedade por meio de uma consciência histórica. Ao trabalhar com vestígios na aula de História, é indispensável ir além dos documentos escritos, [...]” (PARANÁ, 2008, p. 69).

Nesta mesma perspectiva, Caimi no texto *Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar (2008)*, versa sobre a importância das fontes históricas em no processo de aprendizagem

Quanto ao uso de tais documentos/fontes em sala de aula, há importantes indicações metodológicas que preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação. Mais do que objetos ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (CAIMI, 2008, p.13)

Corroborando com as discussões Schmidt; Cainelli (2009) discutem o que o uso de novas fontes representa para o trabalho em sala de aula.

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 116)

Há sem dúvida outras abordagens que discutem sobre a necessidade de contextualizar as aulas fazendo uso de fontes históricas. Hoje essa possibilidade de se trabalhar com fontes históricas parece estar mais acessível ao professor, pois tudo o que o ser humano produziu, pode ser utilizado pelo historiador como fonte histórica, já que fornece informações sobre o passado. Na pesquisa historiográfica essa disponibilidade de fontes pode se tornar mais acessível. Todavia, na prática de sala de aula, a relação do professor com fontes históricas para dinamizar, contextualizar suas aulas, não se faz tão estreita assim. Isto porque, diferente do que muitas vezes observamos em trabalhos que asseveram a necessidade do uso de fontes em sala de aula, ter acesso a elas não é tão simples. Há um distanciamento de grande parcela dessas da vivência dos alunos.

O trabalho em sala de aula deve partir do pressuposto de que ensinar História é construir um diálogo entre o presente e o passado e não reproduzir conhecimentos

neutros e acabados sobre os fatos que ocorreram em outras sociedades e em outras épocas. Faz-se necessário levantar hipóteses acerca dos conhecimentos adquiridos, recorrer ao uso das fontes históricas, preferencialmente partindo do cotidiano dos alunos e do professor. (CAINELLI e SCHIMIDT, 2004, p. 52.)

As fontes históricas utilizadas para contextualizar os conteúdos abordados acabam sendo aquelas citadas e introduzidas pelos autores dos livros didáticos. Há fontes históricas que estão presentes em mais de um conteúdo. O professor promove indagações, debates, análises, norteadas por essas. O aluno visualiza, mas não vivência. A vivência, a proximidade com a fonte histórica atribui outro significado para o conteúdo por elas contextualizados.

Outra dinâmica adotada pelos docentes é apresentar essas fontes aos alunos por meio de recursos tecnológicos como televisores e data show. Mas a relação com o aluno é a mesma, distantes, adquirindo característica em certas abordagens, meramente ilustrativa. Compreendendo esses problemas resultantes das impossibilidades de um trabalho efetivo com as fontes históricas, mas ressaltando a relevância deste no trabalho pedagógico, justificamos a necessidade de buscar novos objetos para que o trabalho ultrapasse os limites impostos pela sala de aula e que limita-se a ela. O cemitério enquanto fonte para o ensino de história se fundamenta pela viabilidade do trabalho contextualizado que ela oportuniza juntos aos alunos. Para Araújo o cemitério pode ser utilizado como

Fonte histórica para preservação da memória familiar e coletiva: Levando em conta que a memória coletiva é fundamental para a formação da identidade e da coesão da família ou da comunidade, a análise das inscrições, fotos, datas, títulos (doutor, comendador, etc.) e dados pessoais ou profissionais, nos leva a conhecer a atuação das várias gerações e o processo histórico local; [...]. (ARAÚJO, 2013, p.156)

A partir dessa nova forma de ver as fontes históricas, o olhar e as ações do professor também necessitam de mudança. É preciso uma nova prática, ter conhecimento sobre as fontes para contextualizá-la. Toda cidade possui um cemitério que pode ser visitado, podendo então permitir ao professor mudanças em sua prática. A análise realizada se efetiva-se tendo como objeto o cemitério municipal de Maringá. Esse espaço traz em evidência características da história de Maringá que estão por vezes ausentes das narrativas que a retratam. Para além da história local, há outras

análises que perpassam por este espaço, vinculados a temas da história nacional e mundial. As narrativas sobre a história de Maringá evidenciam a presença de elementos comuns entre elas. Nelas, prevalecia a história dos grandes homens que fizeram Maringá prosperar.

Giovani Marafona Gonzaga em seu texto *A produção Memorialista sobre a História de Maringá-Pr: Contribuições para a Localização de um Passado das Crenças afro-brasileiras na Cidade* (2016), discute sobre esses elementos memorialistas presentes na história de Maringá. Torna-se evidente diante das discussões do autor, a glorificação pioneira, em contraposição a ausência de diferentes personagens históricos que fizeram parte do processo de construção da cidade. Esses personagens podem ser visualizados ao caminharmos pelo Cemitério Municipal. São crianças, jovens, idosos, mulheres, marginalizados, ocupando em certas ocasiões espaços próximos à elite local, aos prefeitos. Em outras se aproximam de seus heróis, de seus “santos”, sujeitos excluídos do processo histórico, dos relatos da historiografia local, estão neste espaço recontando a história da cidade. Essa versão ocultada é evidenciada por meio de uma visita ao cemitério, analisando um escrito, uma fotografia, um objeto, um túmulo, enfim observando as marcas que perpetuam a memória daqueles esquecidos pela história.

Essas questões são postas por Paulo Hipólito em sua tese *Cemitério de São João Batista – Espaço Pedagógico para o Ensino de História* (2015). Neste o autor relata uma experiência fazendo uso do cemitério enquanto fonte para o ensino de História e destacando a importância da ação dialógica entre passado e presente para o ensino de História. Deste modo as pontuações do autor corroboram com as discussões propostas.

As ruínas dos túmulos, as ferrugens, as imagens em preto e branco desbotadas, expressões que já não se usam, tudo funciona como signos que indicam uma temporariedade, são testemunhos da passagem humana no tempo e no espaço portanto importantes fontes para o aprendizado histórico. (HIPÓLITO, 2015, p. 88)

O cemitério, assim como outras fontes históricas utilizadas no ensino de História, evidencia o passado. Mas salientamos que o uso de outras fontes como obras de artes, fotografias, pinturas e monumentos históricos, são mais constantes no trabalho do professor, já o cemitério, ocupa uma posição inferior. É primordial então discussões que apontem essa possibilidade nas aulas de História.

Ver o cemitério como espaço pedagógico, amplia o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, pois ao direcionar as estratégias de aprendizagem o professor consegue discutir entre outros pontos, a existência do poder local, as contradições e a exclusão social, o poder exercido por determinada religião e a intolerância, entre outros. Dessa forma, os objetivos pretendidos no ensino de História podem ser alcançados, sem que se privilegie uma história distante da realidade dos alunos, enfatizando a hierarquia cronológica e quadripartite. O trabalho com o cemitério como fonte para o ensino de história abre ainda um leque para que ocorra um diálogo com outras disciplinas. A proposta com a interdisciplinaridade é viável com a disciplina de Português, Geografia, Filosofia, Artes, Sociologia, ampliando ainda mais as contribuições desse espaço para a produção do conhecimento junto aos alunos.

Nosso trabalho centrou-se em alguns pontos específicos dentro do cemitério, tendo esses pontos aspectos religiosos mais abrangentes, visto a relação estabelecida com o Laboratório de Religião e Religiosidade da Universidade Estadual de Maringá.

Realizamos a contextualização desses espaços evidenciados, todavia, as possibilidades de análises vão além do aspecto religioso. Essas outras abordagens possíveis de serem contempladas, também não se esgotam frente ao que aqui apresentaremos, mas sim trazem apenas direções que podem ser proporcionadas com esta fonte histórica, deixando lacunas evidentes para novas propostas de trabalho.

Em todas as cidades há um cemitério que pode ser visitado. Então, todo professor tem à disposição uma fonte histórica acessível para análise. Primeiro passo a ser dado pelo professor é visitar, conhecer sua fonte e entendê-la, para assim pensar quais caminhos são possíveis de percorrer diante dos conteúdos a serem trabalhados. Como afirmamos anteriormente, não esgotamos a viabilidade do espaço cimiterial, mas traçamos algumas propostas que podem ser realizadas tendo o Cemitério Municipal de Maringá como fonte histórica para o ensino de história.

A seguir, elencamos possíveis temas organizados em propostas de planos de aula (Anexo 1) para a organização do Plano de Trabalho Docente de acordo com as indicações presentes nas Diretrizes Curriculares de História.

4 - “CRENÇAS, MEMÓRIAS E SABERES HISTÓRICOS”

A proposta de trabalho que apresentaremos a seguir, visa pensar o cemitério enquanto espaço para discussão de diferentes saberes históricos. Para tanto, criamos um mapa de visitação (vide anexo 2) que privilegia alguns pontos do Cemitério Municipal de Maringá, cuja análise se efetivara especialmente às crenças religiosas. Por meio dele, é possível realizar um amplo debate com os alunos de forma a compreender elementos que integram a história local, nacional e mundial. Neste sentido, no decorrer do texto apresentaremos possibilidades de trabalho que direcionam a prática pedagógica dos professores de História ao realizar uma visita de campo pelo Cemitério Municipal de Maringá. Por meio de um roteiro estabelecido no interior do cemitério, é possível aos professores, contextualizar diferentes momentos históricos, tendo esses pontos como norteadores das discussões.

4.1 A entrada do Cemitério Municipal de Maringá



Foto 1: Entrada externa do cemiterio. Fonte: Isabel Uliana. 29/03/2018.



Foto 2: Entrada externa do cemitério. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.



Foto 3: Entrada externa do cemitério. Fonte: Isabel Uliana 02/11/2017.

Para chegarmos ao Cemitério Municipal de Maringá podemos tomar como ponto de destaque a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória que se localiza na Praça da Catedral, s/n – Centro de Maringá. Partindo da Catedral seguimos a Avenida Cerro Azul e chegamos ao Teatro Reviver que se localiza na Praça Todos os Santos s/n. Passando pelo teatro, seguimos a Avenida Serro Azul e viramos a direita a Rua Todos os Santos, seguindo então pela Rua Vereador Primo Monteschio, 435 - Zona 2. A esquerda dessa rua temos o Cemitério Municipal de Maringá.

Na entrada externa do cemitério visualizamos uma parede de azulejos azuis, onde se lê, escrito com grandes letras em caixa alta na cor prata, Cemitério Municipal

de Maringá. A parede ao lado dessa escrita possui a cor verde e branca. O cemitério é cercado por um muro de concreto. Na parte da entrada principal temos dois portões laterais. Um para a entrada dos visitantes e um outro utilizado para a entrada dos sepultamentos. Próximo ao portão da esquerda, entrada dos visitantes, temos um painel grande com placas menores, alertando os visitantes sobre as proibições.

À direita do cemitério há alguns pontos de comércio específicos para a atividade funerária. São lojas de venda de flores, de azulejos e uma pequena lanchonete. Ocupando um espaço central, bem em frente ao cemitério, temos a única empresa de assuntos funerários de Maringá, o Prever. Neste espaço há as capelas para os velórios, mas também um outro espaço com outros serviços oferecidos pelo mesmo sistema. Próximo da entrada temos espaços para estacionamento de carros e motos, como pontos exclusivos para idosos e deficientes.

Antes de ultrapassarmos a entrada do cemitério, é importante destacar que este é resultado das ações dos seres humanos, ou seja trata-se de uma construção histórica. Neste sentido as relações que os indivíduos estabelecem com este espaço, condizem com a sociedade e com o período histórico em que está situado.

É possível, analisar o cemitério a partir de Sáez (1996) que em seu livro *Fantasmas Falados*, aborda uma série de túmulos que se tornaram conhecidos, visitados e até santificados em algumas regiões do Brasil. Ao realizar um debate acerca dessas diferentes manifestações nos cemitérios brasileiros, apresenta o espaço cemiterial como “[...] a cidade do Além, foi construído na periferia da cidade viva, mas esta ampliando-se incorporou-o a seu centro. Pode servir por isso como metáfora da cidade brasileira que o alberga” (SÁEZ, 1996, p. 71).

Evidente que esse processo se efetivou no cemitério de Maringá. No período de sua construção, quase que isolado do centro. Hoje parte integrante desse grande processo urbano que Maringá passou. Assim, a cidade pode ser compreendida tem como ponto de referência o cemitério, o cemitério pode ser compreendido tendo como ponto de referência a cidade. Esse diálogo entre esses dois espaços é proposto nas discussões que seguem.

O cemitério é resultado das ações dos seres humanos e das relações que foram estabelecidas entre esses ao longo do tempo. O olhar direcionado à morte com o passar do tempo, levou aos indivíduos e construírem um local específico para seus mortos. É importante destacar que esta relação não se processou de forma única em todos os lugares e períodos. Cada sociedade, organizou suas práticas, seus ritos com

a morte e com os mortos de acordo com sua cultura. Há pontos comuns que se entrecruzam, mas cada sociedade tem suas especificidades em lidar com a morte e com o cemitério.

A prática de sepultamento é um exemplo claro de mudanças que foram ocorrendo nesta relação dos indivíduos com a morte e com os mortos. Essas diferenças podem ser visualizadas hoje nas diferentes sociedades. Transformações veem ocorrendo nas práticas de sepultamento, na organização dos cemitérios.

Em algumas sociedades atuais, optam por exemplo, pela prática da cremação. Essa opção está associada tanto a questões religiosas, como também questões relacionadas a falta de espaços. É uma nova forma de compreender a morte e o que está para além dela.

É um grande equívoco afirmar que uma sociedade sente mais a morte de seus entes queridos do que outra. É preciso direcionar um olhar histórico para entender essa relação. O que ocorre é que há elementos que são próprios de cada período histórico e que ocasionam as mudanças nas atitudes dos seres humanos diante da morte e do cemitério. Neste sentido Morin observa que

A prática de sepultamento não é universal. A incineração que se aplica hoje a quatrocentos milhões de seres humanos, já era utilizada desde os tempos pré-históricos. Podemos destacar estes dois tipos extremos de entre a infinita e contraditória diversidade das práticas relativas aos cadáveres. (MORIN, 1986, p. 131)

Norbert Elias em seu livro *A Solidão dos Moribundos* (2001), realiza uma discussão acerca da forma dos sujeitos lidam com a morte, como também as mudanças que ocorreram nesta direção, corroborando com os apontamentos realizados. De acordo com Elias, (2001), os indivíduos não se posicionam perante a morte como se posicionam os romanos, os povos da Idade Média, ou outros povos de diversos momentos históricos. O que é possível afirmar diante dessa observação é de que podem ocorrer similitudes entre essas formas de manifestações, mas as diferenças se mantêm.

Embora os seres humanos sejam os únicos a ter consciência de sua morte, acabam muitas vezes por negá-la. Elias enfatiza que “A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos.” (ELIAS, 2001, p. 10). Complementa ainda que “Na verdade não é a morte, mas o conhecimento da morte

que cria problemas para os seres humanos”. (ELIAS, 2001, p. 11). Há neste sentido, a possibilidade de destacar a busca constante na atualidade pela vida, ou seja, há uma resistência em morrer. Cada vez mais as pessoas se protegem contra a morte, contra o período que ela tende a chegar: a velhice. Busca-se a imortalidade. Assim, Elias argumenta que “O espetáculo da morte não é mais corriqueiro. Ficou mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida.” ((ELIAS, 2001, p. 15). Frente as novas nuances que vão surgindo na forma de ser dos sujeitos com morte, é perceptível também as mudanças na forma de lidarem com os túmulos. Elias auxilia nesse aspecto quando aponta que o cuidado com as sepulturas saiu das mãos dos familiares e foi para mãos de outras pessoas remuneradas para isso. (ELIAS, 2001).

A memória dos que se foram necessita ser mantida, agora nas mãos de profissionais que atuam nestes espaços. As visitas de pesquisas de campo realizadas no Cemitério Municipal de Maringá deixaram transparecer esses elementos. Lá se encontram as lavadeiras de túmulos. Essas são pagas para manterem os túmulos bem cuidados. Paulo Henrique Muniz (2006), em seu texto *O Estudo da morte suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais* apresenta um ponto de discussão que vem ao encontro da proposta neste trabalho, ou seja “Os lugares de sepultamento são espaços construídos socialmente e podem ser vistos como lugares de práticas sociais que traduzem leituras sociais. Neles, a religiosidade é perceptível como um recurso simbólico recorrente na significação cultural [...]. (MUNIZ, 2006, p.160).

É pois, nessa perspectiva que apontaremos na sequência esses pontos do cemitério de Maringá, pensando-os como resultados das relações sociais e históricas e encaminhando o olhar e as ações do professor ao percorrê-los. Chegando à entrada principal do Cemitério Municipal de Maringá, ultrapassamos o portão principal dos visitantes, e logo temos uma visão de como esse espaço é compreendido pelas pessoas. Há na entrada diversos elementos que deixam transparecer a imagem do cemitério como um espaço sagrado.



Foto 4: Obra do artista plástico maringaense Marcio Aveiro Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.



Foto 5: Entrada interna do cemitério. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.

Uma escultura recebe aqueles que ali chegam. A escultura se encontra ao centro de uma pequena praça localizada junto a entrada. Alguns pequenos bancos estão dispostos nesta praça, com plantas pequenas diversas e alguns pés de coqueiros. Obra do artista plástico maringaense Marcio Aveiro, mede um (1) metro de altura por sessenta (60) centímetros de largura. Aos pés da escultura temos os dizeres “A paz eterna” e o nome do artista. Há ainda outras duas placas: uma pequena com o escrito “Somos o que fomos, sereis o que somos” e em uma outra um pouco maior, está registrado: “Chegará o dia em que não mais sereis jovem ou velho, forte ou fraco, rico ou pobre, belo ou feio, credo ou ateu, sábio ou ignorante. Quando esse dia chegar, tu e teus irmãos, filhos da descendência de Adão serão em si semelhantes pois, do pó vieste e ao pó retornará e sobre o solo sagrado todos os homens serão eternamente iguais”. A escultura deixa transparecer ao mesmo tempo dois símbolos: uma pomba e um anjo.

Apesar de ser um cemitério secular e que se apresenta com proposta ecumênica, seguindo a frente logo após este espaço, temos a presença um outro símbolo cristão. Em um espaço verde uma grande cruz natural feita no solo, tendo no topo uma imagem de Cristo. Essa característica sagrada é reforçada por grande parte dos indivíduos que visitam esse espaço. Entrar no cemitério propicia uma separação entre dois espaços: o sagrado e o profano. Neste aspecto é possível abordá-lo tendo como referência as discussões apresentadas por Mircea Eliade (1992). Segundo o autor, o sagrado se manifesta como uma realidade inteiramente diferente das realidades naturais, “o limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos-(...)”. (ELIADE, 1992, p. 19).

O olhar que é direcionado a determinado espaço, traz em conjunto comportamentos diferenciados, ações que deixam transparecer a sacralidade e a religiosidade dos indivíduos. De acordo com Andrade

Entrar no cemitério é sair do mundo comum, cotidiano e profano e aproximar-se do além. É introduzir-se numa dimensão sagrada, ao lado dos vendedores de velas, dos flanelinhas e dos vendedores de flores. Esse “campo santo” guarda os mistérios daquilo que queremos esquecer: o fato de que um dia morreremos. (ANDRADE, 2010, p.140)

São as diferentes linguagens que estão presentes em um ambiente que auxiliam na conotação de ser ele um espaço sagrado ou profano. No caso específico dos cemitérios, essas linguagens dão aos seus visitantes indicações de este ser um local de respeito, reverência à memória dos que já se foram. Qualquer ato de vandalismo que ocorra causa estranheza e indignação nas pessoas. Elias (2001), apresenta esse comportamento dos vivos em relação aos mortos como umas exigências dos próprios vivos e não dos mortos. Esses nada sabem sobre reverência, para os vivos a graça e o riso não cabem nos velórios e nos cemitérios. Assim, é nas ações dos indivíduos, nas suas atitudes frente ao espaço do cemitério que essa separação entre o sagrado e o profano ficam evidentes.

Muitos comportamentos que são notados em outros espaços, não são percebidos dentro dele, são até por vezes proibidos: exemplo disso é a Lei Municipal Decreto nº 100/84, 1984 em que entre as proibições presentes estão o desrespeitar os sentimentos alheios, perturbar a tranquilidade do local, a realização de festas, entre

outros. Essa característica sagrada se faz também presente no decreto sob o nº 2453/2014 que apresenta questões relativas às proibições no espaço considerado secular como a realização de festejos, diversões, jogos de azar, consumo de bebidas, alcóolicas e drogas proibidas, bem como a utilização de aparelhos sonoros. A proibição se estende para a utilização das sepulturas para: sentar, deitar, alimentar, e afins. (MARINGÀ, 2014).

A conotação sacralizada do cemitério está evidenciada também nos apontamentos realizados por Otávio José Lemos Costa em seu texto *Hierópolis: significado dos lugares sagrados no sertão cearense*, (2010). Para o autor um lugar pode ser considerado sagrado a partir dos elementos presentes nele e dos significados que possuem para os que ali se encontram. “Cada elemento presente em um lugar sagrado comporta um leque de significados que provém das experiências do indivíduo com esse lugar e que se acumulou ao longo do tempo”. (COSTA, 2010, p. 36). Nesta esfera de sacralidade ocorrem diferentes manifestações religiosas, os objetos presentes em vários pontos do cemitério indicam para uma predominância de símbolos e assim de manifestações católicas. Todavia, sendo um espaço ecumênico e híbrido, está aberto as diferentes celebrações religiosas.

Cabem aqui as discussões realizadas por Zeny Rosendahl, em seu livro *Sagrado e Religião*, 1996, que ao discutir sobre a dimensão espacial da religião, destaca os diferentes locais onde o sagrado se materializa e o conceitua como algo que “[...] se apresenta absolutamente diferente do profano [...]. (ROSENDAHL, 1996, p. 27). É necessário compreender como essa diferenciação ocorre, ou melhor por que ocorre: Rosendahl apresenta uma reflexão que contribuí para que seja possível pensar a necessidade do ser humano em se aproximar do sagrado ou em adotar para si as diferentes formas de hierofania. “[...]. E é o espaço sagrado, enquanto expressão do sagrado, que possibilita ao homem entrar em contato com a realidade transcendente chamada deuses, nas religiões politeístas, e Deus nas monoteístas.” (ROSENDAHL, 1996, p. 30).

O cemitério como espaço sagrado oferece essa aproximação entre o indivíduo comum a algo que transcende o seu mundo. Há sem dúvida aqueles que ali adentram, que o fazem por um sentimento de manter-se próximo daqueles que já não estão entre os vivos, mas é algo que ultrapassa esse sentimento. Mantém-se uma relação direta com algo que está além do mundo profano, que não é perceptível no mundo

dos vivos. Para atender essa relação entre o mundo sagrado e o mundo profano é preciso adequar o espaço do cemitério.

O Cemitério Municipal de Maringá vem passando por transformações a partir de sua construção oficial que data de 1947. As mudanças visavam e visam atender as necessidades apresentadas pela cidade de Maringá. Porém a cidade também teve que se adequar, se reorganizar também devido ao cemitério. Como exemplo podemos citar o poder público e as mudanças propostas por este órgão para atender a demanda do cemitério e o esgotamento deste. Temos aqui a construção de um outro cemitério, o Cemitério Parque, embora seja propriedade privada, surgiu também dessa necessidade.

O cemitério funciona como uma pequena cidade. Sua administração precisa desenvolver políticas que consigam adequá-lo para atender a população na hora da morte e, enquanto parte integrante da cidade, o cemitério auxilia na reconstrução de sua história. Percorrendo as ruas dos cemitérios, observamos diferentes quadras, identificadas com placas que contém também as linhas dos sepultamentos. A arborização é uma característica marcante o espaço do cemitério, A grande diversidade de túmulos dotados de elementos próprios que retratam as condições sociais, o seguimento religioso, e até mesmo pequenas particularidades de quem está ali sepultado, auxilia-nos a compreender parte da história da cidade. A memória da cidade se mantém viva no cemitério. Continuamos o roteiro pelo Cemitério Municipal de Maringá. Após passar pela entrada externa, percorrendo a entrada interna, observando os componentes dessa parte, chegamos a uma parte que chama bastante atenção logo no início do dele.

4. 2. Os túmulos infantis

Seguindo pela entrada, chegamos na quadra 26, onde encontra-se vários túmulos infantis. São em média 20 Linhas. Alguns dos túmulos presentes demonstram cuidados, outros entretanto, apresentam sinais de abandono. Esses túmulos também trazem características comuns: a construção tem o mesmo padrão, alguns são revestidos em cerâmica, cuja cores são azul, branca e rosa, outros estão sem revestimentos. Alguns também já passaram por reformas e os azulejos foram

substituídos por granito. Nestes túmulos é característico as fotos das crianças, bem como uma cruz e a imagem de anjos junto às lápides.



Foto 6: Túmulos infantis. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.

As crianças sepultadas possuíam em sua maioria menos de um ano de idade, isto é, eram recém nascidos, chegando a três (03) anos. Os sepultamentos dessas crianças são datados em períodos próximos. Ocorreram entre a década de 60 e 70. Era uma prática comum, em todos os cemitérios, sepultar crianças, anjos como eram vistos, em uma ala separada dos adultos, já que a mortalidade infantil era grande, por vários motivos, no período dos sepultamentos. Essa separação entre sepultamentos de adultos e crianças parou de ocorrer no Cemitério Municipal de Maringá desde a década de 80. As mudanças pelas quais o cemitério vem passando chegou também a esta parte. Todas as ações planejadas dentro do espaço do cemitério, estão destinadas a realizar um aproveitamento desses espaços para que se possa ser construídos novos túmulos.

Os familiares dessas crianças sepultadas, se localizados, estão sendo orientados a transformar o túmulo infantil em túmulo de adultos para melhor aproveitamento do espaço. Esse processo já pode ser visualizado, pois juntamente com os túmulos infantis há adultos sepultados. O projeto do cemitério é acabar com o espaço reservado aos pequenos. As crianças hoje, no Cemitério M. de Maringá, são sepultados em jazigos de adultos, assim a família pode utilizá-los depois para sepultar outros familiares. É possível refletir sobre esse espaço dentro do cemitério tomando como referência Gawryszewski. Este ao realizar análise acerca de túmulos de crianças em cemitérios, argumenta que no período por ele estudado, essa separação

entre túmulo de crianças e adultos era comum: era preciso separar um espaço para as crianças, pois essas morriam em grandes quantidades. (GAWRYSZEWSKI, 2017). O referido autor discute ainda que

A prática de sepultura exclusiva para criança permaneceu por um período bem longo. Realmente, a incorporação da criança ao jazigo familiar aumentou, mas ainda hoje é possível verificar sepulturas exclusivas, em especial com a incorporação de novos hábitos, como a colocação de pertences da criança morta (brinquedos, escovas de cabelo, embalagens de produto de higiene, entre outros objetos), além de sua fotografia. (GAWRYSZEWSKI, 2017, p 296)

Associar a morte à infância não é algo costumeiro, a imagem da morte está mais diretamente associada à velhice. No dizer de Morin “A vanguarda da morte é o envelhecimento, e por isso conhecer o envelhecimento é conhecer também a morte.” (MORIN, 1987, p. 293). A morte de crianças traz um estranhamento maior. Parece haver essa não aceitação da morte infantil na própria forma de expressão que são geralmente realizadas nos túmulos infantis: as crianças mortas são habitualmente transformadas em anjos. É quase unânime a presença de imagens tais nestes. Nos túmulos presentes na quadra 26 esta simbolização é marcante.

Para Gawryszewski, 2017, “A palavra inocente passou a figurar como importante elemento nos túmulos infantis”. Assim como “Crianças, em muitos cemitérios brasileiros, por sua condição de “anjos” ou “inocentes” e por representarem a pureza, tornam-se intercessoras (mediadoras entre o pedinte terrestre e Deus”. (GAWRYSZEWSKI, 2017, p 297). O olhar sobre a morte infantil também passou por transformações ao longo do tempo. Adelise Salvagni, apresenta algumas reflexões acerca dessas mudanças no texto *Reflexões acerca da abordagem da morte com crianças*, (2013), “[...] o tema morte torna-se mais interdito no caso de crianças, uma vez que elas são relacionadas somente com a vida e não com a morte.” (SALVAGNI, 2013, p. 48). A morte de crianças era vista como irrelevante da Idade Média ao século XIX. Eram vistas como um ser sem personalidade formada. Assim sendo, sua substituição era fácil de ocorrer. (SALVAGNI, 2013).

Todavia, ainda no século XIX, a morte de infante tornou-se algo inaceitável. “A partir desse período, a morte de uma criança passa a ser vista como a mais cruel das mortes, sendo ocultada e silenciada sempre que possível.” (SALVAGNI, 2013, p. 49). Com o advento da sociedade capitalista, a morte passa a representar perda de mão de obra, inclusive a mão de obra infantil, portanto inadmissível.

No texto “*Pequeno demais, pouco demais*” *A criança e a morte na Idade Moderna* (2010), as autoras Claudia Pancino e Lygia Silveria, discutem também acerca da morte infantil ao longo do tempo e apresenta algumas reflexões que auxiliam as discussões realizadas. Para as autoras “[...] no passado, o conceito social de infância era, de fato, determinado pela consciência um tanto fatalista de que uma criança podia estar presente um dia e no dia seguinte não mais.” (PANCINO, SILVERIA, 2013, s/p). É notório também, nas discussões das autoras, a visão da criança enquanto um ser incompleto, provavelmente vindas do olhar natural da morte destas pela sociedade da época.

Grosso modo, o motivo pelo qual, com poucas exceções, os médicos não se ocupavam das crianças, era justamente porque tratavam de seres humanos, enquanto as crianças não haviam ainda demonstrado saber sobreviver e assim, encontravam-se em um estado de humanidade incompleta, de “meia humanidade. (PANCINO, SILVERIA, 2013, s/p)

Frente a abordagem realizada, é primordial uma observação no intuito de evidenciar, que, para compreender as diferentes formas de morte de infantes, é necessário a compreensão de que o próprio conceito de infância é resultado de um processo histórico. A infância é constituída historicamente dependendo das condições culturais e sociais. A visão das crianças vistas como sujeitos individuais, dotados de ações próprias foi sendo construída na sociedade. Não há como generalizar a construção desse processo histórico, Luiz Lima Vailati em seu texto *A morte menina. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)* (2012), discutindo sobre a morte infantil observa ainda que a forma de lidar com a morte da criança era diferente no Brasil oitocentista. Isso podia ser observado no tratamento dado a elas no momento de prepará-las para o velório. Destaca que as mortalhas tinham grande importância e estavam voltadas para a imagem de inocência e de mártires. A opção pela cor branca transparecia essa visão. (VAILATI, 2012).

O autor argumenta neste sentido, que nos funerais infantis, as mulheres eram presença maior. Destaca ainda que com o passar do tempo as mudanças vão ocorrendo em relação ao espaço que as crianças mortas vão ocupando no interior das famílias e da sociedade. As necrópoles das crianças e as fotografias presentes nelas são exemplos disso. (VAILATI, 2012). As mudanças vão tomando dimensões extrafamiliar. “Muda-se, assim, o modo de ver e compreender a morte infantil, os pais

e o Estado são responsáveis. [...], a morte é uma incompetência dos pais e do Estado”. (VAILATI, 2012, p. 198).

Nesses túmulos infantis, os familiares buscam eternizar a memória de suas crianças. São encontradas fotografias que deixam transparecer momentos vivenciados por elas que transmitem algum momento que os familiares procuram não esquecer. Morin corrobora para essa compreensão. Para ele, embora as práticas de sepultar os mortos sejam diferentes de um lugar para o outro, é simbólico em todos a manutenção desse morto junto com os vivos. Essa manutenção pode ocorrer por meio de objetos ou fotografias e do culto que são voltados a esses. (MORIN, 1987).

4.3 Os túmulos dos descendentes japoneses



Foto 7: Vista dos túmulos dos descendentes japoneses. Fonte: Isabel Uliana. 29/03/2018.



Foto 8: Vista dos túmulos dos descendentes japoneses. Fonte: Isabel Uliana. 29/03/2018.

Saindo do espaço onde estão os túmulos das crianças, caminhando para o lado direito do cemitério, encontramos principalmente na quadra de número 27, vários túmulos com inscrições nipônicas. Estes se localizam em uma parte do cemitério em que o valor das sepulturas estão entre as mais caras. São túmulos de descendentes de imigrantes japoneses. Nestes é possível encontrar uma parte da história de Maringá. A presença destes imigrantes japoneses em Maringá se faz também no cemitério.

As sepulturas nipônicas chamam a atenção não apenas pelas inscrições que possuem, sendo estas uma forma de reconhecimento, mas também pelas tonalidades dos jazigos. Prevalece neles uma tonalidade mais escura do mármore ou granito, principalmente a preta ou o marrom. Os jazigos comportam vários membros de uma mesma família. Há para cada um deles, uma fotografia de identificação. Alguns túmulos contêm uma cruz em sua lápide, podendo indicar que as pessoas que ali foram sepultadas eram cristãs, ou os familiares deixaram a expressão de sua religiosidade. Próximo a um dos jazigos há ainda um memorial, símbolo da cultura japonesa. É possível conhecer elementos da história de Maringá e de elementos presentes hoje na cidade ao aproximarmos a história da cidade e o cemitério de Maringá. É interessante notar como estes símbolos são escolhidos para marcar a memória e a representação do ente querido.

No entanto, não é incomum encontrar oferendas de alimentos nos túmulos, especialmente no Finados. É possível associar a prática ao culto dos antepassados, Maringá possui um templo budista², que, por vezes, realiza festivais de Bon Odori, que, no caso, é uma das mais importantes tradições budistas no Japão. Acreditam que nesse momento os espíritos de seus ancestrais voltam para suas casas para se reunir com sua família. É claro que há adaptações culturais, inclusive nas datas de comemoração, o Obon hoje em dia é comemorado em diferentes datas. E, é possível que em Maringá, o Finados tenha se tornado o dia de celebração, e não apenas, para as famílias budistas. É o momento em que os japoneses limpam os túmulos dos seus antepassados e também colocam uma variedade de oferendas de alimentos como legumes e frutas para os espíritos, também aqui, é comum encontrar oferendas à base

² Templo Budista Jodoshu Nippakuji, localizado na Av. Londrina, 477 - Zona 08, Maringá - PR, 86200-000

de arroz. É interessante notar como esses elementos são escolhidos para marcar a memória e representação da pessoa falecida.

O Brasil representa a maior colônia de imigrantes fora do Japão. Há exatos 110 anos teria ocorrido a chegada oficial dos imigrantes japoneses no Brasil. Os primeiros viajaram a bordo do navio Kasato Maru, e aportaram na cidade de Santos (SP) no ano de 1908. Todavia, desde a metade do século XIX, devido aos problemas resultantes da modernização do país e dos problemas sociais e políticos, uma parcela da população japonesa procurou outros lugares para viver. O processo de migração dos japoneses acentuou-se ainda mais no período pós Segunda Guerra Grande.

De São Paulo os imigrantes foram se estabelecendo em outras regiões do país, a partir de 1930, se dirigiram para o Paraná. Claudia Almeida e Elpidio Serra no texto *O papel da colônia japonesa, da Emater e do governo municipal na implantação e fortalecimento da viticultura no município de Marialva* (2012), apontam que “[...], os japoneses tiveram as fazendas de café como destino de trabalho ao entrarem no Brasil”. (ALMEIDA, SERRA, 2012). Depois de se dedicarem por muito tempo as elas, vieram para o Paraná, tendo como portal de entrada a cidade de Cambará. Na região que viria a ser Maringá os imigrantes teriam chegado por volta de 1939 e a partir de então, diversas famílias japonesas escolheram esta cidade para viver.

A contribuição dos japoneses na construção da história de Maringá é notória. Uma pesquisa realizada pela professora Izolde Previdelli (2009) sobre o censo Nikkei de Maringá³, informou que no período de sua realização havia mais de 4 mil famílias de descendentes japoneses em Maringá. Assim a cultura japonesa se mantém viva na cidade, principalmente em dois locais construídos com esse objetivo: O Parque do Japão e a Associação Cultural e Esportiva de Maringá (ACEMA). Há também escolas japonesas que ensinam a língua materna para descendentes ou pessoas que desejam aprendê-la. Devido as importantes manifestações da cultura japonesa na cidade, no ano de 2008, em comemoração aos 100 anos da imigração japonesa, a Família Imperial do Japão esteve em visita ao Brasil, passando por Maringá. Na ACEMA ocorre anualmente o festival Nipo Brasileiro que envolve apresentações artísticas e gastronômicas com pratos típicos do Japão. O Parque do Japão é um ponto turístico que atrai muito visitantes.

³ Informações disponível em <http://maringa.odiario.com/maringa/2009/04/censo-aponta-mais-de-10-mil-nikkeis-em-maringa-mas-numero-deve-chegar-a-14-mil/214495/> Acesso em 30/04/2018.

4.4 Ossuários

Descendo pela rua principal, pouco abaixo dos túmulos japoneses chegamos a um espaço do cemitério em que a desigualdade social se faz presente. Chegamos ao ossuário.

O local é ocupado por inúmeras caixas de concreto.



Foto 9: Parte do ossuário. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.



Foto 10: Ossuário. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.



Foto 11: Ossuário. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.

Algumas delas encontram-se vazias e uma outra quantidade serve para guardar os restos mortais daqueles que estavam sepultados em terrenos provisórios, mas que por não terem condições de adquirir a sepultura definitivamente, foram de lá retirados. Isso ocorre após um período de três (3) anos, a contar do sepultamento. Este local é utilizado para guardar os restos mortais também de forma provisória.

Aqui os restos mortais também permanecem por mais 03 anos. Caso a família não adquira o espaço pela compra, posteriormente são retirados e colocados em um poço comum. São as famílias mais carentes da sociedade. As caixas que estão ocupadas apresentam características diferenciadas; umas dão sinais de abandono, outras porém, recebem os cuidados assim como os túmulos ao longo do cemitério. Em pesquisa de campo realizada ao cemitério no dia 02/11/2017, foi possível verificar algumas dessas caixas com flores, velas acesas, porta retratos dos falecidos; alguns estão com o nome escrito em tinta e também estão coloridos, e há outros revestidos de azulejos.

As diferentes formas de preservação da memória, não estão presentes apenas na parte do cemitério onde se encontra a camada mais abastada da cidade, elas são evidentes também nesse local humilde. As expressões que encontramos: fotos, flores, mostram a busca daqueles que são excluídos da sociedade em deixar sua memória, a memória dos que se foram preservadas e inseridas juntamente com a memória dos que são evidenciados pela história oficial da cidade.

Novos projetos visam atender a necessidade do cemitério. Para isso uma das ações pode ser a retirada do ossuário de onde ele se encontra, para que novos túmulos sejam construídos. O espaço onde fica o ossuário pode ser transferido para outro local do cemitério. A desigualdade social existente em vida pode ser também observada após a morte. Morin já afirmava “Mas a desigualdade continua a subsistir na morte. [...]. A casa dos mortos é o reflexo da casa dos vivos”. É a separação segundo o autor dos mortos grandes dos pequenos. (MORIN 1987, p. 130).

Andrade e Serafim (2010), já discutindo sobre esse local, observaram que

Os ossos são colocados em gavetas numeradas. Essas gavetas são feitas de concreto. É muito comum perder a referência ao número e ao local em que o morto está, pois as gavetas são empilhadas, além de serem todas iguais, tornando o reconhecimento dos familiares, às vezes, quase impossível. (ANDRADE, SERAFIM, 2010, p.111)

Essa realidade é bem diferente da realidade presente na Quadra 28, Linha 01, onde visualizamos os túmulos mais sofisticados do cemitério. Os jazigos das famílias mais tradicionais de Maringá são revestidos de mármore e granito, seus ornamentos e inscrições se destacam pela beleza e demonstram serem bem cuidados. Dessa forma podemos perceber a desigualdade urbana presente além da morte. Os excluídos socialmente na sociedade, estando inserido em espaços à margem do centro aqui também possuem um destino diferente daqueles que possuem condições sociais que se adequam à estrutura do cemitério. Comprar um local para ser sepultado dentro do cemitério requer ter condições financeiras.

No cemitério público de Maringá os ricos e os pobres dividem espaços desigualmente. Os grandes jazigos de um lado expressam ostentação e poder de uma classe que mesmo após a morte não abre mão de demonstrar seu poder aquisitivo, de outro lado, caixotes de cimento, ou túmulos simples se espremiam em um espaço cada vez menor, sendo empurrados para outros locais. Corroborando com as discussões Santos e Rios no texto *Segregação Sócio Espacial no Cemitério Santana-Jaraguá (go): Distinções Sociais Entre a Vida e a Morte* (2017) onde argumentam que a paisagem cemiterial reflete a segregação existente na cidade, as origens, o como era a vida, os valores e como as pessoas encaram a morte. “Esta representação torna-se possível a partir da observação concreta da referida paisagem, através dela podemos observar e entender a importância que as pessoas tiveram em vida, riqueza, bens adquiridos, os seus gostos, chegando até a identificar, através das características do túmulo, a profissão do sepultado”. (SANTOS, RIOS, 2017, p.3).

4.5. Terreno provisório

Na quadra 56 do Cemitério Municipal de Maringá, encontrava-se o denominado “terreno provisório.” (ANDRADE, SERAFIM, 2010). No período da pesquisa realizada por Andrade e Serafim (2010), esse espaço possuía uma configuração muito diferente da atual, conforme é possível perceber nas imagens abaixo. As autoras já identificavam grandes transformações nessa parte do cemitério nos últimos anos. De acordo com Andrade e Serafim, em 2005 o número de pessoas sepultadas nesse espaço era de 23 mil, em 2010, a quantidade chegava a 27 mil. (ANDRADE,

SERAFIM, 2010). Na atualidade, esta área é composta aproximadamente por 28 mil túmulos e está na sua capacidade total de ocupação. A pouca diferença dentre os últimos anos pode ser explicada pelo esgotamento do espaço e pela quantidade de túmulos destinados ao uso provisório. Hoje coexistem no mesmo espaço túmulos provisórios e definitivos.

Terreno provisório porque são enterrados, por até três anos, aqueles cuja família não pode pagar por um túmulo comum. Passado o tempo máximo, leva-se para o túmulo ou para o ossuário, caso a família não tenha dinheiro para comprar um jazigo comum. Os restos mortais precisam ser removidos deste setor para que outros possam ser enterrados. Como o terreno é relativamente grande, a administração do Cemitério sugere que as famílias adquiram um pequeno cercado a ser colocado em volta do túmulo, para não se perder o morto de vista. (ANDRADE, SERAFIM, 2010, p. 112)

Percebemos assim que o cemitério pode ser compreendido como um microcosmo da sociedade. Por meio dele a sociedade pode ser analisada e compreendida em suas diferentes características. Uma das análises possíveis é a socioeconômica. Este ponto específico do cemitério é mais um que auxilia para que este aspecto fique evidente. Trata-se de um espaço destinado em partes a pessoas carentes, ou seja, àquelas que não têm condições econômicas de adquirir um túmulo definitivo no cemitério, porém grande parte dos túmulos presentes nesta área está praticamente sendo utilizado em definitivo.

Entretanto, é necessário que haja sempre uma determinada quantidade de túmulos reservados para a rotatividade. Hoje essa quantidade condiz com aproximadamente 500 túmulos. Nesta parte do cemitério, as famílias ocupam provisoriamente um túmulo sem gerar custos, o morto pode permanecer nesse espaço por determinado tempo. Após este período, a família deve comparecer ao cemitério para decidir a “vida do morto”, isto é, ou compra definitivamente o local ou os restos mortais são transferidos para o ossuário. É realizado então, constantemente um rodízio de sepultamentos. Um rodízio que atende a mesma camada social. Há uma legislação que dá respaldo as ações realizadas no espaço provisório, pois há grande quantidade de pessoas que não podem comprar um local definitivo para sepultar seus entes queridos.

O túmulo existente no “espaço provisório” tem características diversas. Muitos desses túmulos são revestidos em granito, mas há uma quantidade razoável de

túmulos com revestimentos em azulejos. A segunda opção está provavelmente associada ao custo do material.

Praticamente em todos os túmulos há um símbolo cristão, seja uma cruz, ou uma imagem. Esses estão acompanhados de alguns dizeres já prontos, sempre voltados para a dor da perda e da saudade expressa pelos familiares, pequenos vasos também enfeitam as sepulturas e as fotografias evidenciam os indivíduos que ali estão.



Figura 6: Terreno Provisório. Cemitério Municipal de Maringá-PR.
Autoria: Vanda F. Serafim (02/11/2006). Arquivo do LERR.

Foto 12: Disponível em: ANDRADE, SERAFIM, 2006, p. 112



Fotos 13: Terreno provisório. Fonte: Isabel Uliana. 29/03/2018.

A desigualdade social verificada na grande extensão da cidade de Maringá, se manifesta ali também, entre os túmulos. A separação das áreas, pela capacidade de aquisição ou não de um local definitivo, evidencia, que mesmo após a morte, a exclusão e a segregação permanecem.

O esgotamento dos locais para sepultar os mortos resultou em uma reforma no cemitério. Novos túmulos estão sendo construídos em locais onde antes eram ruas. Essas estão sendo ajustadas e no centro delas já ocorrem novos sepultamentos. São as transformações da cidade que a cada dia se expande refletindo e ocasionando mudanças dentro do cemitério e nas relações que os sujeitos estabelecem com a morte e seus mortos.

As transformações ocorridas na cidade podem ser visualizadas a partir do cemitério: a imagem que se tem é uma mistura entre elementos do cemitério e as grandes construções ao seu redor. Prédios cada vez mais altos contornam o lugar dos mortos, evidenciando o processo de urbanização pela qual a cidade de Maringá tem passado nos últimos anos. Essa mudança visível do exterior do cemitério, e perceptível também no interior dele, com a esgotamento do espaço para os sepultamentos.

4.6 O Cruzeiro



Foto 14: Vista geral do cruzeiro. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017

Continuando a subir, passando novamente próximo aos túmulos infantis, seguindo a frente chegamos ao ponto central: o Cruzeiro. Elemento dotado de características diversas, é um dos locais mais visitados naquele espaço. A grande quantidade de velas acesas e marcas dessas, deixam isso evidente. Aos pés do Cruzeiro há a presença de inúmeras imagens de santos quebrados ou mesmo imagens de santos sem danificações, ao seu redor encontramos 11(onze) velários, nestes são depositados velas e flores.

O Cruzeiro do Cemitério de Maringá exprime novamente a forte tradição católica, pensando-o enquanto espaço sagrado. Ao topo encontra-se a imagem de Nossa Senhora Aparecida, em cor azul. Mas o que representa essa grande cruz no cemitério? Podemos pensar esse símbolo a partir da breve definição presente no dicionário Aurélio⁴ para palavra cruzeiro: “Grande cruz de pedra ou de madeira que se ergue nos adros das igrejas, nas praças, nos cemitérios etc”. De acordo com o Dicionário Ilustrado de Símbolos, dentre as definições apresentadas a “Cruz é o mais universal entre os símbolos elementares não apenas no âmbito cristão. Representa sobretudo a orientação no espaço, o ponto de intersecção. [...] sob forma de uma totalidade que corresponde a forma humana de braços abertos”. (BIEDERMANN, 1993, p.176).

O Dicionário de Símbolos traz como definição:

No complexo simbolismo da cruz, que não nega nem substituí, mas ratifica seu sentido histórico na realidade do cristianismo, entre dois fatores essenciais: o da cruz propriamente dita ou o da crucifixão ou “estar sobre a cruz”. Em primeiro lugar a cruz se oferece como derivação dramática, ou como uma inversão da árvore da vida. [...]. Situada no centro místico do cosmo, é a ponte ou a escada pelos quais pode subir a Deus. (CIRLOT, 2003, p. 196)

No cemitério o Cruzeiro está intimamente relacionado a simbologia cristã e ao sentido que a cruz representa aos fiéis. Embora o cemitério seja um espaço de sincretismo, aberto a celebrações ecumênicas, prevalecem as características cristã, mais precisamente cristãos católicos. A cruz também realiza uma aproximação do cemitério ao espaço sagrado, estabelecendo uma aproximação com o além.

Definir o significado de cruz auxilia na compreensão do contexto analisado. O significado da cruz para os cristãos pode ser compreendido a partir das discussões

⁴ Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio>. Acesso: 04/ 11 / 2017

realizadas por Edson Matias Dias em sua tese *A cruz como elemento simbólico construtor de sentido no movimento de Jesus* (2011), onde entre as abordagens realizadas, aponta que não há informações claras sobre sua origem: objeto/figura da cruz, mas essa esteve presente em várias culturas. A cruz era utilizada desde a Grécia Antiga, no processo de crucificação e foi adotada posteriormente pelos romanos.

Dias apresenta uma discussão significativa sobre as diferentes interpretações relacionadas a cruz no contexto anterior à crucificação de Jesus e posteriormente a este. “De símbolo de humilhação e derrota, a cruz se tornou instrumento simbólico de organização social do grupo” (DIAS, 2011, p. 98). A cruz possuía um caráter de força para os governantes e de suplício para os contraventores. Os presos mortos na cruz eram considerados indignos, fracassados, perdedores. Após a crucificação de Jesus, para os seguidores do cristianismo, a cruz passa a representar sinal de vitória e libertação. (DIAS, 2011).

Assim, após a morte de Jesus a cruz passou a ter um novo sentido, uma nova leitura. Dias salienta que “No primeiro, ela era sinal de desestruturação e no segundo, agregação de sentido” (DIAS, 2011 p.98). É essa significação que encontramos presente no cemitério. Os Cruzeiros têm junto aqueles que ali depositam tantas velas e orações uma agregação de sentido. O propósito a ser alcançado, ultrapassa todas as diferenças existentes entre todos os sujeitos que praticam tal ação, tornando-os agregados na intencionalidade e significância.

A necessidade do ser humano de estabelecer relação com o sagrado e/ou àquilo que permeia esse espaço, pode justificar o grande número de pessoas que se colocam aos pés do cruzeiro. Para Saez, o Cruzeiro, como parte integrante do cemitério, é dotado de grande importância ritual, é um símbolo e enquanto tal

[...], o Cruzeiro preenche funções rituais específicas, que o tomam como uma espécie de eixo que concentra o espaço; é, de um lado, o lugar onde se cultuam mortos enterrados alhures, de outro, para as oferendas, despachos da macumba, o cruzeiro resume o cemitério, representa seu centro, [...] (SÁEZ, 1996, p. 89)

Mas não são apenas os cristãos católicos que se utilizam do cruzeiro, entre as religiões africanas em Maringá, é muito comum encontrarmos seus adeptos no cemitério nas segundas-feiras, dia das almas, realizando seus rituais. Além disso, o

Finados é sempre marcado pela presença de estátuas e outras formas de homenagens.



Foto 15: Fonte: Arquivo pessoal Vanda F. Serafim 02/11/2017.



Foto 16: Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017

Na imagem acima, capturamos o momento em que imagens de exus e pombas-giras são incendiadas.

4.7. Monsenhor Bernardo Cnudde

Caminhando a frente ao Cruzeiro, chegamos à quadra na Quadra 07, Linha 23. Neste local está sepultado o Monsenhor Bernardo Cnudde. Seu túmulo está também entre os túmulos muito visitados no cemitério no Dia de Finados. A sepultura de mármore na cor marrom, possui a presença constante de flores e velas acesas ou sinais delas. Um crucifixo e um rosário ocupam espaço junto a sua foto e seu nome que se encontra escrito com letras douradas. Sobre o túmulo há uma placa com o dizer “Favor não queimar velas sobre o túmulo”



Foto 17: Túmulo de Monsenhor Bernardo. Fonte: Isabel Uliana. 29/03/2018.



Foto 18: Túmulo de Monsenhor Bernardo. Fonte: Isabel Uliana.02/11/2017.

Monsenhor Bernardo Cnudde está presente na memória e na devoção dos maringaenses e seu túmulo se tornou assim local de grande “peregrinação” de fiéis. A história de Monsenhor Bernardo junto aos seus devotos, iniciou bem antes de seu falecimento que ocorreu no dia 20 de novembro de 2000. Monsenhor atuava como padre na Paróquia Divino Espírito Santo. Os padres são, de acordo com a tradição católica de Maringá, sepultados no Cemitério Rainha da Paz. Porém Monsenhor Bernardo deixou expresso ainda em vida sua vontade de ser enterrado junto ao povo, sendo então sepultado no Cemitério Municipal de Maringá.

A vida sacerdotal de Monsenhor Bernardo iniciou fora do Brasil. Bernardo Abel A. Cnudde, estudou no seminário Menor Sagrado Coração de Jesus na França, ordenou-se sacerdote em Saint Jacques em 20 de junho de 1966 e veio para o Brasil em novembro do mesmo ano onde iniciou seus trabalhos como vigário colaborador na Paróquia Santa Maria Goretti. No ano de 1968, auxiliou na Paróquia de Santa

Isabel do Ivaí, Diocese de Paranavaí. No ano de 1969, Bernardo voltou à Maringá já na Paróquia Divino Espírito Santo. O título de Monsenhor, foi recebido no ano de 1980, pelo então arcebispo de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho.⁵

A morte de Monsenhor foi analisada por Andrade e Serafim (2010), onde descrevem acerca da comoção popular e a devoção que resultou a partir dessa. Apontam que

No início da tarde, teve uma grande multidão que se exprimia dentro do templo, enquanto milhares de pessoas permaneciam silenciosos as e vigilantes do lado de fora, espalhando-se pela praça. Muitas pessoas que se aproximavam da urna funerária não se continham, chorando discretamente e beijando as mãos pálidas do morto. (ROCHA, apud ANDRADE, SERAFIM 2010, p.120)

A popularidade que alcançou quando vivo, pode explicar a grande presença do povo em seu velório. Era um religioso que não apenas exercia sua vocação, mas estava sempre próximo aos seus fiéis, muito procurado por esses nos momentos de dificuldades. Concedia graças e tinha autorização do bispo para realização de exorcismo. Padre acolhedor e caridoso, utilizava-se das palavras certas para falar com aqueles que o procuravam. (ANDRADE, SERAFIM, 2010).

Monsenhor já em vida era visto com adoração pelo povo, e isso continuou após sua morte. Há depoimentos de pessoas que afirmam receber graças e ter tido contato com o padre. Um desses contatos teria ocorrido com o monsenhor Kimura da arquidiocese de Maringá. De acordo com Andrade e Serafim, Nesta visita monsenhor Bernardo havia pedido que Kimura que “[...] alertasse a Dom Murilo (bispo de Maringá), sobre a sua saúde”. (O DIÁRIO, apud ANDRADE, SERAFIM, 2010, p. 121).

Uma das graças que teria ocorrido por intermédio do monsenhor Bernardo refere-se a cura de uma senhora que desacreditada pelos médicos por ser portador de hanseníase, curou-se após participar de correntes de oração realizada por ele. (ANDRADE, SERAFIM, 2010).

Há nessas expressões de graças alcançadas e na grande devoção para com o padre, a crença de sua santificação. A relação estabelecida entre os devotos e os santos é

⁵ Informações disponíveis em <http://maringa.odiario.com/maringa/2009/10/dois-tumulos-mais-visitados/228990>
<http://www.paroquiadivino.com.br/noticias/parouquia/15-anos-sem-o-mons-bernardo-cnude>. Acesso em 10/11/2017.

possível de ser compreendida nas palavras de Andrade e Serafim ao afirmarem que esse

[...] protege o indivíduo durante toda a vida e mesmo além dela em troca de sua veneração e cumprimento de deveres rituais. O compromisso, que envolve uma espécie de contraste entre santo e devoto com finalidades específicas e limitadas no tempo, se traduz pelas promessas aos santos, que se apresentam como experiências em um determinado tipo de proteção. (ANDRADE, SERAFIM, 2010, p. 131)

Neste aspecto, o cemitério de Maringá é analisado também como espaço de devoção, espaço sagrado. Adentrá-lo é ter contato com seus protetores, seu “santo” particular. É romper com o mundo profano, passando a permear um local onde seus intercessores irão auxiliá-lo a resolver os problemas enfrentados no dia a dia. “A proteção que o fiel implora ao poder do sagrado vai no sentido de que sua vida não seja uma sucessão de sofrimentos” (ANDRADE; SERAFIM, 2010, p. 132).

Andrade, apresenta o cemitério como [...] o *axis mundi* é o lugar no qual terra, céu e inferno formam um todo meio que indistinguível, como se encontrasse na origem cosmogônica. O ritual no cemitério funciona como produção de uma memória social, vinculada à percepção que o devoto tem de seu santo. (ANDRADE, 2010, p. 140). Argumenta ainda que a presença dos santos na construção da hierarquia cristã não é algo recente, entretanto há aqueles consagrados pela igreja e outros resultados

[...] de um processo místico e emocional, que se expande, apesar dos protestos e das tentativas de controle institucionais, pois para os adeptos os trâmites de beatificação e canonização são desconhecidos e, mais do que isso, totalmente dispensáveis. Aquele que crê, crê na eficácia protetora do “santo”, é nele que deposita sua esperança – independente do posicionamento da Igreja - e isso lhe basta. (ANDRADE, 2010, p. 134-135)

Pensar o túmulo do Padre Bernardo como um local de devoção implica em compreendê-lo não apenas como um espaço católico. Há relatos que demonstram manifestações espíritas do padre, podendo assim seu túmulo ser sinônimo de devoção também para os espíritas. Andrade e Serafim (2010), abordam essa característica religiosa do Padre Bernardo, que segundo seus fiéis continuou a fazer contato com o mundo dos vivos após a morte. “Em 2004, numa reportagem do jornal O Diário, o massoterapeuta Carlos de Souza, divulgou ter contato com o padre desde

2002 [...]. Tinha um sorriso simpático e pela roupa que usava, notou se tratar de um padre; [...].” (ANDRADE; SERAFIM, 2010, p. 121-122).

Esses contatos teriam ocorrido em outros momentos, pois o padre tinha uma missão a realizar. Em um deles o Padre estava “[...] acompanhado por oito ou dez companheiros, todos vestidos de branco.” E na última aparição deixou a mensagem a ser passada aos maringaenses de que “[...] ele estava mais vivo em plena atividade.” (ANDRADE; SERAFIM, 2010, p. 123). Nosso objetivo com isso, não é discutir os hibridismos presentes na crença, mas evidenciar assim a grande diversidade de devoções que permeiam pelo cemitério, embora a visibilidade ocorra mais com a tradição católica.

4.8. Capela Ecumênica

Voltando nas proximidades da entrada do cemitério, encontramos a Capela Ecumênica, um espaço aberto com aproximadamente 9 metros quadrados, deixando transparecer um aspecto de paz, o local possui ao fundo uma cruz na parede de cor marrom, tendo paredes e pisos claros. À frente se encontram dois púlpitos; um bem na posição central da cruz e um mais ao lado para serem utilizados nas celebrações. Dezenas de cadeiras em material de plástico brancas permanecem no local, também aguardando as celebrações. Embora seja um espaço aberto, a capela contém várias lâmpadas, evidenciando que seu uso pode ser também em períodos noturnos.



Foto 19: Visão geral da Capela Ecumênica. Fonte: Isabel Uliana. 29/03/2018.

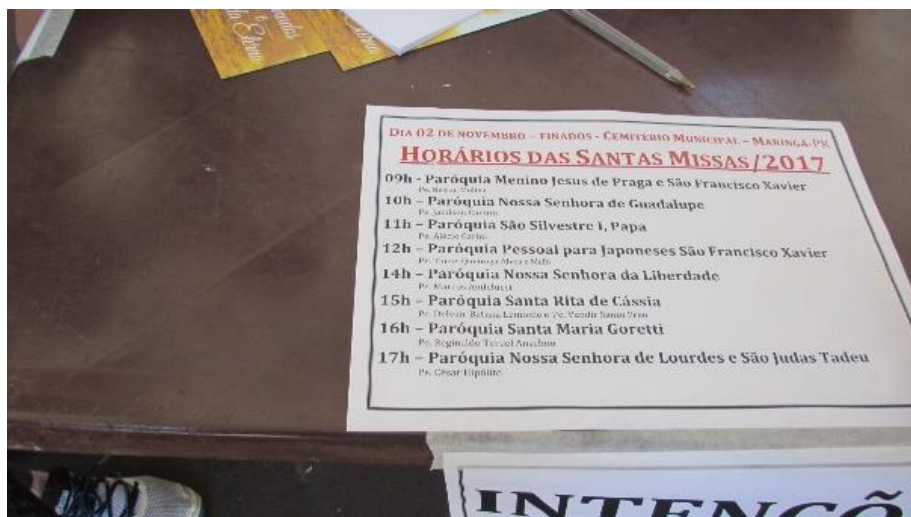


Foto 20: Horário de missas no Dia de Finados. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.

No espaço do cemitério a capela ecumênica tem por objetivo realizar celebrações religiosas envolvendo todas as denominações. Entretanto há em destaque apenas a cruz, símbolo cristão. Além da cruz não há outro elemento que enfatize uma religião específica. Contudo, durante a pesquisa de campo em 02/11/2017, foi possível verificar celebrações apenas da Igreja Católica. Havia um panfleto indicando diversos horários de missa a ocorrer o dia todo. Para entender o propósito deste lugar podemos partir da definição dessas duas palavras: capela e ecumênica.

O termo dado a uma igreja de pequenas dimensões, normalmente as capelas são para atendimentos religiosos para determinados grupos de pessoas e usuais em colégios, universidades, fazendas, conventos etc. O que a diferencia da igreja é não ser sede de paróquia, não havendo assim, assistência permanente de padres. Construção pequena onde está disposta uma imagem religiosa, destinado ao culto. (PINHAL in TERMINOLOGIA ARQUITETÔNICA)⁶

De acordo com o *Dicionário de Significados*⁷ a palavra ecumênica deriva de ecumenismo

O termo ecumenismo teve origem no grego “oikoumene” que significava “o mundo civilizado”. Na Bíblia a palavra oikoumene é traduzida como “todo” e “universal”. É um processo de entendimento

⁶ PINHAL. *Terminologia Arquitetônica*: O que é Capela.

Disponível em: <<http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario>. Acesso em 10/11/2017.

⁷ Disponível em: <https://www.significados.com.br/ecumenismo>. Acesso em 15/11/2017.

que reconhece e respeita a diversidade entre as igrejas. A ideia de ecumenismo é exatamente reunir o mundo cristão. Na prática, porém, o movimento compreende diversas religiões inclusive aquela não cristã. O ecumenismo procura estabelecer boas relações de amizade entre pessoas e igrejas diferentes.

Partindo das definições acima, a capela seria dentro do cemitério um símbolo de unidade, representa um local onde não há distinção de religião. Está aberta a diferentes manifestações religiosas que podem proporcionar conforto, paz no momento difícil que é a perda de um ente querido. Neste sentido, a morte é o caminho a que todos percorrerão, ela não possuiria diferença religiosa e deveria estar aberta a todas as crenças, mas, na prática não foi o que encontramos.

4. 9. Clodimar Pedrosa Lô



Foto 21: Túmulo de Clodimar Pedrosa Lô. Fonte: Isabel Uliana. 20/03/2018.



Foto 22: Túmulo de Clodimar Pedrosa Lô. Fonte: Isabel Uliana. 02/11/2017.

Saindo da Capela Ecumênica, acessando a rua principal, à direita na Quadra 33, Linha 3, chegamos ao túmulo que, embora não seja o objeto central desse trabalho, ocupa uma parte importante de sua abordagem. Trata-se do adolescente Clodimar Pedrosa Lô.

O primeiro contato com o Cemitério de Maringá foi a partir da análise do processo de santificação ocorrido com o morto ilustre Clodimar Pedrosa Lô. O trabalho intitulado *Fabricação de um santo popular* (1998), já evidenciava a grande visitação em seu túmulo logo após a sua morte. (ULIANA, 1998).

O túmulo de Clodimar é ainda hoje o mais visitado no Cemitério Municipal de Maringá. Aqui se faz necessário apresentar, não apenas o fato em si, mas relacioná-lo com o significado que passou a ocupar na memória dos maringenses. Convém, neste sentido, ressaltar as palavras de Muniz ao afirmar que

Mais do que uma instituição responsável por catalogar e asilar os restos mortais humanos, compreende um campo sagrado onde ocorrem manifestações sócio-culturais múltiplas; é um dos lugares onde o homem se relaciona com o transcendente, com o sobrenatural; é o local que nos questiona sobre qual o sentido da nossa existência. (MUNIZ, 2006, p.161)

Este túmulo, desde que ocorreu a morte do adolescente, passou a ser no Dia de Finados, ou mesmo em visitas realizadas em outros dias, o ponto principal da passagem daqueles que vão ao cemitério. Muitas vezes essas visitas ocorrem por curiosidade, para conhecer onde se encontra o adolescente morto por policiais, que mesmo com o passar do tempo se mantém vivo na memória da população, mas principalmente por pessoas que de alguma forma, buscam este local para realizar orações, fazer pedidos e agradecimentos. Isto porque, após a morte Clodimar Pedrosa Lô passou a ser considerado santo por pessoas que afirmam ter recebido graças atendidas por ele.

A história de Clodimar em Maringá teve início no ano de 1967, mas tornou-se conhecida por diversas regiões do Brasil no período pela forma trágica que terminou. Neste contexto Maringá ainda estava em processo urbanização e o Brasil vivia a conjuntura da ditadura militar.

Clodimar Pedrosa Lô, nasceu no Ceará, mas veio para Maringá ainda criança. Devido a problemas de saúde de sua mãe, a família retornou ao Ceará. Mas aos treze

anos de idade Clodimar retorna à Maringá, hospedando-se na casa de um tio que era morador da cidade. (O DIÁRIO, NOVEMBRO DE 2017).

A história de Clodimar, se relaciona com outras tantas histórias de nordestinos que se dirigiam ao sul do país em busca de uma vida promissora. O objetivo do adolescente ao vir à Maringá era conseguir um emprego para enviar dinheiro para ajudar a família que residia no nordeste. (ULIANA, 1998, p. 12).

Tendo então 15 anos de idade, Clodimar conseguiu trabalho em um hotel da cidade: o Palace Hotel, onde passou a trabalhar como carregador de bagagens. Enquanto carregador tinha acesso aos quartos dos hóspedes. A trajetória do menino foi transformada quando hospedou-se no hotel o comerciante Antônio Forte. Depois de dois dias hospedado no hotel, este teria percebido que havia sumido uma quantia em dinheiro de seu quarto, Forte procurou o gerente do hotel, Antônio Farris para relatar o ocorrido. Ambos não hesitaram em acusar Clodimar de ser o responsável pelo furto, pois ele tinha acesso ao quarto, era pobre e nordestino. Após ser denunciado por roubo, Clodimar foi então conduzido à delegacia de Maringá que estava localizada na Avenida Paraná. Neste local, sofreu as mais diversas formas de tortura para que assim confessasse o crime praticado. “Os policiais levaram Clodimar para a cadeia pública, onde começaram a interroga-lo, sob tortura, usando métodos mais cruéis que podiam dispor.” (ULIANA, 1998, p. 14).

Negando a autoria do crime, as punições eram ainda mais severas. As agressões contra Clodimar partiram dos policiais: Manoel Gerson Maia e Beneval Merêncio Bezerra. Não resistindo às agressões sofridas, Lô veio a óbito no dia 23 de novembro de 1967. No ano de 1983, o jornalista Eliel Diniz publica um livro intitulado *Lô*, onde retoma a história de Clodimar e narra as torturas sofridas pelo menor.

[...] vitimado por queimaduras de cigarros, furadas de agulha sob as unhas, beliscões de alicate por todo o corpo, inclusive prensa nos órgãos genitais e coronhadas de revolver na cabeça. Era Lô um garoto menor de idade e já sofria maltratos no pau-de-arara, choques elétricos entre outras torturas terríveis. Até mesmo taras sexuais eram praticadas por aqueles vermes. Foi uma noite infinda para aquele jovem adolescente. (DINIZ, 1983, p.32.)

O caso de Clodimar foi e ainda continua sendo alvo de diversas pesquisas. Um outro livro foi lançado contando a história de Clodimar. Trata-se do livro *Sala dos suplícios*, escrito pelo historiador maringaense Miguel Fernando Perez Silva. A

primeira edição foi lançada em 2007 e a segunda, no ano de 2017, quando o ocorrido completou 50 anos. (O DIÁRIO, 2017).

O autor também descreve as torturas sofridas por Clodimar

Os policiais se cansaram de açoitar Clodimar. Beneval armou-se com seu chicote e o utilizou no corpo do menino. Os torturadores também decidiram amarrá-lo no “pau-de-arara” [...]. Em princípio, Clodimar começou a se debater clamando por piedade e reiterando sua inocência. Mas, tiraram-lhe a camiseta e o amarraram conforme proposto. Com Lô pendurado, houve nova sequência de socos e chutes nas costas, costelas, estômago e rosto. Depois, açoitaram seus pés. (SILVA apud MARINGÁ POST, 2017)

A mídia local desde que o fato aconteceu tem contribuído para que permaneça na memória dos maringaenses. As reportagens realizadas na cidade no Dia de Finados abordam sempre o caso de Clodimar, por ser o túmulo mais visitado. No dia 23 de novembro de 2017, O Diário produziu uma matéria no jornal on line com o título “Há 50 anos a morte de Clodimar ainda abala a cidade”. (O DIÁRIO, 2017). A reportagem relembra a história de Clodimar e a indignação que ficou após o julgamento dos culpados, já que os mesmos deram fuga e não foram presos.

Andrade e Serafim (2010) discutem sobre o caso Lô, dando ênfase nas constantes visitas que passou a ocorrer em seu jazigo.

No Dia de Finados ao se aproximarem de seu túmulo, devotos e visitantes recuperam essa história e emitem comentários [...]. Crianças e jovens visitam seu túmulo e, apesar de não existir procedimento administrativo para a organização da fila, esta ordem predomina e todos querem acessar o túmulo pelo lado direito, para tocarem a foto de Clodimar. Ali param, rezam rapidamente, fazem o sinal da cruz e saem. (ANDRADE, SERAFIM, 2010, p. 118)

Entretanto, nem todas as visitas realizadas ao túmulo de Clodimar, são apenas para uma visita rápida para uma pequena oração. Isso fica evidenciado ao observar as inúmeras placas de agradecimentos que foram depositadas ali. Não há mais espaço para que novas placas sejam colocadas. Os motivos dos agradecimentos não se fazem presentes. Apenas o dizer “Agradecimento pela graça alcançada”, “graça recebida”, ação de graça”. Aos pés do túmulo de Clodimar, diferente dos outros túmulos, há um velário separado do jazigo. No Dia de Finados, as velas são queimadas em grandes quantidades. Nos demais dias, em observações realizadas

em pesquisa de campo, foi possível também verificar essas visitas ao túmulo, e as velas acesas.

Para Andrade, a santificação de Clodimar está associada à forma trágica e injusta de sua morte. “As histórias de vida dessas pessoas passam a ter como referencial uma história de como a sua santidade manifestou-se. O tempo faz com que sua vida de pessoa comum, seja completamente transformada em detalhes que se tornam justificadores de sua ação sagrada”. (ANDRADE, 2010, 138). O caso Clodimar Pedrosa Lô, seja por ser visto como um santo, seja por causar ainda hoje indignação frente à morte violenta e a impunidade que ficou, permanece viva na memória dos maringenses.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como indicado no início, a pesquisa aqui apresentada está vinculada a linha de pesquisa “Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória”. Em virtude disto, as investigações sobre a produção e aprendizagem da História foram realizadas fora do espaço escolar, ou seja, no Cemitério Municipal de Maringá, com o objetivo de pensa-lo como um espaço de memória e saber.

Considerando que a memória é construída coletiva e socialmente, pudemos perceber que as pessoas que se dirigem ao Cemitério Municipal de Maringá, seja, para visitar o túmulo de Monsenhor Bernardo ou de Clodimar, trazem consigo uma memória individual, mas que é também construída a partir de uma memória coletiva. Apesar de o Monsenhor Bernardo já ter falecido há 18 anos e Clodimar Lô, há 50 anos, aqueles que lá vão, vivenciam suas histórias, atualizando-as, tornando-as dignas de serem lembradas e, portanto, problematizadas, como uma memória que se perpetua e é fundamental na construção de uma identidade social. Nas palavras de Michel Pollak em seu texto *Memória e identidade social* “[...] a memória deve ser entendida também ou sobretudo, como um fenômeno construído coletivamente, submetida a flutuações, transformações, mudanças constantes”. (POLLAK, 1989, p. 02).

A memória coletiva, ou seja, construída coletivamente, traz aos sujeitos uma identidade comum, um sentimento de pertencimento a um grupo, a uma época, a um

lugar. Pensar o caso de Clodimar Pedrosa Lô e o Cemitério Municipal de Maringá, é encontrar subsídios no que indica Le Goff (1982) em seu livro *História e Memória*. Para o autor, o passado seria resultado dos documentos, dos vestígios que foram preservados. São esses vestígios que chegaram até o presente que oportunizam realizar uma observação do passado e a problematizá-lo. (LE GOFF, 1982).

Para Le Goff (1982) a memória histórica é um dos objetos da história. O significado, a representação que o cemitério passou a ter ao longo do tempo está associada a memória coletiva ou individual dos sujeitos dos diferentes momentos históricos.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1982 p.422)

Observar os túmulos e devoções presentes no cemitério permite investigar a memória que se pretende preservar com estes elementos. São fontes de informações, dotados de uma função social. O cemitério pode ser pensado como um documento/monumento, pois “[...], é um sinal do passado [...], é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, [...]” (LE GOFF, 1982, p. 526). O cemitério como espaço de saberes históricos é o local de memória que influencia e é influenciado pela sociedade e ao mesmo tempo deixa transparecer características marcantes de grupos sociais diversos.

Caminhando pelo espaço do cemitério é possível vivenciar inúmeras expressões de diferentes atividades realizadas por grupos sociais ou indivíduos em particular. São denominações religiosas que por meio de práticas ritualísticas buscam manter-se próximos a seus entes querido que se foram. Entretanto, essas manifestações vão para além das práticas religiosas, passando também por elementos culturais da sociedade local, transparecendo também a desigualdade social. O cemitério pode assim ser definido como espaço de memória e história.

Neste contexto, entre a memória e a construção da identidade, da história, corrobora as discussões de Sáez ao afirmar que

O nascimento de um culto pode seguir caminhos diversos, [...]. Uma alma pode ser individualizada; um santo, historiado; ou um defunto milagroso, dotado de características arquetípicas e assimilado a um

santo. Também um culto de uma criança pode se desenvolver e eventualmente acumular história e valor paradigmático. O mais importante é que qualquer um desses processos acontece por via da memória, da comunicação e da interpretação cotidianas, [...]. (SÁEZ, 1996, p 139-140)

Todos esses elementos estão permeando o espaço do cemitério e o professor tem então a possibilidade de utilizar os componentes que são encontrados nesse espaço para trabalhar com o ensino de História. Os aspectos que foram abordados no desenvolvimento do trabalho, como a relação dos indivíduos com a morte, a construção histórica do cemitério e o significado desse para cada período histórico, possibilita que os alunos possam se perceber, também, como sujeitos históricos a partir da sua própria localidade. Por meio de um espaço presente em sua própria cidade, podemos levar os alunos a problematizarem temáticas muito mais amplas da história. A compreensão de que o espaço do cemitério é primeiramente resultado de uma construção histórica, faz com que os educandos reflitam acerca de como ocorre a construção da memória individual e coletiva que se tem em relação à morte, sendo que por vezes essa visão é tida como única e verdadeira.

É possível perceber a função da História, no diálogo entre passado e presente. O papel da história é social, isto é, os fatos do passado são construídos, interpretados de acordo com as necessidades do presente. Neste sentido, a compreensão histórica do cemitério, ou seja, sua necessidade social, deixa evidente ser um caminho possível a ser percorrido nas aulas de História.

O Cemitério Municipal de Maringá, pensado como espaço pedagógico, torna possível que o ensino de História tenha significado para os alunos. É essa aprendizagem significativa que o ensino da disciplina almeja para que os alunos sejam indivíduos que consigam compreender a sociedade da qual fazem parte.

O cemitério torna-se uma possibilidade para o ensino de História, um espaço para compreensão da memória. São novas leituras que podem ser feitas sobre o passado. Essas não se encontram em páginas de livros didáticos, mas sim em um túmulo, em uma cruz, em um objeto deixado sobre o cruzeiro, enfim, uma leitura diferente da concepção que se tem sobre o passado e sua relação com o presente, mas sempre por meio de um diálogo entre ambos.

Neste sentido, ao problematizar o cemitério como espaço histórico, associado a discussões historiográficas, é possível propor reflexões significativas que resultem

na desconstrução de conceitos estabelecidos, rompa com preconceitos e compreenda que a história é resultado das ações dos diferentes sujeitos ao longo do tempo. Acreditamos ter cumprido o objetivo esperado de identificar a história como prática sociocultural de referência, na medida em que buscamos apresentar variadas formas de representação e usos do passado neste espaço público.

REFERÊNCIAS

Fontes da Pesquisa de Campo

FOTO 01- Entrada do Cemitério Municipal de Maringá. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 29/03/2018.

FOTO 02 - Entrada do Cemitério Municipal de Maringá Arquivo pessoal Isabel Uliana.02/11/2017.

FOTO 03 - Entrada do Cemitério Municipal de Maringá. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 04 – Escultura na entrada externa do Cemitério Municipal de Maringá. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 05 – Cruz natural entrada externa do Cemitério Municipal de Maringá. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 06 – Túmulos infantis. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 07 –Túmulos de descendentes japoneses. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 29/03/2018.

FOTO 08 – Túmulos de descendentes japoneses. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 29/03/2018.

FOTO 09 – Ossuários do cemitério. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 10 –Ossuários do cemitério. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 11 – Ossuários do cemitério. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTOS 12 – Terreno provisório (2006). Andrade, Serafim. 2006, p. 112.

FOTO 13 -Terreno provisório (2018). Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 14- O Cruzeiro. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 15 – Estátuas de Exus e pomba-giras no Cruzeiro. Arquivo pessoal Vanda Fortuna Serafim 02/11/2017.

FOTO 16- Exus e pomba-giras sendo incendiadas. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 17 – Túmulo de Monsenhor Bernardo Cnudde. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 29/03/2018.

FOTO 18 – Túmulo de Monsenhor Bernardo Cnudde. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 29/03/2018.

FOTO 19 – Capela ecumênica. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 29/03/2018.

FOTO 20 – Cartaz com horário de celebrações no Dia de Finados. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

FOTO 21 – Túmulo Clodimar Pedrosa Lô. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 29/03/2018.

FOTO 22 — Túmulo Clodimar Pedrosa Lô. Arquivo pessoal Isabel Uliana. 02/11/2017.

ULIANA, Isabel. **Pesquisa e observação** no Cemitério Municipal de Maringá. Maringá, Pr. 02/11/2017

ULIANA, Isabel. **Pesquisa e observação** no Cemitério Municipal de Maringá. Maringá, Pr. 09/11/2017

ULIANA, Isabel. **Pesquisa e observação** no Cemitério Municipal de Maringá. Maringá, Pr. 13/11/2017.

ULIANA, Isabel. **Pesquisa e observação** no Cemitério Municipal de Maringá. Maringá, Pr. 29/03/2018

ULIANA, Isabel. **Pesquisa e observação** no Cemitério Municipal de Maringá. Maringá, Pr. 26/04/2018.

ULIANA, Isabel. **Pesquisa e observação** no Cemitério Municipal de Maringá. Maringá, Pr. 21/06/2018.

ULIANA, Isabel. **Pesquisa e observação** no Cemitério Municipal de Maringá. Maringá, Pr. 28/06/2018.

Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Júnior d. M. **Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?** In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). Qual o valor da História hoje? 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, v. p. 21-39, 2012.

ALMEIDA, Ana Claudia Silva; SERRA, Elpidio. **O papel da colônia japonesa, da Emater e do governo municipal na implantação e fortalecimento da viticultura no município de Marialva-Pr.** Campo-território: Revista de Geografia Agrária, v. 7, n. 13, 2012.

ANDRADE, Solange Ramos de; SERAFIM, Vanda Fortuna. **A religiosidade católica e seus santos: o Cemitério Municipal de Maringá PR como espaço de devoção.** História Agora **Ano VIII**, v. 10, p. 103-136, 2010.

ANDRADE, Solange Ramos. **O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo.** Revista Brasileira de História das Religiões, v. 3, n. 7, 2010.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932–1950).** 2011.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, vol. 1. 2003.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos Celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 – 1930).** Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2013.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **Espaço funerário, etnias e valores religiosos no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé, RS: histórias de rechaço e acolhimento, um judeu e um negro.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 4, n. 8, 2012.

BIEDERMANN, Hans. **Dicionário ilustrado de símbolos.** São Paulo: Melhoramentos. 1993.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAIMI, Flávia Eloisa, **Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? Anos 90.** Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.129-150, dez. 2008.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2004.

CERRI, Luís Fernando. **"Os Conceitos de Consciência Histórica e os Desafios da Didática da História."** Revista de História Regional (2007).

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de Símbolos.** 2003.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, Paraná, 1947 a 1982.** 2010. 636f. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

COSTA, Fernanda Maria Matos da. **"A morte e o morrer em Juiz de Fora: transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890."** (2007).

COSTA, Otávio José Lemos. Hierópolis: **O significado dos lugares sagrados no sertão cearense.** Trilhas do sagrado. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 35-60, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Edson Matias. **A cruz como elemento simbólico construtor de sentido no movimento de Jesus.** 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2011.

DINIZ, Eliel. Lô; SP, Ed. Dutra & Xavier Ltda, 1983.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** 1. ed. São Paulo (SP): Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1992

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos—seguido de envelhecer e morrer.** (Tradução: Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **A representação da morte infantil em imagens cemiteriais no Brasil (séculos XIX e XX).** Revista História: Debates e Tendências, v. 16, n. 2, p. 291-313, 2017

GONZAGA, Giovani. A produção memorialista sobre a história de Maringá-Pr: contribuições para a localização de um passado das crenças afro-brasileiras na cidade" Anais do LERR (2016) (2016): n. pág. Web. 20 Jun. 2018.

HIPÓLITO, Paulo et al. **Cemitério São João batista de Guarabira-PB: Espaço Pedagógico Para o Ensino de História.** 2015.

LEAL, João Laércio Lopes. Pesquisa de campo. Gerência do patrimônio Histórico de Maringá. Maringá, Pr. 09/11/2017.

LEAL, João Laércio Lopes. **História artística e cultural de Maringá**. Maringá: Imprima Conosco, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1982.

MENDES, Cibele de Mattos. **Práticas e Representações Artísticas nos Cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo-Salvador (1850-1920)**. 2007.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. 1987. Rio de Janeiro: Imago

MUNIZ, Paulo Henrique. **O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais**. *Varia Scientia*, v. 6, n. 12, p. 159-169, 2006.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, 2013. 126f Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, Marcos Fleury de; CALLIA, Marcos HP. **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, p. 78-81, 2005.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da Igreja ao Cemitério Público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)**. No. 7. Arquivo do Estado, 2004.

PANCINO, Claudia; SILVERIA, Lygia. **“Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna**. *Cadernos de História da Ciência*, v. 6, n. 1, p. 179-212, 2010.

PAROLIN, Carlos. Pesquisa de campo. Administração do Cemitério Municipal de Maringá. Maringá, Pr. 13/11/2017.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. Companhia das Letras, 1991.

RICOUER, Paul. **Memória, história, esquecimento**, 2003. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia . Acesso: 22/02/2017.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração. Coleção Biblioteca Carioca, 1997.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço & Religião: uma abordagem geográfica**. EdUERJ, 1996.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Fantasma falados: mitos e mortos no campo religioso brasileiro**. Editora da UNICAMP, 1996.

SALVAGNI, Adelise. **Reflexões acerca da abordagem da morte com crianças. Mudanças-Psicologia da Saúde**. v. 21, n. 2, p. 48-55. 2013.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. "O Processo de Dessacralização da Morte e a Instalação de Cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX." (2011).

SANTOS, Caíque Peixoto Nunes dos; RIOS, EUNICE de Oliveira. **Segregação Sócio Espacial no Cemitério Santana–Jaraguá (go): Distinções Sociais Entre a Vida e a Morte**. Anais do Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do Câmpus Anápolis de CSEH (SEPE)(ISSN 2447-9357), v. 3, n. 1, 2017.

SILVA Maria; GUIMARÃES Selva. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas: São Paulo. Papiros Editora, 2012.

SECRETARIA de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes curriculares da Educação Fundamental da rede de Educação Básica do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED-PR, 2005.

ULIANA, Isabel. **Fabricação de um santo popular**. UEM: Maringá 1998

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)**. São Paulo: Alameda, 2010. ISBN 978-85-7939-047-0, 362 p.

Leis Municipais

MARINGÁ. **Lei nº 773/70**, de 08 de setembro de 1970. Dispões sobre a criação na sede do Município de Maringá, o Cemitério Municipal de Maringá. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 20/11/2017.

MARINGÁ. **Lei nº 875/71**, de 15 de outubro de 1971. Dispõe sobre a autorização dos corpos dos Bispos da Diocese de Maringá – na Cripta da Catedral Nossa Senhora da Glória e transladamento dos ossos, após 05 anos, de pessoas que cujo familiares adquiram – ossários.

MARINGÁ. **Lei nº 1.211 e 1212/78**, de 07 de junho de 1978. Dispões sobre a criação da Administração do Cemitério Municipal de Maringá. Disponível em

<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 20/11/2017.

MARINGÁ. **Lei nº 1.804/84**, de 02 de outubro de 1984. Dispõe sobre a criação da administração do Cemitério Municipal e serviços funerários e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 20/11/2017.

MARINGÁ. **Decreto nº 100/84**, de 27 de abril de 1984, que aprova o regulamento do Cemitério Jardim Municipal. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 21/11/2017.

MARINGÁ. **Lei nº 4072/96** de 07 de maio de 1996. Dispõe sobre a implantação de jazigo dúplex no Cemitério. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 21/11/2017.

MARINGÁ. **Lei nº 5677** de 03 de maio de 2002. Dispõe sobre o horário de funcionamento do Cemitério Municipal de Maringá. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 21/11/2017.

MARINGÁ. **Lei nº 5965** de 19 de dezembro de 2002. Autoriza a aquisição de imóvel para a implantação de um novo cemitério público para o Município de Maringá. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 21/11/2017.

MARINGÁ. **Decreto nº 1.475/2002**, de 18 de outubro de 2002. regulamenta o revestimento e reconstruções de sepulturas do Cemitério Jardim Municipal de Maringá. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 21/11/2017.

MARINGÁ. **Decreto nº 301/2003** de 15 de abril de 2003. Altera os artigos 26 e 27 do regulamento do Cemitério Jardim Municipal de Maringá, aprovado pelo Decreto Municipal nº 100 de 27 de abril de 1984. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 21/11/2017.

MARINGÁ. **Lei nº 6.247/2003** de 20 de junho de 2003. Dispõe sobre a instalação de abrigos provisórios no Cemitério jardim Municipal de Maringá. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 21/11/2017.

MARINGÁ. **Decreto nº 1187/2004**, de 29 de novembro de 2004. Regulamenta a lei Municipal nº 6691/2204, que determina medidas de prevenção contra a contaminação do lençol freático nos cemitérios do Município de Maringá.

MARINGÁ. **Lei nº 7.715** de 25 de setembro de 2007. Autoriza a implantação de um cemitério público vertical no município de Maringá. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 22/11/2017.

MARINGÁ. Decreto nº 356/2007, de 29 de março de 2007. Regulamenta o parcelamento da venda de carneiros do Cemitério Municipal de Maringá. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3546/leis-de-maringa?types=4&q=>. Acesso: 22/11/2017.

MARINGÁ. **Decreto nº 2453/2014**, de 04 de dezembro de 2014. Aprova o Regulamento do Cemitério Jardim Municipal de Maringá.

Anexo 1 – Propostas de planos de aula.

01- A ENTRADA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

6º ano.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações de poder

Relações de trabalho

Relações culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS: A experiência humana no tempo;

Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo;

As culturas locais e a cultura comum.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: Os locais de sepultamentos na Antiguidade e na Idade Média e sua relação com a atualidade.

OBJETIVOS: Conhecer as diversas formas e locais de sepultamento destes períodos históricos, relacionando-as à atualidade.

- Identificar as possíveis relações de hierarquia social a partir da disposição das quadras e dos túmulos existentes no cemitério.
- Desconstruir o espaço do cemitério, geralmente tido como algo ameaçador e sombrio.

02- ENTRADA EXTERNA: OBRA DE ARTE E CRUZ AO CHÃO

9º ano

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Relações culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS: Cultura e religiosidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: Diferentes manifestações artísticas no Brasil;

Monumentos históricos de Maringá e seus significados.

OBJETIVOS: Conhecer e valorizar expressões artísticas, bem como os locais históricos existentes a cidade de Maringá.

Discutir a historicidade do cemitério.

03- OS TÚMULOS INFANTIS

9º ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações de poder

Relações culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS: As culturas locais e a cultura comum;

Urbanização e industrialização.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: O conceito de infância;

Contextos brasileiro e Maringaense nas décadas de 60 e 70; divulgação dos meios de comunicação rádio e televisão;

Mortalidade infantil: principais causas.

OBJETIVOS: Desenvolver análises de temporalidades e das periodizações estudadas no sentido de perceber as mudanças, permanências e simultaneidade com relação à atualidade.

Problematizar as causas da mortalidade infantil no contexto estudado.

04- OS TÚMULOS DOS JAPONESES

9º ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações de poder

Relações culturais

Relações de trabalho

CONTEÚDOS BÁSICOS: Sujeitos, guerras e revoluções;

Cultura e religiosidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: O processo de imigração na Primeira República;

A Segunda Guerra Mundial;

A formação das grandes religiões.

OBJETIVOS: Analisar a conjuntura mundial do século XX a partir de suas perspectivas política, econômica, social e cultural.

Compreender a realidade brasileira na passagem do século XIX para o século XX, relacionando com a história local.

Compreender elementos das grandes religiões, evidenciando a presença da religião japonesa em Maringá.

05 - O OSSUÁRIO

7º ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações de poder

Relações culturais

Relações de trabalho

CONTEÚDOS BÁSICOS: A experiência humana no tempo;

Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.

CONTEÚDO ESPECÍFICO: As diferentes sociedades ao longo da história: os grupos sociais presentes nessas sociedades e suas relações com a sociedade presente.

OBJETIVOS: Identificar as relações sociais ocorridas dentro do espaço da necrópole, percebendo as contradições sociais desse espaço.

06- TERRENO PROVISÓRIO

9º ano e Ensino Médio

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações de poder

Relações culturais

Conteúdos básicos: A experiência humana no tempo.

As relações de propriedade;

Urbanização.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: a evolução da concepção da morte que nortearam as práticas de enterramento desde os primórdios da humanidade.

A urbanização: aproximação entre o mundo dos vivos e o dos mortos.

OBJETIVOS: Entender a história dos cemitérios.

Refletir acerca da evolução da concepção da morte que nortearam as práticas de enterramento desde os primórdios da humanidade.

Identificar as relações sociais ocorridas dentro do espaço da necrópole.

07 - O CRUZEIRO

9º ano e Ensino Médio.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações de poder

Relações culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS: Cultura e religiosidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: Símbolos religiosos.

As crenças e manifestações afrodescendentes na cidade de Maringá.

OBJETIVOS: Explicar a importância dos símbolos religiosos presentes nas diferentes tradições religiosas, estabelecendo a relação entre seus significados.

Compreender e respeitar a diversidade religiosa presente na cidade de Maringá

08 – MONSENHOR BERNARDO CNUUDE

7º ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações de poder

Relações culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS: A constituição das instituições sociais;

A formação das grandes religiões;

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: A formação da Igreja Católica;

Catolicismo tradicional e catolicismo popular;

A constituição de personagens religiosos (associar ações da vida com a morte);

As comunidades espíritas em Maringá.

OBJETIVOS: Compreender a organização e contexto do surgimento da Igreja Católica.

Conhecer líderes de algumas tradições religiosas.

Conhecer as diversidades religiosas de Maringá.

09- CAPELA ECUMÊNICA

7º e 8º anos

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Relações de poder

Relações culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS: Urbanização;

A formação do Estado;

Cultura e Religiosidade.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: A República no Brasil e a Constituição de 1891;

As diferentes denominações religiosas presentes na cidade de Maringá.

OBJETIVOS: Conscientizar os alunos acerca da liberdade religiosa no Brasil e compreender o direito do outro de expressar a sua fé.

Compreender a mudança da Monarquia para a República no Brasil e as alterações referentes a liberdade religiosa.

10- TÍTULO DE CLODIMAR PEDROSA LÔ.

9º ano

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Relações culturais

Relações de poder

CONTEÚDOS BÁSICOS: O Estado e as relações de poder;

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS: A ditadura militar no Brasil;

Maringá no contexto da ditadura militar;

O processo de migração no Paraná e as relações estabelecidas com esses migrantes;

A presença da cultura nordestina em Maringá.

OBJETIVOS: Compreender as causas do processo migratório no Brasil.

Identificar elementos da cultura nordestina em Maringá.

Compreender a ditadura militar, evidenciando as “marcas” deste período na sociedade maringaense.

ANEXO 2 – Mapa de visitação do Cemitério Municipal de Maringá

O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARINGÁ ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA E SABERES HISTÓRICOS (1947 – 2017)



Pontos

- ① Entrada do Cemitério Municipal de Maringá
- ② Entrada parte externa
- ③ Túmulos infantis
- ④ Túmulos dos descendentes japoneses
- ⑤ Ossuários
- ⑥ Terrenos provisórios
- ⑦ O Cruzeiro
- ⑧ Monsenhor Bernardo Cnudde
- ⑨ Capela ecumênica
- ⑩ Clodimar Pedrosa Lô

--- Roteiro proposto

Sistema de projeção: UTM
 DATUM: WGS 84 / UTM zone 22S
 EPSG: 32722
 Fonte: Dados coletados em campo
 Base cartográfica: Google Earth
 Maringá - 2018